

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO ESCOLAR

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MARINGÁ: A
ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA ENTRE AS DÉCADAS
DE 1950 E 1970

LÉIA DE CÁSSIA FERNANDES HEGETO

MARINGÁ
2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Educação Escolar

**HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MARINGÁ: A ESCOLA
NORMAL SECUNDÁRIA ENTRE AS DÉCADAS
DE 1950 E 1970**

Dissertação apresentada por Léia de Cássia Fernandes Hegeto, ao Programa de Pós-graduação em Educação, Área de Concentração: Educação Escolar, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Analete Regina Schelbauer

MARINGÁ
2007

LÉIA DE CÁSSIA FERNANDES HEGETO

**HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MARINGÁ: A ESCOLA
NORMAL SECUNDÁRIA ENTRE AS DÉCADAS
DE 1950 E 1970**

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Analete Regina Schelbauer – UEM

**Profª. Drª. Maria Isabel Moura Nascimento – UEPG - Ponta
Grossa**

Profª. Drª. Sonia Maria Vieira Negrão – UEM

Aprovada em: _____ / _____ / _____.

Dedico este trabalho a meus pais, Antonio e Italina, ao meu esposo Carlos, ao meu filho Mateus, aos amigos e a minha orientadora Analete pelo incentivo, paciência, carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

À Profª. Drª. Analete Regina Schelbauer – UEM

À Profª. Drª. Ivana Veraldo – UEM

À Profª. Drª. Sonia Maria Vieira Negrão – UEM

À Profª. Drª. Maria Isabel Moura Nascimento – UEPG - Ponta Grossa

Às professoras e ex-alunas da Escola Normal Secundária de Maringá por participar e possibilitar a realização desse trabalho.

Profª Ir. Pilar Sanchez Fernandes da Escola Normal do Colégio Santa Cruz de Maringá.

Profª Maria de Jesus Camargo Vieira da Escola Normal do Instituto de Educação Estadual de Maringá.

Profª Lia Therezinha Sambatti da Escola Normal do Instituto de Educação Estadual de Maringá.

Às ex-alunas do Curso Normal Secundário

Anna Thereza Junqueira Vallias, Darcy Dias de Souza, Djanira Honorato Delmutti, Emilia Ribeiro Fontana, Gisella Maria Zanin, Lenita Gama Cambaúva, Maria Albani Pereira de Souza, Maria Amélia Tilio, Maria de Jesus Cano Miranda, Marlene Meneguetti Afonso, Marleusi Podolan Girardi, Marina Periotto Silva, Marines Manetti Nabarrete, Neide Gomes Clemente, Neusa Altoé, Orieta Luz Koenen, Raquel Ramos Motta, Raquel Aparecida Olivo Francisco.

Normalista

Vestida de azul e branco
Trazendo um sorriso franco
No rostinho encantador
Minha linda normalista
Rapidamente conquista
Meu coração sem amor

Eu que trazia fechado
Dentro do peito guardado
Meu coração sofredor
Estou bastante inclinado
A entregá-lo ao cuidado
Daquele brotinho em flor

Mas, a normalista linda
Não pode casar ainda
Só depois que se formar...
Eu estou apaixonado
O pai da moça é zangado
E o remédio é esperar

(LACERDA, B.; NASSER, D.)

HEGETO, Léia de Cássia Fernandes. **História da formação de professores em Maringá: a escola normal secundária entre as décadas de 1950 e 1970.** 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo investigar a história da formação de professores na cidade de Maringá/PR, a partir do estudo da Escola Normal Secundária, de iniciativa pública e privada, no período delimitado entre as décadas de 50 e 70 do século XX. Indagou-se como questão central da pesquisa a constituição histórica da Escola Normal Secundária, como um importante espaço para formação de professores no movimento de criação e consolidação do município de Maringá. Adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, assim como, a pesquisa qualitativa. A primeira foi desenvolvida a partir da análise de fontes primárias e secundárias da história da educação brasileira vinculadas à formação de professores e ao Curso Normal Secundário do “Instituto de Educação” e “Colégio Santa Cruz”, além de fontes iconográficas. A segunda, a partir de entrevistas semi-estruturadas com professores e ex-alunas formadas pelo Curso Normal dessas escolas. Esperou-se, com esse estudo, contribuir para o enriquecimento e aprofundamento da temática formação de professores e, sobretudo, para a história da educação do município. Nesse processo identificou-se também as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que produziram as leis e acabaram por determinar a organização do curso normal no município. A relevância dessa pesquisa consiste em compreender o Ensino Normal como espaço para formação dos professores que criaram e atuaram na escola primária maringaense no processo de gênese e consolidação.

Palavras-chave: Escola Normal Secundária. História da formação de professores. Colégio Santa Cruz. Instituto de Educação Estadual de Maringá.

HEGETO, Léia de Cássia Fernandes. **Graduation history of teachers in Maringá:** regular secondary school between the 1950s and the 1970s. Dissertation (Master's in Education) – State University of Maringá, Maringá, 2007.

ABSTRACT

The objective of this work is to investigate the graduation history of teachers in the city of Maringá-PR, beginning from the start of secondary school, from public and private initiatives, in the period delimited between the decades of the 50s and the 70s in the 20th century. The main point of the research is the historical constitution of secondary school as an important time for the graduation of teachers in the movement of the creation and consolidation of the city of Maringá. It will be used as the methodology for bibliographical research and documentation, as well as for qualitative research. First, it was developed from the analysis of primary and secondary sources of Brazilian education history linked to the graduation of teachers and to the teacher training courses at the "Institute of Education" and "Santa Cruz High School", not just iconographic sources. Second, from semi-structured interviews with teachers and graduated ex-students of the teacher training course at those schools. Hopefully, this study will contribute to the enrichment and deepening of the thematic graduation of teachers, and especially for the history of the education of the city. With this process, we also identify the economic, political, and social dynamics that produced the laws and ended up deciding the structure of the teacher training course in the city. The relevance of this research, is to understand Normal Education as an area in the graduation of teachers, who created the Maringá Elementary School system and later further developed it in a process of genesis and consolidation.

Key-words: Regular secondary school. Graduation history of teachers. Santa Cruz High School. Education Institute of Maringá.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A ESCOLA NORMAL COMO PARTE DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO NACIONAL: O ENSINO NORMAL EM MARINGÁ	23
2.1	Breve histórico da Escola Normal no Brasil e no Paraná	23
2.1.1	O processo de feminização do magistério	29
2.1.2	O processo de consolidação da Escola Normal ao longo do século XX	30
2.2	Os antecedentes da Escola Normal em Maringá: a criação do município e a valorização da educação	41
3	A CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL EM MARINGÁ	50
3.1	O final da década de 1950 e a instalação da Escola Normal Secundária em Maringá: história, políticas e práticas pedagógicas	50
3.1.1	A influência religiosa na Escola Normal Secundária	59
3.1.2	A valorização do curso de formação de professores em Maringá	62
3.1.3	A organização do Ensino Normal: agentes educacionais e práticas pedagógicas	65
4	O PERCURSO DA ESCOLA NORMAL EM MARINGÁ	96
4.1	A década de 60: as questões educacionais e as influências políticas, econômicas e sociais no âmbito da Escola Normal Secundária de Maringá	96
4.2	Anos 70: o encerramento do Curso Normal Secundário em Maringá e a interferência das políticas educacionais	119
		130
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
	REFERÊNCIAS	136
	APÊNDICES	147
	ANEXOS	150

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1	Primeira turma de normalistas do Instituto de Educação Estadual de Maringá em momento de confraternização, ano de 1958	64
Foto 2	Corpo docente do Instituto de Educação em comemoração ao dia do professor – 15/10/1959	66
Foto 3	Professoras e alunas do Colégio Santa Cruz em dia de formatura	67
Quadro 1	Relação das Disciplinas do Curso Normal do Instituto de Educação Estadual de Maringá – Ano: 1958	72
Quadro 2	Relação das Disciplinas do Curso Normal do Colégio Santa Cruz – Ano: 1961	72
Foto 4	Aluna France Luz recebendo prêmio do Prof. Amaral Fontoura de 1ª da turma – 11/12/1958	82
Foto 5	Alunas do Colégio Santa Cruz em dia de excursão	91
Foto 6	Coral da Escola Normal do Instituto de Educação – 10/05/1963	92
Foto 7	Alunas do Curso Normal no desfile do 12º aniversário de Maringá – 10 de maio de 1959	93
Foto 8	Alunas da Escola Normal Secundária “Amaral Fontoura” fazendo o juramento na solenidade de formatura do ano de 1959 – 20/12/1959	94
Foto 9	Aluna do Curso Normal em dia de formatura recebendo diploma	95
Quadro 3	Lista de pontos para prova parcial de Didática e Prática de Ensino – 1ª série do Ensino Normal, ano: 1960	104
Quadro 4	Lista de Pontos 1ª Prova parcial de Didática e Prática de Ensino – 2ª Série Ensino Normal – Ano: 1959	105
Foto 10	Seminário do Ensino Normal de 1º a 15 de fevereiro de 1965	106
Foto 11	Palestra sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional, Instituto de Educação, 24/11/1966	107
Foto 12	Alunas do Instituto de Educação comemorando as inovações: novos uniformes e novas posições das carteiras, ano 1970	121

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação teve sua origem na pesquisa realizada durante o Curso de Especialização Educação Brasileira: história, política e cultura na formação docente, realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), no período de 2004 a 2005, a qual resultou na monografia intitulada “O Ensino Normal no Colégio Santa Cruz de Maringá (1959-1974): um espaço para a formação de professores na rede particular de ensino”. Esse trabalho motivou a continuidade aos estudos sobre a temática da formação de professores em Maringá.

É importante ressaltar, que a formação de professores tem recebido uma expressiva produção acadêmica nas últimas décadas

[...] tem estado presente em praticamente todos os cursos de pós-graduação, e tem gerado uma quantidade significativa de teses e dissertações. Este fato deve-se às múltiplas possibilidades de abordagens e relações com a especificidade de cada curso, que o tema oferece (NASCIMENTO, 2006, p. 131).

Tendo como ponto de partida a formação inicial da presente pesquisadora – o Magistério de 2º. Grau¹ –, associado ao interesse pelo tema e ao ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE-UEM), na área de concentração Educação Escolar, definiu-se enquanto objeto de investigação a História da Formação de Professores em Maringá: a Escola Normal Secundária entre as décadas de 1950 e 1970.

Diante dessa temática, intentou-se a realização de uma investigação de caráter interdisciplinar tendo em vista o vínculo nos Grupos de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e em História da Educação: Instituições Escolares e Intelectuais, ambos pertencentes ao PPE-UEM. Valendo-se de uma perspectiva sincrônica, investigou-se elementos determinantes da formação docente em meio a questões da história da educação e da formação de professores enquanto campo de pesquisa.

Inicialmente, realizou-se um levantamento acerca da produção existente quanto à temática, com a finalidade de mapear sob o ponto de vista histórico a formação de professores em Maringá, no âmbito da Escola Normal Secundária.

¹ Denominação atribuída ao antigo Curso Normal a partir da Lei 5692/71 que estabelece que a formação de professores dar-se-á em nível de magistério de 2º Grau.

As pesquisas de caráter bibliográfico, com o objetivo de inventariar e sistematizar a produção em determinada área do conhecimento (chamadas, usualmente, de pesquisas do ‘estado da arte’), são recentes, no Brasil, e são, sem dúvida, de grande importância, pois pesquisas desse tipo é que podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema - sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas (SOARES; MACIEL, 2000, p. 9).

Amparou-se em Soares e Maciel (2000), a fim de reiterar a importância da compreensão acerca do estado do conhecimento² sobre um determinado tema, o qual permite reconhecer, não só a produção acumulada, como também identificar as possíveis lacunas ou elementos ainda não estudados.

Sendo assim, o trabalho inicial consistiu no mapeamento (levantamento) e leitura (sistematização) de parte da produção científica circunscrita a relatórios de pesquisa, monografias de especialização, livros e artigos publicados por docentes e discentes vinculados a instituições de ensino superior. Desse levantamento, constatou-se que o Ensino Normal e o Magistério de 2º. Grau, em Maringá, já foram objeto pontual de estudo nas pesquisas de Koga (2000), Schaffrath (2003) e Hegeto (2005) e figuraram como tema inserido na discussão sobre o processo de escolarização do município, no trabalho de Hoff (1983), na discussão sobre instituições escolares, no estudo de Clemente (2005) e vinculado ao tema “Memória e Identidade de Professores” no livro de Mori (1998). Cabe ressaltar que o objetivo do presente estudo não consiste em analisar os trabalhos aqui referenciados, mas sim, apresentar os enfoques dados por essas pesquisas ao tema em estudo. Partindo desse pressuposto, passar-se-á a apresentar sucintamente o teor das pesquisas anteriormente elencadas.

A pesquisa de Koga (2000) intitulada **Estudo Etnográfico do Curso Normal com ênfase na História do ‘Instituto de Educação Estadual de Maringá’**, defendida como monografia do curso de especialização em Administração, Supervisão e Orientação Educacional, teve como objetivo analisar o Curso Normal e, posteriormente, Magistério do Instituto de Educação Estadual de Maringá no período de 1956 (ano em que foi criado) até os dias atuais.

A autora partiu de um estudo bibliográfico do Curso Normal no Brasil e Estado do Paraná e, em seguida, descreveu a trajetória do Curso Normal e Magistério, ofertado por

² Entende-se, como Nascimento (2006), que o “Estado do Conhecimento” é o levantamento das produções sobre um determinado tema em estudo com descritores específicos que ajudem na compreensão do tema.

aquela instituição de ensino. Não foi objetivo da autora aprofundar estudos no que diz respeito à consolidação da Escola Normal do Instituto de Educação Estadual de Maringá, mas, analisar a trajetória do Magistério revendo os dados históricos relacionados à história desse curso. O estudo chama a atenção para questões como à desvalorização e falta de políticas educacionais no magistério, destinado a formar professoras para atuar nas séries iniciais:

Quando as escolas começaram a ofertar o Curso de Magistério para a formação de ‘formadores de novas gerações’, era considerado indispensável, era oferecido às alunas o melhor possível, procurando prepará-las não só como simples transmissoras de conhecimento, mas verdadeiras educadoras (KOGA, 2000, p. 8).

Ao mencionar as conseqüências dessa desvalorização, aponta a possível não existência ou término das escolas de formação de professores: curso de Magistério e/ou Formação Docente³ e explicita a sua luta particular para que o Curso de Magistério e Cursos de Formação de Docentes em nível de ensino médio não deixem de existir. Nesse sentido, apresenta as Leis, reformas, propostas e planos a que estiveram submetidos esses níveis de ensino.

Na realização desse trabalho, foram apresentados documentos oficiais e iconográficos do Município de Maringá, assim como colhidos depoimentos de professores, ex-alunas e diretores do Curso Normal e Magistério do Instituto de Educação Estadual de Maringá, Colégio Santa Cruz e Colégio Santo Inácio.

Versando sobre **A gênese do Ensino Normal em Maringá**, a pesquisa institucional de Schaffrath (2003), teve como objetivo investigar os elementos sócio-históricos determinantes da instalação do Ensino Normal na cidade com base nas iniciativas da rede pública de ensino. Para isso, a autora descreve alguns dos fatores do movimento em torno da formação docente no Brasil nos anos de 1950, período da instalação da primeira Escola Normal em Maringá.

A investigação se desenvolveu após um levantamento das fontes encontradas nos arquivos da Biblioteca da Universidade Estadual de Maringá, Biblioteca Pública Municipal e arquivos de escolas estaduais. Schaffrath (2003) destaca a relevância das leituras de bibliografias que situam e contextualizam a educação brasileira nos anos de 1950, década

³ Atualmente o curso de formação de professores no Instituto de Educação de Maringá recebe o nome de Curso de Formação de Docentes.

em que se deu a criação da Escola Normal nesse município. Assim, nesse trabalho, foram levantadas referências sobre o Ensino Normal brasileiro e paranaense, justamente pela autora supor que:

[...] a instalação da primeira Escola Normal em Maringá articulada com um projeto educacional mais amplo e que embora mantivesse algumas particularidades, não poderia, pela perspectiva de projeto nacional e/ou estadual, fugir aos padrões comuns estabelecidos para o Ensino Normal em todo o país (SCHAFFRATH, 2003, p. 3).

De acordo com essa pesquisa, a Escola Normal foi requisitada para formar os professores que atuariam no ensino do país e tinha como objetivo instruir a população para o chamado “exercício da cidadania” por meio do voto. A autora defende que esta demanda foi certamente a de Maringá, que apesar de ser uma cidade recém criada crescia rapidamente. Com isso, além da urgência em se criar escolas primárias para instruir a população que se organizava nesse município, havia a necessidade de professores habilitados para o ensino. Nesse sentido, “era imperioso que houvesse uma escola de formação de professores. Não se podia mais admitir uma cidade com tantas escolas e tão poucos professores habilitados para o cargo” (SCHAFFRATH, 2003, p. 26).

Na perspectiva de contextualizar a Escola Normal enquanto importante espaço no processo de formação de professores, a monografia intitulada **O Ensino Normal no Colégio Santa Cruz de Maringá (1959-1974)**: um espaço para a formação de professores na rede particular de ensino, de Hegeto (2005), investigou a criação do Ensino Normal na cidade de Maringá em uma instituição da rede particular de ensino. Para tanto, foram tratados primeiramente, os elementos determinantes do processo de implantação e efetivação da Escola Normal no Brasil e Paraná com base neste estudo, foi realizada uma retrospectiva histórica sobre a criação da primeira Escola Normal particular em Maringá, criada em 1959 e extinta em 1974, no Colégio Santa Cruz.

Sendo esse o objeto central de reflexão, o estudo buscou resgatar a memória do Ensino Normal e mostrar a importância desse espaço para a formação de professores para atuar no ensino do país e especificamente no município de Maringá.

As Escolas Normais tornam-se, assim, o lugar específico para formar os professores responsáveis pela educação primária e secundária, assumindo destaque nas políticas educacionais do país. Nesse processo de reconstituição, cabe-nos destacar que o Ensino Normal surgiu como

uma necessidade histórica e social no âmbito da Educação Nacional (HEGETO, 2005, p. 12).

Nesse estudo de caráter bibliográfico, realizou-se leituras de fontes e documentos disponibilizados pelo arquivo histórico do referido colégio. No primeiro momento, buscou-se a contextualização do Ensino Normal no Brasil baseando-se nas contribuições de diferentes autores que tratam do tema formação de professores. No segundo, tratou-se especificamente das características do Curso Normal oferecido na rede particular de ensino.

É importante destacar que os estudos referenciados acima se completam no sentido de especificar questões e pontos diferenciais que marcaram a trajetória da Escola Normal enquanto espaço para formação de professores no Brasil e em Maringá. Inserido em diferentes objetos de estudo, o Ensino Normal foi contemplado nas pesquisas que tiveram como recorte temático a educação ou mesmo a história desse município.

Ao abordar o **Movimento da Produção de Excedentes numa região pioneira (Nas pegadas do trabalho: café e idéias)** Hoff (1983) objetivou compreender as opiniões da população que se instalou nos primeiros anos na região de Maringá e os dados coletados nos documentos referentes à época pioneira, buscando assim, reconstruir o processo da formação social. Juntamente a esse propósito, o autor procurou desenvolver a vinculação que o trabalhador rural pioneiro realizou entre a realidade e as representações que fez desta realidade; oportunizar ao trabalhador rural pioneiro narrar o seu movimento na construção da região; recuperar o movimento social das relações sociais e de trabalho por meio das representações dos trabalhadores e dos documentos; ao mesmo tempo, definir a natureza das transformações ocorridas no regime de trabalho referente aquela época, as contradições do sistema capitalista e as vividas pelos trabalhadores rurais nas suas relações de trabalho, verificando, assim, os caminhos percorridos pelos interesses do capital.

Nesse sentido, relata a trajetória dos pioneiros de Maringá, seu modo de vida, suas representações, suas relações e as contradições do sistema capitalista. Esse estudo possibilita o entendimento da formação da região de Maringá enquanto uma zona rural que tem o seu processo de colonização baseado na formação do café e desenvolvimento de uma força de trabalho baseada no modo de produção da sociedade capitalista.

Ao relatar a vida cotidiana dos pioneiros, Hoff (1983) apresentou dados sobre o processo de escolarização rural, mostrando a forma em que a escola foi percebida pelos pioneiros e seus anseios em relação à expansão da educação que atenderiam seus filhos,

evidenciando assim a demanda pela formação de professores na cidade. Muitas eram as expectativas em relação à educação, de modo que:

A escola é percebida pelos pioneiros como instrumental mínimo necessário, sem o qual tanto se torna muito difícil competir no mercado de trabalho, quanto se torna impossível sair do trabalho duro da roça (HOFF, 1983, p. 97).

Com o foco nas instituições escolares, a pesquisa de Clemente (2005) intitulada **Instituto de Educação Estadual de Maringá: história e memória** aborda, o Curso Normal inserido no estudo sobre a história e memória do Instituto de Educação, valendo-se de uma leitura sobre o processo de constituição da história dessa instituição de ensino “[...] com um olhar, que busque os sentidos emaranhados sobre os velhos fazeres acumulados historicamente nas práticas dessa instituição” (CLEMENTE, 2005, p. 10). Em relação à delimitação de sua problemática, a autora explicita:

[...] sobre esse primeiro momento, que posteriormente dará origem ao Instituto de Educação Estadual de Maringá – IEEM, não reservamos um enfoque maior, pois não é objetivo central de nossa pesquisa, porém compreendemos que as marcas do processo histórico que constrói e transforma a sociedade, representam as ações dos homens de forma intencional e política [...] Então sinalizamos nossos limites, uma vez que, aqui abordaremos o Instituto de Educação Estadual de Maringá – IEEM em sua consolidação (CLEMENTE, 2005, p. 11).

No momento de valorização da memória a autora evidenciou a importância do significado dos sujeitos da pesquisa, ou seja, dos alunos, professores, funcionários e todos aqueles que compõem essa história e marcam a trajetória dessa instituição que abrigou o Curso Normal nas décadas de 1950 e 1970 (CLEMENTE, 2005).

Procuramos enfatizar os momentos em que apareceram as vozes dos muitos sujeitos que construíram sentidos sobre a identidade do Instituto de Educação Estadual de Maringá. Lembrando que esses personagens, que nem sempre estão nos registros oficiais, fazem parte da história viva, mesmo quando silenciadas pelos discursos de ‘autoridades’ (CLEMENTE, 2005, p. 14),

O estudo de Mori (1998) resultou em um livro intitulado **Memória e Identidade: Travessia de velhos professores**, retratou a construção da identidade do professor, evidenciando o modo de pensar e fazer do professor primário das escolas públicas de

Maringá. A autora trabalhou com o pressuposto da memória como instrumento de construção e reconstrução da identidade.

Partimos da idéia de identidade como fenômeno social que se realiza dentro de um processo dinâmico, na qual se articulam as relações entre os indivíduos e onde cada indivíduo é, ao mesmo tempo, autor e ator no desenvolvimento dessas relações (MORI, 1998, p. 1).

Desse modo, utilizando-se das técnicas de história de vida e do depoimento, foram colhidas lembranças de professores aposentados, com idades entre 62 e 65 anos e que atuaram em séries iniciais de escolas públicas do interior norte-paranaense. Esses professores iniciaram-se no magistério nas décadas de 1940, 1950 e 1960 e atuaram até finais das décadas de 1970 e 1980.

Através de suas lembranças, tentamos saber um pouco mais sobre comportamento, valores, crenças, expressões e práticas cotidianas que fizeram parte do processo de construção de identidade do professor, tanto no sentido individual como no coletivo que esse conceito encerra (MORI, 1998, p. 1).

O estudo evidencia a importância de se retomar e constituir o modo de pensar e de fazer dos professores primários de escolas públicas. De acordo com Mori (1998) resgatar a memória é um importante instrumento de construção e reconstrução da identidade para o qual, as técnicas de história de vida e depoimentos de professores aposentados pioneiros ajudam a entender a construção da identidade do professorado.

O trabalho utilizou simultaneamente a técnica da história de vida e a do depoimento buscando “[...] respostas para as questões relativas à construção das representações sobre e no magistério e que se encontram relacionadas na colocação do problema, bem como para outras que surgiram a partir da leitura das narrativas” (MORI, 1998, p. 8).

Nos relatos obtidos pela autora, encontram-se pontos que se aproximam e se distanciam, permitindo fazer contrapontos e saber mais a respeito do profissional que exercia o magistério nas séries iniciais. Nesse sentido, ressalta a autora, trabalha-se “[...] com a idéia de mediação e transformação, na qual não se pode dizer que outros professores, de outro tempo e espaço, tenham a mesma identidade. Entretanto, mesmo na transformação e nas diferentes relações, alguns traços permanecem (ou se assemelham)” (MORI, 1998, p. 2).

Nessa busca da identidade, as lembranças de professores para a autora parecem se colocar na constante tensão entre o passado e o presente e é nesse movimento que cada um reconstrói sua identidade e a transforma, sempre repensando o contexto histórico-social no qual se desenvolveram suas relações enquanto professores.

De acordo com Mori (1998), a escolarização dos professores entrevistados era mínima, muitos iniciaram a carreira tendo apenas o curso primário, posteriormente alguns desses puderam fazer a escola normal e a faculdade. Toda a região do Norte do Paraná era carente de professores formados para atuar no ensino primário na época e muitos dos que assumiam a responsabilidade de educar acreditavam que era preciso ter o “dom”.

Na construção da identidade de professor, eles incorporaram a idéia do ‘dom’. Construíram-se como pessoas especiais, possuidoras de uma capacidade – a de ensinar – que era uma ‘benção de Deus’. Por se acreditarem possuidores de um ‘dom’ e abençoados por Deus, o ensinar era identificado como missão (MORI, 1998, p. 42).

Com base nos estudos pode-se reconhecer a produção acumulada e os elementos ainda não estudados, acerca da temática dessa dissertação. Há que se considerar também que “[...] a produção histórica é sempre uma construção que se vai fazendo por vagas sucessivas e que é neste vaivém, nesta (re)invenção permanente, que se encontra o cerne de um pensamento científico vivo e atuante” (NÓVOA, 1992, p. 216). A citação nos leva a constatar que os estudos historiográficos produzidos acerca de um determinado tema não devem ser tratados como verdades universais, mas como investigações que se entrelaçam a cada novo olhar. Desse modo, as pesquisas estão sempre sujeitas a constante revisão e interrogação, processos que exigem do pesquisador diferentes atitudes diante de um mesmo objeto.

Não obstante às produções acerca da temática da formação de professores em Maringá, constatou-se a existência de uma lacuna em relação às análises referentes às especificidades do Curso Normal no município que abrangessem tanto o ensino oferecido pela rede pública quanto particular, evidenciando assim, as possíveis aproximações e distanciamentos, os agentes educacionais, as finalidades educativas e os demais elementos constitutivos da história da formação de professores a partir do Curso Normal Secundário entre as décadas de 1950 e 1970.

Nesse sentido, objetivou-se compreender a constituição histórica da Escola Normal como um importante espaço para formação de professores no movimento de criação e consolidação do município de Maringá a partir de 1947, contribuindo com os estudos

anteriormente realizados. Para tanto, antes de tratar especificamente no estudo sobre a Escola Normal Secundária do Instituto de Educação Estadual e do Colégio Santa Cruz, considerou-se imprescindível trazer algumas delimitações em relação ao objeto de estudo.

Quanto à delimitação espacial, optou-se por circunscrever a pesquisa à cidade de Maringá tanto por sua história recente quanto pela exigüidade de estudos historiográficos na área de formação de professores no município. Outro motivo que nos levou a esse recorte espacial foi em relação à disponibilidade de acesso aos documentos históricos, bem como aos depoimentos orais de ex-alunas e ex-professoras que fizeram parte da trajetória da Escola Normal em seu período inicial. O estudo foi circunscrito ao Curso Normal oferecido por duas instituições de ensino, uma da rede pública, o Instituto de Educação Estadual de Maringá, e outra da rede particular de ensino, o Colégio Santa Cruz de Maringá, por corresponderem às primeiras instituições a ofertarem essa modalidade de ensino no momento de criação do município.

Como recorte temporal, definiu-se o período compreendido entre 1950, década da criação das primeiras Escolas Normais da rede de ensino público e privado no município, e 1970, década que marcou a extinção da Escola Normal e criação do Magistério em nível de 2º Grau, a partir da Lei nº 5.692 de 1971, a qual designa essa modalidade de ensino “profissionalizante” como responsável pela formação de professores primários. Nesse mesmo período, a escola normal sofre uma “descaracterização” profissional, tendo em vista o desinteresse pelo exercício do magistério. “Assim, a já tradicional escola normal perdia o *status* de ‘escola’ e, mesmo, de ‘curso’, diluindo numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM)” (TANURI, 2000, p. 80).

Outro fator que influenciou a delimitação da década de 1970 como marco final dessa investigação foi a criação do curso de graduação em Pedagogia na UEM em 1973. A formação de professores, que antes era realizada apenas em nível secundário, passou a ser ofertada em nível superior. É importante destacar que com base no parecer do Conselho Federal de Educação nº 252 de 1969 procurou-se “garantir a possibilidade de exercício do magistério primário pelos formados em Pedagogia [...]” (TANURI, 2000, p. 79).

Entende-se que essa exigência em relação à formação em ensino superior ocorreu também em decorrência da Lei nº 5692/71 no Art.30 que prevê sobre o nível de formação para o exercício do magistério:

Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração; c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena (BRASIL, [2000?]).

É preciso mencionar que, até o ano de 1971, o Curso Normal era regido pelas leis: Lei Orgânica da Escola Normal criada em 02/01/1946⁴ e pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 4.024 de 1961 que prevê no Art. 34 “que o ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário” (BRASIL, 1961).

Nesse sentido, acredita-se que para compreender o contexto histórico e a trajetória da formação de professores em Maringá, torna-se imprescindível conhecer um pouco da história desse nível de ensino no Brasil e no Estado do Paraná, assim como, as leis e regulamentações que regeram sua implantação e desenvolvimento. Com base nessa retomada, pode-se entender o momento de instalação e o período de existência da Escola Normal Secundária no Instituto de Educação Estadual de Maringá e no Colégio Santa Cruz, indagando sobre a importância que esse curso teve para a formação de professores e para a educação no município de Maringá, no momento de sua fundação e no período de sua consolidação.

Para realização deste estudo, utilizou-se como referencial teórico metodológico a concepção histórico-crítica, assumindo assim, o paradigma da teoria crítica, pois compreende-se, tal como Mazzotti (2001, p. 139), que:

[...] a abordagem crítica é essencialmente relacional: procura-se investigar o que ocorre nos grupos e instituições relacionando as ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas, tentando compreender como as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas. Parte-se do pressuposto que nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, como uma instância neutra acima dos conflitos ideológicos da sociedade.

⁴ Conforme Tanuri (2000, p. 75) “não introduziu grandes inovações, apenas acabando por consagrar um padrão de ensino normal que já vinha sendo adotado em vários estados”.

Nesta abordagem epistemológica buscou-se compreender os elementos determinantes da formação de professores nas décadas iniciais da escola normal na cidade de Maringá, analisando os agentes educativos e os processos pedagógicos nas relações com o contexto histórico e social nos âmbitos nacional e local. Para tanto, considerou-se que um dos importantes balizadores para essa análise consiste na compreensão de que cada época produz a necessidade histórica acerca da formação de professores, mediada pelos sujeitos, agentes, saberes, valores e finalidades dessa formação, em meio às questões sociais, econômicas, políticas e culturais de cada período histórico. Entende-se que esse olhar para o passado pode nos auxiliar no entendimento do momento presente, tal como afirma Soares (apud MORTATTI, 2000, p. 14) “[...] não há como entender o presente sem olhar o passado”.

Quanto à metodologia da pesquisa, no âmbito da investigação qualitativa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com um número total de 18 ex-alunas e 05 ex-professoras do Curso Normal das instituições que foram delimitadas para a pesquisa. No diálogo proporcionado pelas entrevistas, percebeu-se os significados que as alunas e as professoras atribuíram às experiências vividas no Curso Normal em Maringá. Optou-se por esse gênero de investigação pelo fato de que acredita-se, tal como Bogdan e Biklen (1994), que o processo de condução de investigação qualitativa realizada com base nas entrevistas reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e seus respectivos sujeitos da pesquisa.

A investigação qualitativa foi associada à pesquisa documental, realizada por meio do levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias relacionadas à história desses cursos e das instituições sede. Pode-se dizer que as fontes primárias assumiram imensurável valor para a investigação na medida em que os documentos, como afirma Mazzotti “podem nos dizer muitas coisas sobre os princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações que se estabelecem entre diferentes subgrupos” (MAZOTTI, 2001, p. 169).

É importante mencionar algumas das dificuldades encontradas no levantamento das fontes. A primeira se refere à preservação, em geral os documentos pesquisados encontravam-se em armários na secretaria ou na sala da coordenação, evidenciando traços do desgaste sofrido pela ação do tempo. Outra se refere à falta de catalogação dos acervos, a maior parte das fontes primárias sobre o histórico do Curso Normal encontravam-se em livros-atas, cuja data retratava o início da catalogação. Entretanto, as datas das informações contidas nesses livros-atas sobrepunham-se a data de abertura dos mesmos. Isso, pois, esses livros-atas foram utilizados para registrar atividades e eventos realizados em vários

anos, dificultando o processo de referência e datação das fontes. Além desse fato, muitas das informações coletadas em matérias ou pequenas notas publicadas em jornais da época encontravam-se sem a indicação do nome do jornal e/ou a data de publicação⁵. A esse respeito é preciso mencionar que as matérias e/ou notas foram recortadas e coladas nos livros-ata dessas instituições de ensino. Infelizmente a maioria das matérias publicadas pela imprensa local não foi localizada, tendo em vista que muitos dos jornais existentes no município, entre as décadas de 1950 e 1970, foram extintos e seus arquivos não foram encontrados. Esse fato criou uma grande dificuldade em termos da referência o que nos levou a definir por citá-las a partir dos livros-ata.

Dentre os materiais pesquisados encontrou-se: livros-ata contendo relatórios sobre o Curso Normal, grade curricular, listas de professores, lista de presença e notas de alunos, atas de reuniões, entre outros⁶. O grande e variado número de fontes com informações sobre o Curso Normal acabou dificultando o trabalho de catalogação, pois algumas informações se repetiam em diferentes documentos, requerendo atenção e cuidado para que fossem realmente confirmadas.

Os documentos evidenciam que, nesse contexto de valorização da escola primária e do professor, havia uma crescente preocupação em se estruturar o ensino normal na cidade de Maringá. Nesse sentido, buscou-se demonstrar, com respaldo na leitura dos documentos que compunham os arquivos históricos do Instituto de Educação e Colégio Santa Cruz, como era organizado o Curso Normal Secundário nessas instituições de ensino da rede pública e privada.

Procurou-se reunir as informações, antes dispersas, a fim de que se pudesse vislumbrar, com base em uma primeira sistematização, a organização, os princípios e as características fundamentais do Curso Normal Secundário. Para tanto, enfatiza-se que é preciso que as informações aqui contidas sejam visualizadas em seus contextos, considerando-se assim, as possíveis influências e interferências do período de 1950 à 1970.

Cumprе ressaltar a significativa contribuição das diretoras e demais funcionários das referidas instituições escolares, tanto no que diz respeito à disponibilidade de atendimento e ao acesso as fontes primárias e documentais, quanto aos esclarecimentos

⁵ Sobre a imprensa periódica de Maringá no período estudado, consta nos documentos pesquisados que circulavam na cidade nas décadas de 1950 a 1970 os seguintes jornais: O Jornal de Maringá, A tribuna de Maringá, Folha do Norte do Paraná e Folha de Londrina.

⁶ Os documentos foram digitados na íntegra.

prestados em relação ao processo de reconstituição da história do Curso Normal no município investigado, história da qual as mesmas fizeram parte.

Nesse processo, utilizou-se como fonte de investigação as fotografias que compõe a memória dessas escolas, compreendendo tal como Bogdan e Biklen (1994, p. 191), que “[...] as fotografias não são respostas, mas ferramentas para chegar às respostas”.

Mediante a dimensão do estudo optou-se por dividir a dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, por meio de uma incursão histórica, retratar-se-á da implantação e a trajetória do Ensino Normal no Brasil, no Estado do Paraná e, especificamente, em Maringá, tomando como referência os estudos de Villela (2000), Tanuri (2000), Schaffrath, (2003), Rosin (2003), Saviani (2004), Almeida (2004), Hegeto (2005), entre outros. Compreende-se, assim como Schaffrath (2003), que essa contextualização tem como objetivo situar o Ensino Normal em Maringá, como parte de um processo ou projeto de educação nacional.

No segundo capítulo, analisar-se-á o processo de criação da Escola Normal Secundária em Maringá enfocando, sobretudo o final da década de 1950. Nesse procurar-se-á ressaltar os fatores históricos, políticos e educacionais que configuraram essa modalidade de ensino no município.

No terceiro e último capítulo, procurar-se-á mostrar o percurso da Escola Normal Secundária no município entre as décadas de 1960 e 1970, evidenciando as influências políticas, econômicas, sociais e culturais nas questões educacionais que marcam a formação de professores.

Valendo-se desses elementos, dada à importância que a Escola Normal adquiriu no final do século XIX e no decorrer do século XX no Brasil, a presente dissertação pretende, ao resgatar a história da formação de professores em Maringá, contribuir com as pesquisas já existentes mediante um olhar direcionado para o Curso Normal no Instituto de Educação de Maringá e no Colégio Santa Cruz.

2 A ESCOLA NORMAL COMO PARTE DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO NACIONAL: O ENSINO NORMAL EM MARINGÁ

Contextualizar a criação da Escola Normal no Brasil e no Estado do Paraná, antes de iniciar-se o estudo sobre o Ensino Normal Secundário em Maringá, faz-se necessário pela trajetória destas instituições destinadas à formação de professores possuir quase dois séculos de existência e, sua história, constituir-se de grande valia para a reflexão sobre a formação de professores e sua finalidade para a educação brasileira no momento atual.

Para traçar o perfil da constituição histórica do Ensino Normal no país optou-se por reflexões e estudos realizados por Reis Filho (1995), Tanuri (2000), Villela (2000), Schaffrath (2003), Schelbauer (1998, 2003), Rosin (2003), Almeida (2004), Saviani (2004), Cunha (1980), Cury (2005), Miguel (2005), entre outros. As contribuições dessa reconstituição histórica no Brasil e, em especial no Paraná, foram balizadores importantes para a realização desse trabalho, no sentido de inserir a cidade de Maringá no contexto nacional.

2.1 Breve histórico da Escola Normal no Brasil e no Paraná

O século XIX foi, de fato, o período de efetivação da Escola Normal a cargo do Estado, propiciada mediante a consolidação dos Estados Nacionais e a implantação dos Sistemas Nacionais de Ensino, como evidencia Tanuri (2000, p. 62):

Somente com a Revolução Francesa concretiza-se a idéia de uma Escola Normal a cargo do Estado, destinada a formar professores leigos, idéia essa que encontraria condições favoráveis no século XIX quando, paralelamente à consolidação dos Estados Nacionais e a implantação dos sistemas públicos de ensino, multiplicaram-se as escolas normais.

A organização desses Sistemas de Ensino, em âmbito mundial, foi propiciada, entre outras questões, pela criação das escolas primárias de ensino obrigatório, laico e gratuito, também a cargo do Estado e desencadeou um intenso debate acerca da formação de professores (SCHELBAUER, 1998, 2003).

No Brasil, as questões que motivaram a criação da Escola Normal vincularam-se ao projeto de consolidação do Estado-Nação com a proclamação da Independência em 1822. Na Lei de 15 de outubro de 1827, o Governo Imperial instituiu escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e outros locais mais populosos do Império e estabeleceu exame para seleção de mestres. Este foi um dos primeiros passos à publicização da educação e das iniciativas para formação de professores no Brasil:

[...] a Lei de 15/10/1827 manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império brasileiro; também estabelece exame de seleção para mestres e mestras [...] Os artigos 7 e 12 assim dispõem, respectivamente: os que pretenderam ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes em conselho; e estes proverão o que foi julgado mais digno e darão parte ao governo para sua legal nomeação (TANURI, 2000, p. 62).

A legislação vem evidenciar um debate lançado em âmbito mundial, motivando os primeiros atos relacionados à criação de instituições destinadas à formação dos mestres. Sobre a trajetória do Ensino Normal no Brasil e em relação a tais iniciativas, a autora enfatiza:

O estabelecimento das escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, a implementação das idéias liberais de secularização e extensão de ensino primário a todas as camadas da população (TANURI, 2000, p. 62).

Desse modo, as primeiras escolas normais no Brasil foram criadas nas décadas de 1830 e 1840, em decorrência das reformas previstas pelo Ato Adicional de 1834: “A partir desse novo instrumento legal, cada província deveria se responsabilizar pela organização e administração de seus sistemas de ensino primário e secundário” (VILLELA, 2000, p. 104).

A primeira instituição denominada Escola Normal foi criada em Niterói, Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10 de 1835 a qual determinava:

Haverá na capital da província uma escola normal para nela se habilitarem às pessoas que se destinarem ao Magistério da instrução primária e os professores atualmente existentes que não tiverem adquirido necessária instrução nas escolas de ensino mútuo, na conformidade da Lei de 15/10/1827 (TANURI, 2000, p. 64).

Esperava-se, portanto, que a Escola Normal preparasse professores competentes para trabalhar com o método de ensino mútuo adotado no país. Nas primeiras escolas de ensino mútuo instaladas no Brasil a partir de 1820, havia uma preocupação em não somente ensinar as primeiras letras, mas preparar docentes e instruí-los no domínio do método de ensino mútuo ou método lancasteriano de ensino⁷ (TANURI, 2000).

Pode-se afirmar que as escolas normais tornaram-se, assim, o lugar específico para a formação e preparação dos professores responsáveis pela educação primária e secundária no país, assumindo destaque nas políticas educacionais e representando uma necessidade histórica e social no âmbito da educação nacional. Segundo Villela (2000, p. 106), “A escola normal de Niterói, pelo seu potencial organizativo e civilizatório, transformava-se numa das principais instituições destinadas a consolidar e expandir a supremacia daquele segmento da classe senhorial que se encontrava no poder”.

Na própria Lei de criação da Escola Normal de Niterói observa-se que, para admissão na escola, as exigências recaíam muito mais às condições morais dos indivíduos do que sua própria formação intelectual, como fica evidenciado no artigo 4º da lei em questão – “Para ser admitido a matrícula da Escola Normal requer-se: ser cidadão brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração, e saber ler e escrever” (VILLELA, 2000, p. 106).

Percebe-se o grande valor atribuído a moral dos professores, o que acabou tornando-se um requisito importante no momento da contratação. Recaía sobre o professor a responsabilidade de formar bons homens e cidadãos para a nova nação que estava se organizando. Sobre as exigências na admissão de professores para a Escola Normal de Niterói, Villela aponta que, a “boa morigeração” exigida, diz respeito à moral, bons costumes e a boa educação que deveriam ter os candidatos a professores (VILLELA, 2000). A primeira Escola Normal na Província do Paraná⁸ foi fundada em 1876 e passou, a partir do período republicano, por um processo de renovação do ensino. A idéia de renovação do ensino vinha germinando desde a emancipação política do Paraná, na década de 1850, na qual se destacaram diversos problemas que envolviam a criação da Escola Normal, entre eles as condições financeiras da província e as dificuldades no recrutamento de professores (OLIVEIRA, 1986).

⁷ Para aprofundamento desse objeto de estudo (Cf. NEVES, 2003).

⁸ A primeira Escola Normal na Província do Paraná foi criada em 1876, na cidade de Curitiba/PR, anexa ao Instituto Paranaense, atual Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto, pela Lei n.º 456, de 12 de abril de 1876 (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, 2006).

A instrução pública primária no Paraná foi marcada por lutas pela estruturação política, cultural e social em face das carências existentes na constituição da província. Nesse contexto, Rosin (2003, p. 49) defende a hipótese de que a criação da Escola Normal ocorreu para resolver as grandes dificuldades e problemas desse ramo de ensino, possibilitando, que os “conteúdos referentes aos fatores psicológicos presentes no processo de aprendizagem, hoje próprios da Psicologia da Educação, tivessem aí um de seus primeiros espaços de sistematização e divulgação”.

Essa preocupação voltada ao processo de aprendizagem evidencia o valor e o papel da escola e do professor como mola propulsora no desenvolvimento do país e do Estado. Isso pode ser verificado nos documentos referentes à instrução pública primária no Paraná encontrados pela autora, nos quais chamam atenção para a importância atribuída à instrução como elemento responsável pelo engrandecimento da nação e a necessária formação profissional dos professores: “A instrução é tida, pelos presidentes, como a origem de todo o progresso social, pois sem ela não haveria ciência, arte ou indústrias. Na verdade, todo o desenvolvimento, fosse ele moral, intelectual ou material estaria a ela atrelado” (ROSIN, 2003, p. 51).

Foi a partir do reconhecimento da necessidade de se criar na província uma Escola Normal que se buscou resolver o problema da qualificação profissional e a questão do incentivo à carreira do magistério:

No relatório do inspetor geral da instrução pública, Joaquim Ignácio Silveira da Mota, citado pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, em 1857, já encontramos referencia à necessidade das Escolas Normais: Será o meio mais eficaz, para conseguir esse importante fim, formação de algumas classes normais, donde poderemos tirar verdadeiras vocações, e assegurar mais legitimamente a preponderância do elemento pedagógico (CARVALHAES⁹ apud ROSIN, 2003, p. 89).

No entanto, essa intenção acabou não saindo do papel, apesar do anseio em constituir uma escola específica para a formação de professores, as Escolas Normais na Província do Paraná valendo-se da Lei nº 238, de 19 de abril de 1870 que determinava em seu “art. 1º a criação da Escola Normal na Capital para pessoas de ambos os sexos [...] não

⁹ CARVALHAES, José Antonio Vaz de. **Relatório apresentado pelo Vice-Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes Assembléia a Legislativa do provincial da Província do Paraná no dia 07 de janeiro de 1857**. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1857. p. 1-46.

chegou a ser implantada, por motivos financeiros e dificuldades na composição de seu corpo docente” (OLIVEIRA, 1986, p. 106).

No governo do Presidente Lamenha Lins levantou-se, novamente, o problema da criação da Escola Normal, efetivada pela Lei nº 456 de 12 de abril de 1876. Seu funcionamento ocorreu anexo ao Instituto Paranaense, no qual criou-se “uma escola primária destinada ao ensino prático dos alunos da Escola Normal, associando-se, assim, o ensino teórico ao prático” (OLIVEIRA, 1986, p. 106-107). As Escolas Normais na Província do Paraná tornaram-se um bem comum da sociedade, com base no ideário republicano de expansão da escolarização que visava atender às pressões da sociedade; no processo acelerado de urbanização e de expansão da industrialização, além dos impactos que repercutiram na sociedade brasileira a partir da primeira guerra mundial.

O Paraná, assim como outros Estados, caracterizou-se no século XX, pelo movimento de migração e imigração, de modo que boa parte da sua população se estabeleceu inicialmente no plantio e comercialização do café. Ampliou-se o contingente de moradores tanto na zona urbana quanto rural. Nesse momento tornou-se urgente a abertura de escolas primárias e escolas destinadas a formação de professores, como destaca Villela (2000, p. 104): “[...] a quem caberia por missão elevar o nível intelectual e moral da população, unificando padrões culturais e de convivência social”. Ainda sobre as funções da Escola Normal, Miguel (2005, p. 5) destaca:

[...] a função educacional das instituições formadoras, dentre elas a Escola Normal, se inseria no ideário educacional brasileiro, pois se tratava de reorganizar a sociedade para o novo mundo industrial no qual os padrões de produção solicitavam líderes e homens produtivos. Inseria-se nesse contexto a função nacionalizadora do ensino, segundo a qual a escola deveria formar cidadãos brasileiros capazes de contribuir para o desenvolvimento da nação.

Apesar da criação das primeiras escolas normais no Brasil remontarem às décadas de 1830 e 1840, foi somente no final do século XIX e no decorrer do século XX que elas passaram a se configurar como um espaço efetivo para formação de professores para o ensino primário.

É importante ressaltar que durante todo o período de sua criação e instalação nas províncias, as escolas normais tiveram uma trajetória incerta e atribulada, submetidas a um processo contínuo de criação e extinção, assim como, modificações freqüentes em suas regulamentações, ou seja, não foi mais que um projeto irrealizado. A efetiva abertura dessas

escolas ocorre somente a partir de 1870, quando se consolidam as idéias liberais de democratização, obrigatoriedade da instrução primária e liberdade de ensino (TANURI, 2000).

A título de exemplo, pode-se citar a criação da Escola Normal da Praça, de São Paulo, em 1846 pela Lei Provincial nº.34, de 16 de março. A mesma funcionou durante 21 anos após sua criação, depois desse período foi fechada para ser reaberta em 1875. Funcionou até 1878, tendo suas atividades interrompidas até 1880, quando é reaberta efetivamente (SCHELBAUER, 2003).

Os estudos historiográficos de Bauab (1972), Tanuri (1979, 2000), Reis Filho (1995), Monarcha (1999), Villela (2000), Rosin (2003), Almeida (2004) entre outros, evidenciam que a formação de professores, pela Escola Normal, encontrava-se tanto em sua fase de implantação, quanto durante sua existência sob influência de oscilações sociais, econômicas e políticas que acabavam por determinar sua abertura ou fechamento.

Compreende-se que a criação de instituições de formação docente é um projeto antigo que se inicia no Brasil no início do século XIX e só se consolida no final desse mesmo século. Entende-se que, nesse período, o pensamento educacional esteve mais atrelado ao campo das idéias do que propriamente na concretização. Não obstante às dificuldades na sua efetivação, o poder central, naquele momento, acreditou que por meio da criação de escolas para formação de professores garantir-se-ia a qualidade do ensino, depositando, assim, uma grande responsabilidade ao papel do professor e da escola.

O período de transformações que passava a sociedade brasileira com a implantação da república, do trabalho livre e a vinda dos imigrantes europeus, motivou o discurso em prol da difusão da educação, na crença que a instrução seria um fator de civilização na formação do Estado/Nação (SCHELBAUER, 1998). Daí a valorização que a educação recebe nesse momento, sobretudo vinculada à difusão das instituições de ensino primário, dos Grupos Escolares¹⁰ e daquelas voltadas à profissionalização do magistério, as Escolas Normais.

Nessa perspectiva, compreende-se que a formação docente no decorrer da história se caracterizou como parte de um projeto amplo vinculado às questões de ordem social, econômica, política, cultural e educacional. As escolas normais foram criadas como fator de progresso social tendo em vista a escassez de pessoas habilitadas para o exercício do magistério.

¹⁰ Os primeiros Grupos Escolares foram criados no Estado de São Paulo na década de 1890 e foram responsáveis pela instrução primária seriada. Ver: SOUZA, 1998.

2.1.1 O processo de feminização do magistério

Outro fator relevante a ser discutido sobre o Ensino Normal foi o processo de feminização do Magistério, pois compreende-se, como Villela (2000) que não é possível traçar um quadro sobre a formação de professores nas escolas normais sem enfocar o seu processo de feminização. A inserção da mulher no ensino teve grande importância no movimento e pensamento educacional brasileiro.

A partir das influências dos ideais positivistas e cientificistas, se atribuiu à mulher a tarefa de ensinar às crianças os conhecimentos necessários para o desenvolvimento da sociedade. A feminização do magistério foi fortalecida após a República. “Na configuração da sociedade que se deseja progressista e esclarecida com o potencial de regeneração nacional, havia a crença numa visão da escola que domestica, cuida, ampara, ama e educa” (ALMEIDA, 2004, p. 61).

A educação feminina e a formação das alunas pelas escolas normais caracterizaram a feminização do magistério. “A idéia de que a educação da infância deveria ser-lhe atribuída uma vez que era o prolongamento de seu papel de mãe e da atividade educadora que já exercia em casa, começava a ser defendida por pensadores e políticos” (TANURI, 2000, p. 66).

Essa retrospectiva histórica em relação à educação e à inserção das mulheres no magistério é necessária para compreensão deste processo como “[...] respostas às demandas do projeto liberal republicano de universalizar a escolaridade, a força da religião na modelagem de corpos e almas e o discutível e controverso poder atribuído às mulheres no ambiente escolar” (ALMEIDA, 2004, p. 63).

Sobre esse processo de feminização do magistério que ocorreu logo após a República, final do século XIX, e instauração dos ideais liberais republicanos, Almeida (2004) aponta que o magistério e a educação eram considerados instrumentos eficazes e determinantes na formação de professores encarregados de exercer o ensino. As Escolas Normais públicas foram insuficientes para atender a demanda e logo se estenderam a autorização do funcionamento para as Escolas Normais livres particulares. Estas foram dirigidas inicialmente por religiosos que acabaram por defender em toda a trajetória do Curso Normal, como será evidenciado nos capítulos seguintes, um ensino que ia além dos conteúdos escolares:

Às mulheres que podiam ir a Escola Normal, já que nem todas conseguiam essa oportunidade, ensinavam-se prendas domésticas e música juntamente com português, francês, aritmética, geografia e história, pedagogia e etc., em classes separadas por sexo (ALMEIDA, 2004, p. 73).

A mulher, na luta por seus direitos e *status* profissional, ao assumir o ensino, assume também a responsabilidade de trabalhar com os alunos a moralidade, bons costumes, aceitação e submissão a tudo aquilo que lhe era imposto. O que demonstra a função ideológica exercida pelo ensino. Desse modo, considera-se como Almeida (2004), que neste processo de reconstituição, há uma complexidade de fatores que não podem ser vistos isoladamente. Os fatores que influenciaram a educação, não só no que diz respeito ao processo de feminização, como em relação às determinações de decretos e leis resultantes do governo e poder central, acabaram por influenciar fortemente, além do Curso Normal, todo o ensino.

2.1.2 O processo de consolidação da escola normal ao longo do século XX

Com base na crescente preocupação com a ampliação de espaços de formação docente durante o processo de institucionalização do sistema nacional de ensino, final do século XIX e primeira metade do século XX, ocorreram reformas que se iniciaram no âmbito da Escola Normal e, posteriormente, foram estendidos aos demais graus do ensino (TANURI, 2000).

No período republicano inaugurou uma série de reformas no âmbito da instrução pública primária, assim como na Escola Normal como a Reforma Benjamin Constant, de 1890, no Rio de Janeiro; as reformas republicanas do ensino paulista, dentre elas o Decreto de 12 de março de 1890, que trata da reforma geral da instrução pública e do programa de estudo da Escola Normal, além de prever o preparo prático de seus alunos (REIS FILHO, 1995).

Pode-se citar também a Lei nº 88 de 08/09/1892, alterada pela Lei nº 169 de 07/08/1893, que influenciada pelos ideais da elite republicana paulista, dispõe sobre a “criação de um ensino primário de oito anos, divididos em 2 cursos (elementar e complementar), criação dos ‘grupos escolares’, a criação de um curso superior anexo a

Escola Normal, destinado a formar professores para as escolas normais e os ginásios” (TANURI, 2000, p. 69).

Essa Lei propõe cursos complementares com o objetivo de preparar professores para as escolas preliminares, acrescidos de um ano de prática de ensino nas escolas modelo. As escolas complementares foram transformadas em escolas normais primárias (1911) e as escolas de “padrão mais elevado” em normais secundárias. “Evidencia-se assim tendência de progressiva elevação do nível do Curso Normal dentro da estrutura vertical do sistema de ensino” (TANURI, 2000, p. 69). Essa dualidade de escolas de formação de professores iniciada no Estado de São Paulo, a partir da Lei nº 374 de 03/09/1895 foi de fundamental importância para a expansão das escolas normais.

Outro fator importante para a expansão do Ensino Normal, foi a introdução de Escolas Normais de iniciativa privada e municipal, qualificadas de livres ou equiparadas. De acordo com Tanuri (2000), a preocupação com a abertura dessas escolas, correspondia a necessidade de compensar a escassez de estabelecimentos oficiais de ensino, fato que ocorria na maioria dos Estados da federação.

O Ensino Normal de iniciativa privada, a partir de 1927, passou a ganhar força e a ser defendido como necessário à expansão do ensino primário na zona rural. “Já estava claro que a iniciativa privada constituiria, cada vez mais, a principal mantenedora de Escolas Normais e que o controle do crescimento e da qualidade dessa rede privada demandaria preocupação” (TANURI, 2000, p. 72).

Além disso, a crise que vinha sofrendo o sistema capitalista, após a Primeira Guerra Mundial, evidenciou um período marcado por debates acerca dos problemas educacionais, tanto em âmbito internacional quanto nacional. Nesse contexto, o movimento da Escola Nova, ganha expressão no contexto brasileiro, cujo objetivo era preparar o novo homem para a sociedade industrial, uma vez que a transformação do capital agrícola do café em capital financeiro havia gerado novas relações sociais de produção da vida material e social, bem como o aparecimento de novas demandas profissionais. Assim, “a educação passou a ser vista como o modo de preparar o brasileiro como homem produtivo” (MIGUEL, 2005, p. 3).

A partir da Revolução de 1930, a crise econômica, política e social que atravessou o país acarretou fortes pressões na educação em relação à expansão e direcionamento do ensino. Como o governo, nesse período, buscava responder e ao mesmo tempo reprimir pressões de movimentos e organizações de trabalhadores descontentes que lutavam por

seus direitos, a estrutura escolar acabou não sofrendo mudanças a ponto de oferecer o ensino de qualidade que o país reivindicava. Pode-se citar como exemplo dessa luta pela reconstrução educacional no Brasil o próprio Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que ocorreu em 1932. O movimento escolanovista acabou por influenciar as reformas e leis tanto no ensino primário quanto no normal:

No final da década de 20, as escolas normais já haviam ampliado bastante a duração e o nível de seus estudos, possibilitando articulação com o curso secundário e alargando a formação profissional. Isso devido à introdução de disciplinas, princípios, e práticas inspiradas no escolanovismo e a atenção dada as escolas-modelos ou escolas de aplicação anexas. [...] A pedagogia que as embasava fundamentava-se na psicologia experimental, Escola Nova, ensino ativo, método analítico, testes e medidas são palavras chaves da época. [...] passa a tratar os problemas educacionais de um ponto de vista técnico ‘científico’, e a contemplar, desde questões teóricas e práticas do âmbito intra-escolar, até abordagens pedagógicas mais amplas, da perspectiva da escola renovada (TANURI, 2000, p. 72).

Cabe destacar que a reforma de Francisco Campos na década de 1920 propunha uma atividade mais concisa do Estado em relação às questões educacionais. Essa defesa impulsionou as lutas ideológicas em defesa da escola pública, na qual pode-se citar na década de 1930 o próprio Manifesto de 1932”, que defendeu fortemente a bandeira de educação nacional (SCHAFFRATH, 2003).

O movimento escolanovista, além de sugerir novos rumos às políticas públicas, no que se refere à educação, preconizava a organização de uma escola democrática que proporcionasse as mesmas oportunidades para todos e que, sobre a base de uma cultura geral comum possibilitasse especializações para atividade de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de preponderância manual e mecânica (cursos de caráter técnico) (BRASIL, 1997).

Ora, assentada a finalidade da educação e definidos os meios de acção ou processos de que necessita o indivíduo para o seu desenvolvimento integral, ficam fixados os princípios científicos sobre os quaes se pode apoiar solidamente um systema de educação. A applicação desses princípios importa, como se vê, numa radical transformação da educação publica em todos os seus grãos, tanto a luz do novo conceito de educação, como a vista das necessidades nacionaes. No plano de reconstrucção educacional, de que se esboçam aqui apenas as suas grandes linhas geraes, procuramos, antes de tudo, corrigir o erro capital que apresenta o actual systema (se é que se pode chamar systema),

caracterizado pela falta de continuidade e articulação do ensino, em seus diversos grãos [...] (MANIFESTO..., 1932, p. 56).

Esse movimento, embasado, de forma particular, na psicologia experimental, centrou-se no desenvolvimento e individualidade do aluno que passou a ser o centro do processo educativo. Essa defesa, pela inovação no ensino que se inicia na década de 1930 e atinge as décadas seguintes, ocorre em oposição aos padrões e programas rígidos da chamada Escola Tradicional.

Tratando-se de mudanças e reformas no âmbito do Curso Normal, propiciadas pelo movimento escolanovista, pode-se citar a importante reforma realizada por Anísio Teixeira no Distrito Federal, pelo Decreto nº 3810 de 19/03/1932, que estabeleceu a ampliação e equiparação do antigo ciclo preparatório da escola normal ao ensino secundário federal – curso fundamental de cinco anos, enquanto o curso profissional, totalmente reformulado, veio a constituir a Escola de Professores. “A reforma transforma a escola normal do Distrito Federal em Instituto da Educação, constituída de quatro escolas: Escola de Professores, Escola Secundária, Escola Primária e jardim-de-infância” (TANURI, 2000, p. 73).

Assim, seguindo a tendência de inovações no âmbito educacional oriundas da influência escolanovista, surgem, no Brasil, cursos específicos destinados à preparação docente. “À medida que a educação ganhava importância como área técnica, diversificavam-se as funções educativas, surgindo cursos especificamente destinados à preparação de pessoal para desempenhá-las” (TANURI, 2000, p. 74).

No entanto, a partir de 1937, “[...] as linhas ideológicas que definem a política educacional do período vão se orientando pelas matrizes instituintes do Estado Novo: centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização” (HILSDORF, 2003, p. 99).

Ao contrário do período anterior, marcado pela luta na democratização do ensino, imbuído por princípios escolanovistas inspirados no liberalismo de Dewey, o Estado Novo inicia uma política educacional com contornos autoritários e uniformes:

Isso aparece claramente em 1937, na fala de Gustavo Capanema, ministro da educação desde 1934, quando diz que a educação é instrumento do Estado para preparar o homem não para uma ação qualquer na sociedade, não para preparar o homem ‘em disponibilidade’, apto para ‘qualquer aventura, esforço ou sacrifício’ (como queria o liberalismo de Dewey, inspirador dos liberais do *Manifesto*), mas para ‘uma ação necessária e definida, uma ação certa: construir a nação brasileira’. Contra o ‘homem sem aderências’ dos liberais escolanovistas, que adaptavam a escola às

necessidades da ordem capitalista internacional, contra os estrangeiros, os imigrantes que desnacionalizavam o Brasil: essa é a proclamação da nova escola de Vargas e Capanema (HILSDORF, 2003, p. 100).

Cabe ressaltar ainda nesse contexto de defesa dos ideais do Estado Novo que o Curso de Pedagogia¹¹ instituído em 1939 foi considerado como um grande marco para a formação de professores no Brasil e para a trajetória da escola normal. Criado inicialmente na Universidade do Brasil (Decreto nº. 1.190 de 04/04/1939) “[...] visando à dupla função de formar bacharéis, para atuar como técnicos de educação e licenciados destinados à docência nos cursos normais” (TANURI, 2000, p. 74). Foi neste mesmo período que o ensino normal sofreu a primeira regulamentação do Governo Central:

O ensino normal sofreu a primeira regulamentação do governo central em decorrência da orientação centralizada da administração estado-novista. A Carta outorgada em 1937 não conferia aos estados atribuição expressa quanto à organização de seus sistemas de ensino – atribuição essa consagrada pela carta de 1934 – mas incumbia à União a competência de ‘fixar a base e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude’ (art 15, inciso IX) (TANURI, 2000, p. 75).

Tal regulamentação evidencia a política do Estado Novo de uniformidade e centralização após a luta pela democratização e estruturação do ensino público e gratuito que tinha sido levada a efeito pelo movimento escolanovista. A importância da Educação Física, o ensino da moral católica e da educação cívica por meio do estudo da História e Geografia do Brasil, instituídos pelo Estado Novo, vinham reforçar o nacionalismo deste período nos currículos dos cursos elementares e secundários (HISLDORF, 2003).

¹¹ No Paraná, a primeira instituição em nível superior formadora de profissionais de Pré-Escola foi criada na Universidade Estadual do Paraná no ano de 1938. A primeira instituição superior a ofertar o curso de licenciatura em Pedagogia para o magistério da pré-escola à quarta série do Ensino Fundamental, foi a Universidade Católica do Paraná no ano de 1952 (KISHIMOTO, 1999).

A partir da Lei 5540/68 o curso de Pedagogia foi reorganizado e foram criadas “habilitações”: O curso de pedagogia passou então a ser predominantemente formador de “especialistas” em educação (supervisor escolar, orientador educacional, administrador escolar, inspetor escolar, etc.), continuando a ofertar, na forma de habilitação, a licenciatura “Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais”, com possibilidade, ainda, de uma formação alternativa para a docência nos primeiros anos do ensino fundamental (SCHEIBE; AGUIAR, 1999, p. 1).

Na mesma época, o ensino normal sofre uma regulamentação pela Lei Orgânica¹² de 1946, por meio do Decreto-Lei nº 8530 que, em seu art. 2º dispõe: “O ensino normal será ministrado em dois ciclos.

O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários em três anos” (BRASIL, 2000). Assim, o curso de regente funcionaria em Escolas Normais Regionais e o curso de formação de professores primários em Escolas Normais e nos Institutos de Educação. O que diferenciava o Curso Normal Secundário do Normal Regional foi o fato do último, apesar de ginasial, tinha em seu currículo disciplinas como Didática e Prática de Ensino, o que possibilitava a atuação no magistério. No entanto, esse curso significou a primeira etapa para atuação no ensino primário, a qual seria complementada com o Curso Normal Secundário. É importante salientar que a Escola Normal Secundária concentrou as atenções do Estado Novo, tendo em vista a formação do

[...] **aluno ideal**, ou seja, o homem católico, de formação clássica e disciplina militar, que formaria as camadas superiores. Não se aceitava a co-educação e as classes femininas foram conformadas à função de preparação para a vida doméstica (SCHWARTZMAN apud HILSDORF, 2003, p. 101).

A Lei Orgânica do Ensino Normal acabou não introduzindo grandes inovações, mas veio consagrar um padrão de ensino normal que já vinha sendo adotado em vários estados (TANURI, 2000). Na década de 1950 com a equivalência de todos os cursos médios, os alunos que concluíssem a Escola Normal teriam direito e acesso ao ensino superior, o que não era permitido até a criação dessa lei.

De acordo com Almeida (2004), ao equiparar-se aos outros cursos médios, o Curso Normal proporcionou uma educação de caráter preparatório, voltados às oportunidades que se abriam na continuação de estudos no nível superior além da habilidade do magistério. Com isso, acabou descaracterizando-se como curso profissionalizante para o magistério primário, tornando-se para muitos alunos um trampolim para o curso superior. A formação profissional em nível superior tornou-se requisito para ocupação dos novos postos de

¹² As “Leis Orgânicas” foram editadas por meio de decretos-lei, pelo ministro Gustavo Capanema, no período de 1942 à 1946 e visavam “[...] a construção de um sistema centralizado e articulado intrapartes, e atingiram tanto o ensino público quanto o particular mediante o mecanismo da equiparação, com efeitos legais para as escolas privadas que se submetessem a fiscalização federal” (HILSDORF, 2003, p. 101).

trabalho que estavam sendo criados com a crescente industrialização e urbanização (ALMEIDA, 2004).

Sobre esse fator evidencia-se, com base nas entrevistas, que ao ingressar nesse curso muitas alunas da Escola Normal de Maringá tinham o objetivo, em princípio, de continuar os estudos em nível superior em cursos tanto na área educacional como em outras áreas. Pode-se afirmar que grande parte das alunas que se formaram no Curso Normal em Maringá nas décadas de 50 a 70 optaram pelo curso superior devido a sua relevância na época.

Em relação às Leis de Equivalência destinadas às escolas normais na década de 50, Tanuri (2000, p. 76-77) destaca:

As chamadas 'Leis de equivalência', Lei nº 1076 de 31/03/1950 e Lei nº 1821 de 12/03/1953, atendendo a pressões no sentido da democratização do sistema, estabeleceram a equivalência de todas as modalidades de curso de nível médio inclusive o normal [...]. A equivalência completa só viria com a Lei de Diretrizes e Bases, mas já estava no dizer de Anísio Teixeira (1966, p. 282), 'dado o passo para a sua descaracterização como curso vocacional de habilitação ao magistério primário'.

Ao equiparar a Escola Normal aos demais cursos de nível médio, essa modalidade de ensino perde sua identidade como curso de formação, diminuiu-se algumas disciplinas do currículo e foram introduzidas outras específicas para a formação de especialistas em educação que vem se instaurar consubstancialmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961.

Na década de 1960, acirraram-se as lutas e a instabilidade econômica resultantes das pressões políticas e militares, assim como, aumentavam as mobilizações e movimentos de classes e sociais. A busca pela manutenção da ordem social vigente deveria ser garantida pelo sistema educacional, que passa a ser visto como mecanismo eficaz para o controle social. Nesse momento, é desenvolvida e divulgada a teoria do capital humano¹³, na qual a educação passa a ser relacionada ainda mais ao fator econômico, conforme Saviani (2004, p. 48) "Em conseqüência, a educação passou a ser entendida como algo não meramente ornamental, um mero bem de consumo, mas como algo decisivo do ponto de vista do desenvolvimento econômico, um bem de produção". Estando o Estado envolvido

¹³ Sobre a teoria do capital humano ver: Frigotto (2003), Bowles (1972), Gintis (1971), Rossi (1978).

com os interesses da classe dominante, caberia a ele exigir da escola pública uma formação voltada às exigências do mercado de trabalho e aos interesses do capital,

O Estado – e por consequência, a educação estatal, com sua ‘autonomia relativa’ ou em decorrência das complexas relações que estabelece com a sociedade – pode, portanto, agir não necessariamente em função dos interesses comuns. [...] Assim, o Estado e a educação estatal estão constituídos não para preservar os interesses comuns dos seres humanos que não possuem a propriedade privada dos meios de produção, mas para garantir que estes sobrevivam em certas condições e que possam vender a sua força de trabalho, única fonte de riqueza, para os proprietários dos meios de produção, para os possuidores do capital e, se possível, dentro de uma ordem política que se convencionou denominar democracia (SANFELICE, 2005, p. 179).

Nesse contexto, marcado por ações intencionais e reformas voltadas ao ensino, foi criada no Brasil a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4024 de 20/12/1961). Essa Lei prevê aos cursos de formação para atuar no Ensino Primário e Médio que:

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância. Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á: a) em escola normal de grau ginásial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica; b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginásial (BRASIL, 1961).

A partir dessa LDB, as disciplinas de formação geral voltaram a ser introduzidas no Curso Normal em todos os estados brasileiros, Disciplinas complementares e optativas foram fixadas pelos conselhos estaduais, além do crescimento de variadas disciplinas de formação técnico-pedagógica. Em relação às inovações Tanuri (2000, p. 79) chama atenção:

Da mesma forma que nos currículos anteriores, continuava um certo distanciamento em relação à realidade social e educacional, resultante não somente da ausência de disciplinas voltadas para a análise das questões educacionais brasileiras, como também do tratamento científico universal, ‘neutro’ dos componentes.

A educação no Paraná nesse período sofria a forte influência da Escola Nova que, no dizer de Anísio Teixeira, era necessária para o ingresso e participação do aluno no mercado de trabalho, assim como do acesso à vida social. No entanto, nesse momento ainda havia muitas crianças fora do sistema escolar, o que desencadeou a preocupação do governo em efetivar a escola para as massas, pois o índice de analfabetos era muito grande e se constituía um entrave para o progresso do país. A organização e ordenação da sociedade deveriam se efetivar nas práticas escolares visando, sobretudo, formar o cidadão consciente de sua responsabilidade no progresso do país.

Este modo de pensar a função educacional das instituições formadoras, dentre elas a Escola Normal, se inseria no ideário educacional brasileiro, pois se tratava de reorganizar a sociedade para o novo mundo industrial no qual os padrões de produção solicitavam líderes e homens produtivos. Inseria-se nesse contexto a função nacionalizadora do ensino, segundo a qual a escola deveria formar cidadãos brasileiros capazes de contribuir para o desenvolvimento da nação (MIGUEL, 2005, p. 5).

Nesse sentido, estando pautada na ideologia da sociedade capitalista, a formação de professores na Escola Normal em todo o país começa, a partir da metade da década de 1960 e início da década de 1970, a perder sua “identidade” e “caracterização” como curso adequado para formação de professores. Tal fato ocorreu devido “o agravamento das deficiências referentes à formação profissional do professor e o baixo nível cultural e intelectual de sua clientela [...]” (TANURI, 2000, p. 80).

Esta descaracterização foi ocasionada pela baixa remuneração e péssimas condições de trabalho, que acabam por desencadear no país debates e discussões em torno da necessária valorização da profissão docente.

Nesse panorama, a formação de professores (as) pela Escola Normal manteve-se sujeita às oscilações sociais, econômicas e políticas, de acordo com a ideologia do momento. A baixa remuneração e a desvalorização social do magistério primário entrariam na pauta das reivindicações da categoria e tomariam corpo nos debates educacionais acerca da necessidade de uma lei de diretrizes e bases para a educação nacional, o que seria concretizado em 1961, depois de prolongado debate nos meios políticos e intelectuais (ALMEIDA, 2004, p. 89).

A partir da década de 1970, evidencia-se no país um grande desinteresse pelo exercício do magistério. O desinteresse ocorreu em função da desvalorização no que diz respeito a salários baixos e condições mínimas de trabalho, como falta de recursos e

investimentos. Este fato, leva os Cursos Normais a perderem a relevância e os próprios Institutos de Educação deixaram de ser procurados.

O Curso Normal começa a se descaracterizar como instância adequada para a formação do professor das séries iniciais, processo esse que acentuaria progressivamente com as mudanças decorrentes da legislação do Regime Militar e com a deterioração das condições de trabalho e de remuneração que acompanharam o processo de expansão de ensino de 1º grau (TANURI, 2000, p. 80).

Esta descaracterização sofrida pelo Curso Normal levou inicialmente à queda pela procura e depois ao fechamento¹⁴ em todo o território brasileiro desses cursos de formação de professores. De acordo com Tanuri (2000), isso se deu, principalmente, pelo descaso nas políticas nacionais e estaduais.

Assim, a já tradicional escola normal perdia o *status* de ‘escola’ e, mesmo, de ‘curso’, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM) (TANURI, 2000, p. 80).

Nesse momento, o Ensino Normal recebeu muitas críticas e a influencia determinante da Lei 5692/71 que fixou as novas normas para o ensino de 1º e 2º graus. Apresentou a extinção do curso instituindo inovações a profissionalização obrigatória em todos os cursos do 2º grau.

A Lei 5692/71 fixou as novas normas para o ensino de 1º e 2º graus, instituindo, entre outras, inovações, a profissionalização obrigatória em todos os cursos do 2º grau. [...] A legislação, ao defender escolaridade obrigatória dos 7 aos 14 anos, propunha a formação profissional dos professores que iriam atuar nas séries iniciais do 1º grau através de uma habilitação de 2º grau, a Habilitação Específica de 2º grau para o Magistério (HEM), extinguindo-se assim o Curso Normal (ALMEIDA, 2004, p. 92).

O capítulo 1º da Lei 5692/71 sancionou para o ensino de segundo grau que a parte de formação especial do currículo: Art. 5º, inciso 2º letra a - teria o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho no ensino de 1º grau e de habilitação profissional no ensino de 2º grau:

¹⁴Ainda funcionam no Paraná 14 instituições de magistério, dentre essas, o magistério do Instituto de Educação Estadual de Maringá (KOGA, 2000).

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, [2000?]).

Esperava-se que com base nesta Lei que ocorressem mudanças no currículo do magistério, no entanto, praticamente não houve alterações. Como relata Tanuri (2000, p. 81) o que houve foi uma fragmentação no currículo do magistério que acabou por excluir “[...] componentes instrumentais importantes relativos à metodologia da alfabetização e da matemática”.

Essa fragmentação sofrida no curso refletia a tendência tecnicista, que acabou por conduzir a uma grande diversificação de disciplinas, específicas de cada habilitação – [...] um prejuízo no que diz respeito às questões concretas da escola de 1º Grau. [...] reduziu-se à carga horária destinada as disciplinas pedagógicas, esvaziando-se essa habilitação em termos de conteúdos pedagógicos consistentes (MELLO, 1983, p. 71).

Assim, o magistério a partir da década de 1970, além das críticas já citadas, passou a receber indagações como a dicotomia entre teoria e prática e entre conteúdo e método, o que levou a uma grande desvalorização da profissão docente. Este descontentamento ocasionou, e vem ocasionando, movimentos de âmbito federal e estadual como forma de reverter esse quadro de crescente desvalorização dessa profissão. Essa variedade de ações no âmbito da Escola Normal, e posteriormente o Magistério e os cursos específicos para formação de professores, evidenciam que a responsabilidade de garantir um ensino de qualidade sempre recaiu sobre o professor.

Neste resgate histórico, em relação aos movimentos e questões em torno da profissão docente, procurou-se evidenciar a forma como os fatores políticos, econômicos e sociais vêm influenciando e direcionando a educação. A retomada histórica da trajetória do Ensino Normal no Brasil e no Paraná contribuirá na compreensão da constituição do Ensino Normal em Maringá no final da década de 1950. Esse fato permitirá uma análise sincrônica de questões singulares que determinaram sua criação no município e de questões gerais que envolveram esse nível de ensino no período em estudo.

2.2 Os antecedentes da Escola Normal em Maringá: a criação do município e a valorização da educação

Como coroamento da expansão do povoado e da lavoura cafeeira que se processava em toda a região do Norte do Paraná, em 10 de maio de 1947 foi lançada a pedra fundamental que marcou a criação do município de Maringá/PR (LUZ, 1997). Dentre os elementos contextuais dessa criação, é importante destacar o processo de colonização desenvolvido pela Companhia de Terras Norte do Paraná, atualmente denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que teve início a partir das iniciativas do Major Barbosa Ferraz Junior, presidente da Estrada de Ferro denominada Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, que ligava a cidade de Ourinhos à Cambará.

O marco dessas iniciativas, que tinham como objetivo atrair novos investidores para o empreendimento que visava o desenvolvimento do Norte do Paraná, foi o convite de Barbosa Ferraz Junior ao inglês Lord Lovat para visitar o Brasil no ano de 1924. Diante do convite, Lord Lovat, que era técnico em agricultura e florestamento, veio em missão inglesa chefiada por Lord Montagu. Ao chegar à fazenda de terras roxas, onde o Major Barbosa Ferraz cultivava um milhão de pés de café, Lovat ficou extasiado diante da fertilidade da terra e dos resultados obtidos nas lavouras de café (SANTOS, 1977).

Este foi o fator que impulsionou a compra da Companhia de Terras Norte do Paraná pelos ingleses. Ademais, pode-se dizer que foi também em função da dívida, decorrente de empréstimos financeiros, que o Brasil tinha com a Inglaterra nesse período. Sobre isso, os documentos históricos do município mostram que a visita chefiada pelos ingleses não ocorreu por acaso, mas para verificar a situação brasileira e tentar tirar o máximo de proveito nos negócios. Tanto que, tendo em vista essa dívida, as “terras férteis” do Norte do Paraná foram oferecidas aos ingleses pelo governo do Estado do Paraná por preços muito baixos. Pode-se afirmar que a visita dos ingleses ao Brasil teve como objetivo principal encontrar colônias alternativas, no qual pudessem explorar suas riquezas e aumentar seu capital (MARINGÁ, [198-?], p. 1).

O processo de compra e venda da companhia foi marcado por uma convergência de interesses que vieram contribuir decisivamente para a colonização do Norte do Paraná. De um lado, Lovat em busca de terras adequadas para o plantio de algodão e, de outro, fazendeiros liderados pelo Major Barbosa Ferraz que objetivavam conseguir investidores

estrangeiros para aplicação do capital necessário às obras iniciadas pela Companhia Ferroviária (SANTOS, 1977).

No entanto, a Inglaterra no ano de 1939, diante das crises internas que antecedem a Segunda Guerra Mundial e de pressões do governo brasileiro, coloca a Companhia de Terras Norte do Paraná à venda. Rapidamente, em 1942, surgiram dois empresários brasileiros, Gastão de Mesquita Filho e Gastão Vidigal interessados em comprar as terras da companhia inglesa. Em posse dessas terras e do plano de colonização dos ingleses, esses investidores brasileiros, mediante a obra de colonização já iniciada na cidade de Londrina, deram continuidade ao “desbravamento” de novas terras, entre as quais, as de Maringá (SANTOS, 1977).

[...] Maringá é o expoente dos trabalhos da Companhia Melhoramentos. Cidade Canção, foi comentada em prosa e verso pelo Brasil afora por ser agradável e por ter proporcionado fortuna a muitos que nela se radicaram. Seu projeto foi desenvolvido por Jorge de Macedo Vieira, com base em ante-projeto de Cássio Vidigal e Gastão de Mesquita Filho (SANTOS, 1977, p. 137).

Uma consequência importante da obra realizada pela Companhia foi à oportunidade que ofereceu aos trabalhadores sem posses a adquirirem “pequenos lotes agrícolas, cujas dimensões e modalidades de pagamento eram sempre amoldadas ao desejo dos compradores” (SANTOS, 1977, p. 114).

Depoimentos dos primeiros pioneiros que chegaram a Maringá evidenciam que como as demais cidades do Norte do Paraná, havia “ruas de terras, mal definidas e com terrenos de um lado e de outro onde se viam raízes e troncos semi-carbonizados. Muita poeira em dia de sol e lama até os tornozelos em dia de chuva” (SANTOS, 1977, p. 141).

A vida dos primeiros pioneiros que chegaram a Maringá era muito precária, pois além da insuficiência de recursos materiais (escolas, hospitais, estabelecimentos comerciais), havia ausência de saneamentos básicos o que acabava condicionando uma qualidade de vida muito baixa (MARINGÁ, [1993]).

Os imigrantes que aqui chegaram eram brasileiros oriundos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e das regiões Sul e Nordeste. Também estrangeiros compuseram o quadro dos primeiros colonizadores: italianos, alemães, portugueses, espanhóis, russos e muitos japoneses. Essas famílias vinham com poucos bens, mas com muita vontade de

trabalhar e prosperar com o plantio do café, como evidenciam as fontes referentes ao processo de colonização (SANTOS, 1977, p. 143).

[...] muitos dos primeiros moradores eram peões vindos de vários Estados Nordestinos, com o único objetivo de fazer grandes derrubadas. Outros iludidos pelas fabulosas propagandas dessas terras, que na sua maioria diziam que aqui se juntava dinheiro com rastelo, levava alguns proprietários de outros Estados, venderem suas terras e comprar áreas em mata virgem, com o objetivo de plantar café (MARINGÁ, [1993], p.1).

É importante salientar que enquanto nacionalmente aumentava cada vez mais a preocupação em preparar mão-de-obra para o trabalho, seja no comércio ou indústria, o Paraná, na década de 1950, em pleno processo de urbanização e modernização do país ainda estava voltado basicamente ao plantio e ao trabalho no campo. O período de exploração da terra nas décadas de 1950 e 1960 foi marcado por grande instabilidade econômica e lutas partidárias em todo o país. No Norte do Paraná, os trabalhadores rurais por meio da organização de sindicatos lutavam por melhores salários e estabilidade. Os trabalhadores rurais, diante de sua crescente desvalorização e das promessas de vida digna caindo por terra, vão para as cidades acreditando que lá encontrariam melhores condições de vida e subsistência. Situação essa que desencadeia posteriormente o êxodo rural em todo o Brasil (PRIORI, 1999).

Portanto, acredita-se que dentre os fatores que propiciaram a vinda dos primeiros colonizadores estão: o início da desvalorização do plantio de café; o trabalho no campo em vários Estados ocasionando o êxodo rural; a promessa de grandes extensões de mata virgem e a terra apropriada para o cultivo do café no Norte do Paraná.

Em relação à localização da cidade de Maringá dentro da área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, pode-se afirmar, com base nos documentos, que a cidade foi fundada em uma excelente localização. Por esse fator, a companhia esperava que Maringá se tornasse um de seus núcleos urbanos mais importantes (LUZ, 1997).

[...] gente vindo de longe, forasteiros surgidos de repente, famílias inteiras que de uma hora para outra apareciam vagando pelas ruas à procura dos escritórios da Companhia para comprar o seu lote e começar vida nova plantando café. Muitos começaram assim e ficaram ricos. De um lote pequeno passavam para um maior, depois outro, enfim um sítio e depois uma fazenda. Na cidade era mesma coisa. Bastava querer

trabalhar, agir honestamente, e logo o individuo tinha terra, tinha crédito e tinha a vida toda pela frente (COLONIZAÇÃO..., 1977, p. 141).

No estudo “O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá”, Luz (1997), destaca que apesar dessa região estar voltada principalmente para a vida rural e ter como objetivo a exploração agrícola, não deixou de lado em seu planejamento geral, que se constituía no “[...] estabelecimento de núcleos urbanos que pudessem servir como pontos de convergência para essa região, que necessitava cada vez mais de serviços públicos e privados, como retaguarda para o seu desenvolvimento” (LUZ, 1997, p.3).

O município de Maringá foi oficialmente criado no ano de 1951 e teve sua execução administrativa em 1952, ano da primeira eleição para prefeito e início da instalação do núcleo populacional do bairro “Maringá Velho¹⁵”, o qual daria origem ao município. As terras dessa região foram colonizadas, desbravadas e cobertas de plantações, especialmente de café (LUZ, 1997). Sobre a mão-de-obra utilizada no processo de plantação do café, Hoff (1983, p. 84) destaca que “[...] quem movia o processo da produção cafeeira no colonato era à força de trabalho familiar”. O trabalho de toda a família era fundamental, de modo que, nesse período, era comum a presença de crianças no trabalho rural e, mais do que uma realidade comum, este fator significava a luta pela subsistência.

A economia maringaense se desenvolveu principalmente por meio da agricultura, das atividades comerciais e da prestação de serviços locais que se instalaram na cidade. No momento em que Maringá tornou-se município, instituiu-se órgãos da administração pública estadual e federal, juntamente com funcionários e profissionais que representavam a “elite” maringaense. As pessoas que se destacavam na agricultura e nas profissões liberais constituíram um grupo de maior projeção social, sobressaindo-se à frente dos eventos e festas promovidas na comunidade, tanto de cunho social como religioso (SCHAFFRATH, 2003).

¹⁵ O Bairro “Maringá Velho” foi o reduto embrionário do povoamento de Maringá, uma espécie de “boca do sertão” que recebia levas de migrantes procedentes de vários pontos do Brasil, normalmente de São Paulo, Minas Gerais e Nordeste. A companhia de colonização que se encarregou de disciplinar a entrada e a fixação dos povoadores em Maringá, tinha consciência do caráter não definitivo daquele núcleo originário, porém estimulou a permanência das pessoas em forma de doações de terras para empreendimentos de interesse público. O marco inicial que revelou a verdadeira dimensão do povoado foi em 10 de novembro de 1942, quando inaugurou-se a primeira casa do patrimônio – O Hotel Maringá. O “Maringá Velho” não se desenvolveu separadamente do assim chamado “Maringá Novo”, observando-se uma integração entre as partes e coincidindo com os interesses da companhia de promover a cidade como um todo. A própria conversão do bairro em zonas 5 e 6 indica essa preocupação de unificar todos os focos de povoamento, independente do momento de colonização (MEMÓRIA..., [ca 1960, 1 f]).

O desenvolvimento da cidade de Maringá ocorreu de forma rápida, assim como sua economia. Em relação ao ensino, foi com o crescimento da população que houve o interesse e a necessidade de se criar escolas para atender os novos imigrantes e os próprios moradores já fixados na cidade. A necessidade era tamanha que os próprios habitantes se organizaram inicialmente para oferecer condições de escolarização para seus filhos:

Com o crescimento do patrimônio, foi necessário que os próprios habitantes resolvessem o problema de escola para seus filhos. Adaptaram para isso uma residência, onde algumas professoras passaram a lecionar. Nela estudaram vários dos filhos dos pioneiros. Para aqueles que já estavam em condições de freqüentar a escola secundária e cujos pais tinham posses, o recurso era estudar em centros maiores como Londrina, Jacarezinho e São Paulo. Nesse caso, os estudantes ficavam em internatos, geralmente dirigidos por religiosos, só visitando a família nas férias. Alguns pais assumiam o encargo de ensinar seus próprios filhos e outros incumbiam alguém com mais instruções de fazê-lo (LUZ, 1997, p. 69).

Em decorrência da falta de escolas para atendimento da população e da solicitação dos próprios moradores da cidade junto ao prefeito, o município convidou a professora Dirce de Aguiar Maia, formada no Rio de Janeiro e residente na cidade de Cambé/PR, para que se encarregasse da educação em Maringá. De acordo com documentos do Arquivo do Patrimônio Municipal, Dona Dirce, diretora da escola, dava orientação ao corpo docente das escolas municipais que não recebiam nenhuma orientação pedagógica por parte das autoridades do município (SCHAFFRATH, 2003).

Nesses primeiros anos, não havia um programa de ensino nem diretrizes. As orientações pedagógicas e administrativas eram dadas pela Delegacia de Ensino de Londrina e Dona Dirce as repassavam as demais professoras. No ensino primário, os conteúdos eram trabalhados e, no final de cada ano, reunia-se uma mesa organizadora para aplicar as provas finais, realizadas na forma escrita e oral. Não havia uma estrutura escolar e, como já mencionado, as aulas eram organizadas nas próprias casas e ministradas por pessoas que tivessem o mínimo de escolarização que consistia nas quatro operações e na escrita do próprio nome (SCHAFFRATH, 2003).

A primeira escola primária foi fundada em 1946, localizada no bairro “Maringá Velho”, recebeu o nome de “Casa Escolar”, passando a denominar-se “Escola Isolada do Maringá Velho” no ano de 1947 (SCHAFFRATH, 2003, p. 16). A escola foi construída em

madeira pelos próprios moradores, que também confeccionaram os bancos escolares que atenderiam os 40 alunos matriculados.

Na década de 1950 instalou-se em Maringá

[...] vários estabelecimentos de ensino médio, como o Ginásio Maringá, o Ginásio Estadual, o Ginásio Santa Cruz, a Escola Normal Secundária ‘Amaral Fontoura’ e a Escola Normal Regional ‘Eduardo Claparède’; estas últimas funcionaram a partir de 1956 (LUZ, 1997, p. 174).

No ano de 1951, Maringá já possuía dois grupos escolares estaduais, 16 escolas municipais e uma escola particular de ensino secundário, além de quatro escolas de corte e costura (LUZ, 1997, p. 108). Já no final da década de 50, esse número havia crescido significativamente, conforme dados compilados pela autora:

Em 1959 havia 82 escolas primárias, entre municipais e estaduais, onde lecionavam 310 professoras. As escolas isoladas estavam subordinadas a uma Inspetora Estadual de Ensino. As escolas de nível médio eram ao todo 6, incluindo ginásios, escolas normais e escola técnica de comércio. A primeira turma de normalistas de Maringá se formou em 1958; eram 15 novas professoras (LUZ, 1997, p. 174-175).

O nível de escolaridade da população nos primeiros anos do município ainda era muito baixo, tendo em vista que a maioria dos moradores do município eram oriundos da zona rural. (LUZ, 1997).

Das pessoas com cinco e mais anos de idade, apenas 14,2% freqüentavam a escola em 1960, no município de Maringá. Entre as crianças de 5 a 9 anos, esse índice chegava a 25,6%; de 10 a 14 anos, a escolaridade aumentava para 55,7%. O baixo índice de escolaridade pode ser explicado pela insuficiência de escolas, pela predominância da população rural – cujo acesso às escolas era mais difícil –, pelo pouco interesse dos pais, que preferiam que os filhos os ajudassem nas atividades agrícolas. [...] Note-se que, até 1960, os estabelecimentos de ensino secundário eram poucos e os de nível superior ainda não existiam. [...] O maior índice de alfabetização referia-se às pessoas de 15 a 19 anos de idade (80,5%); pode-se concluir, no entanto, pela baixa escolaridade das mesmas (11,2%), que ao terminarem o curso primário, ou mesmo antes, na maioria dos casos, ao se considerarem alfabetizadas, tenham abandonado os bancos escolares (LUZ, 1997, p. 130-131).

Dentre as 36 escolas criadas pelos primeiros legisladores, a maior parte eram situadas na zona rural. No entanto, muitas crianças acabavam não podendo frequentá-las por representarem mão-de-obra no trabalho rural junto às famílias (HOFF, 1983).

Nessas famílias, a criança não se constitui fundamentalmente uma promessa do futuro, mas sim um elemento do presente. [...] A criança é, já no presente ‘força de trabalho’ agregada à do pai e à da mãe, mas essencialmente sob o mando do chefe da família (OLIVEIRA apud HOFF, 1983, p. 54).

Além das dificuldades em relação à oferta e acesso ao ensino encontradas pelas primeiras famílias que chegaram à região de Maringá, haviam deficiências em relação aos meios de transportes. “As estradas, de leito natural, ficavam intransitáveis na época das chuvas e era difícil a comunicação com as outras localidades” (LUZ, 1997, p. 103).

Observe-se as dificuldades em relação aos recursos materiais, os recursos humanos eram dignos de preocupação. Era enorme a dificuldade em contratar professores formados, o que levou a formação de um corpo docente com professores habilitados pelo curso ginásial, outras com curso primário e, algumas, até mesmo sem o curso primário completo (SCHAFFRATH, 2003).

Com a crescente ampliação de escolas, evidenciou-se a necessidade de melhor estruturar a rede de ensino público com professores habilitados. De modo que, nesse período, foi imensa a demanda para que fosse criada uma escola específica para formar os professores que iriam atuar no ensino primário da cidade. Desse modo, foram criadas, no final da década de 50, as primeiras Escolas Normais no município de Maringá: a Escola Normal Regional “Eduardo Claparède”, a Escola Normal Secundária “Amaral Fontoura”, no âmbito do ensino público e a Escola Normal do Colégio Santa Cruz, no âmbito do ensino privado (LUZ, 1997).

Apesar da fundação dessas escolas se inserirem no contexto nacional da década de 1950, sua criação esteve amparada pelo Decreto Lei nº 8530 de 1946, instituído pelas Leis Orgânicas do Estado Novo. É preciso mencionar que com o fim do Estado Novo, os debates da Assembléia Constituinte de 1946 foram pautados, de acordo com Hilsdorf (2003):

[...] segundo os alinhamentos ideológicos mais amplos concernentes aos direitos da Igreja e do Estado sobre a educação – revestidos de disputas em torno do ensino público *versus* ensino privado –, configurando-se

como ‘momento de luta entre os pioneiros e os católicos’. Simultaneamente postergava-se para a futura etapa da aprovação de uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB) as principais definições da **política** educacional nacional. Essa espera duraria 15 anos (HILSDORF, 2003, p. 109-110).

Sendo assim, 15 anos após a Assembléia Constituinte, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20/12/1961) foi aprovada nos termos propostos de apoio à iniciativa privada, sem grandes alterações em relação à organização existente desde a Reforma Capanema de 1942 como ressalta Hilsdorf (2003):

[...] exceto pela proposição de currículos flexíveis e de mecanismos democratizantes do tipo possibilidade de aproveitamento de estudos entre o ensino técnico e o acadêmico. Ao facilitar a expansão do ensino privado, principalmente para aos níveis secundários e superior, ao oferecer-lhes **subsídios** na forma de bolsas de estudo e auxílio na manutenção da infra-estrutura dessas escolas, ao tratar da expansão do ensino em termos de incentivo à escola privada sem alterações importantes no ensino público, ficam evidentes os **limites** do liberalismo democrático representado como inspirador da nova Lei, o qual definia ideologicamente o período: do ponto de vista do sistema escolar, os anos de 1946 a 1964 são **conservadores** (grifos do autor) (HILSDORF, 2003, p. 111):

A idéia de criação de um sistema nacional de ensino, apesar de ser legalmente reconhecida na LDB de 1961, de fato, acabou não saindo do papel (Saviani *apud* BUFFA, 2005). Isso ocorre devido as diferenças de grupos em conflito, de um lado defensores da escola pública e de outro, os privatistas da educação. Para Saviani (2005), foram as divergências entre esses dois campos de disputa que dificultaram a efetivação de um sistema nacional de ensino no país. Com base na LDB, que defendia em seu discurso a expansão do ensino primário assim como, a liberdade, laicidade e gratuidade de ensino, acirraram-se os debates em torno das verbas e recursos públicos injetados em instituições particulares. O que acabou dificultando ainda mais o processo de democratização e ampliação do ensino primário.

Cumprir mencionar que foi discutido, nesse período, tanto a influência da vertente religiosa católica nas redes educativas públicas e particulares quanto o papel e descaso do Estado para com o acesso e oferta de vagas nas escolas públicas do país. Foi nesse contexto de interesses e conflitos em torno da urgente ampliação da rede escolar que a Escola Normal se fez necessária.

Ao ser defendido, no âmbito do Curso Normal, a organização de um sistema nacional de ensino comprometido com a disciplinarização e o civildade frente aos interesses nomeadamente do Estado e das classes sociais em ascensão, pretendia-se, sobretudo, a partir do discurso em torno da “valorização” docente, que fossem difundidos os princípios e ideais em torno da construção de uma nova pátria e formação de um novo homem cujos interesses estivessem voltados à nação. Pode-se afirmar que as Escolas Normais Secundárias instituídas em Maringá, assim como as de outros Estados brasileiros, se constituíram, nas décadas de 1950 e 1970, além de espaço de formação docente, palco de inúmeros interesses e tensões políticas, econômicas e sociais, como poder-se-á acompanhar no capítulo seguinte.

3 A CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL EM MARINGÁ

Inicialmente, é preciso apontar que, apesar da complexidade dos fatos que permearam e impulsionaram a criação e a organização das Escolas Normais Secundárias em Maringá durante a década de 1950, a instalação desse nível de escolarização no município fez parte de um projeto de educação nacional e esteve, em todo o seu percurso, intimamente ligado às questões sociais, econômicas, políticas e culturais relacionadas ao contexto histórico da época.

Diante da importância e amplitude da temática, adotou-se uma abordagem narrativa e cronológica de forma a enfatizar, neste capítulo, as características que marcaram o início da trajetória da Escola Normal de Maringá durante a década de 1950 e a consolidação desse nível de ensino durante as décadas de 1960 e 1970. Para tanto, elencar-se-á os elementos determinantes no processo de criação da Escola Normal Secundária: sua história, política e práticas pedagógicas, por meio de uma incursão histórica que se tornou possível com base na leitura dos documentos e da realização das entrevistas com ex-alunas e professoras das instituições escolares que ofertavam o ensino normal.

3.1 O final da década de 1950 e a instalação da Escola Normal Secundária em Maringá: história, políticas e práticas pedagógicas

Como evidenciou-se no capítulo anterior, é preciso compreender a Escola Normal Secundária no Instituto de Educação e no Colégio Santa Cruz de Maringá contextualizando-a como parte de um projeto maior que visava o desenvolvimento e progresso do município e da nação por meio da educação. Portanto, essas Escolas Normais foram criadas no contexto de “regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias (1931-1961), incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador” (SAVIANI, 2005, p. 12), além de receberem influência de princípios liberais que defendiam um amplo papel social no âmbito da educação, tornando-as espaços propícios para a difusão dos ideais da sociedade capitalista.

Dada à extensão e densidade desse item, é preciso mencionar que se pretende apresentar ao leitor informações além do processo de criação desse curso nas duas

instituições, ou seja, mostrar como foi organizado e estruturado, assim como as atividades realizadas em toda a sua trajetória mediadas pelo contexto social, econômico, político e cultural da época. Isso por acreditar-se que, para compreender a história do Curso Normal Secundário em Maringá, é necessário contextualizá-lo, evidenciando os interesses e as influências internas e externas, é preciso conhecer os agentes envolvidos, as práticas e as atividades realizadas dentro e fora das salas de aulas do Curso Normal desde o momento de sua criação.

É preciso considerar que nos anos de 1956 e 1959, momento de criação das Escolas Normais Secundárias em Maringá, acirravam-se os debates em nível nacional em torno do papel da escola, do professor e da função social da educação. Esses debates tiveram como cenário disputas em torno do ensino público versus ensino privado, “[...] configurando-se como ‘momento de luta entre os pioneiros e os católicos’” (HILSDORF, 2003, p. 110), o que culminou com o “Manifesto dos Educadores mais uma vez reunidos”, em 1959 e com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961. A nova Lei, sob as bases do substitutivo Lacerda, foi aprovada “nos termos propostos de apoio à iniciativa privada, sem alterar a organização do ensino existente desde a reforma Capanema (1942)” (HILSDORF, 2003, p. 111).

Em meio aos debates entre os defensores do ensino público e dos defensores do ensino privado, percebe-se que o discurso ideológico, desse momento, defendia a renovação do ensino e a adoção de novas teorias pedagógicas baseadas nos ideais liberais, sobretudo, no positivismo.

Revitalizando o discurso positivista, presente na educação há mais de um século, o Estado pautava-se na premissa de que a educação seria a salvação dos problemas sociais e as instituições escolares teriam um papel determinante para o progresso do país, o que acabou por impor responsabilidades ao sistema escolar que não lhe cabiam, como poderá ser observado no decorrer desse capítulo.

Em termos pedagógicos, na década de 1950, mantinham-se os princípios escolanovistas difundidos no Brasil a partir de 1920, no período denominado de “otimismo pedagógico”, o qual buscava a formação de um novo homem comprometido com o destino do país. A “tendência escolanovista costuma ser identificada com a expressão ‘otimismo pedagógico’, à medida que seus divulgadores estão imbuídos da esperança de democratizar e de transformar a sociedade por meio da escola” (ARANHA, 1996, p. 198).

Tendo em vista a dimensão da influência escolanovista na educação brasileira, pode-se afirmar que o Curso Normal em Maringá, desde a sua criação no final da década de 1950 até o final da década de 1960, acabou incorporando fortemente o ideário da escola nova em defesa da ordem, moral e progresso, na qual todo o cidadão deveria estar envolvido. Passou a ser considerada essencial para o desenvolvimento da sociedade, a exemplo do que enfatizava a teoria educacional de Dewey:

A escola, para Dewey, não pode permanecer alheia a essa profunda transformação da sociedade, mas deve ligar-se intimamente ao “progresso social” mudando radicalmente sua própria forma. Ela deve tornar-se uma comunidade em miniatura, uma sociedade embrionária, mediante um contato mais estreito com o ambiente e com a realidade social do trabalho (CAMBI, 1999, p. 550).

No Brasil, as redes educativas, até os anos 1970, empenharam-se no projeto de modernização nacional e estiveram articuladas na defesa nacional, exaltação da bandeira e forte patriotismo deixado pelos católicos e nacionalistas.

Com base nessas considerações, inicia-se a trajetória da primeira Escola Normal Secundária de Maringá denominada “Escola Normal Secundária Amaral Fontoura” até o ano de 1966 e, posteriormente, “Instituto de Educação Estadual de Maringá”. Essa instituição foi criada no dia 13/12/1955, pela Lei nº 2.532. Constan nos documentos que a instalação ocorreu no dia 09/03/1956, após a verificação das condições do prédio, realizada pelo Sr. José Zakarbim, delegado de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura de Curitiba-PR (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 1).

As inscrições para o ingresso no Curso Normal da instituição foram abertas no dia 12 de agosto de 1956, para a realização de “exames vestibulares”¹⁶ (prova escrita e oral de língua portuguesa e prova escrita de Matemática), tanto para a Escola Normal Secundária, como para a Normal Regional, devendo os candidatos apresentar a seguinte documentação:

Escola Normal Secundária.

A inscrição para a Escola Normal Secundária será feita mediante requerimento dirigido ao Diretor de Estabelecimento, instruído com documentos que provem:

¹⁶ Também chamados de “exames de admissão” para o Curso Normal, só passavam nestes exames, aquelas que tinham conhecimentos nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, esses exames de caráter seletivo acabavam privilegiando uma pequena parcela da população, principalmente no âmbito privado. De acordo com entrevistas, passar nesses exames na época era motivo de muito orgulho para os alunos e pais, era como se fosse passar em um vestibular, dado o seu nível de exigência.

- a) qualidade de brasileiro;
 - b) ter Curso Normal Regional completo ou curso ginasial;
 - c) não ter em 31 de julho de 1955 menos de 15 anos de idade, nem mais de 25 anos;
 - d) ter-se submetido a vacinação anti-variólica;
 - e) bom comportamento social;
 - f) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional, que o incapacite para o exercício do magistério;
 - g) sanidade física e mental;
 - h) ter o pai ou responsável assumido a obrigação de cumprir as disposições regulamentares do Estabelecimento.
- Deverão juntar aos documentos 3 fotografias 3X4.
(INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 1-2).

Quanto às exigências para o ingresso no Curso Normal Secundário era preciso ter concluído o Curso Normal Regional ou outro de nível ginasial para o seu ingresso:

Escola Normal Regional:

A inscrição far-se-á mediante requerimento dirigido ao Diretor do Estabelecimento, instruído com os documentos:

- a) certidão de idade onde se provar a idade mínima de 13 anos.
- b) atestado médico, que além de certificar que o candidato se encontra em condições gerais de saúde satisfatória, deve especificar que não se trata: predisposto a tuberculoso, neuropatia, pessoa com defeito de linguagem, sinistro exclusivo.
- c) diploma de conclusão do Curso Primário.

Deverão juntar aos documentos 3 fotografias 3X4.

Diretor do ginásio: Agostinho Veronese.

(INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 1-2).

Nesse período, o Curso Normal Secundário e o Curso Normal Regional (Ginasial) se difundiram em âmbito nacional, sobretudo em função das leis voltadas à educação e formação de professores. A esse respeito, cabe apontar que em 1911, com a dualidade de escolas de formação de professores, as escolas complementares a nível ginasial foram transformadas em Escolas Normais primárias e as escolas de “[...] padrão mais elevado em ‘normais secundárias’” (TANURI, 2000, p. 69).

O que ocorre a partir da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 que determinava a criação de cursos ginasiais e secundários. O Curso Normal foi dividido em dois ciclos, o primeiro, de quatro anos, para regentes era dado pela Escola Normal Regional e o segundo ciclo, para professores primários, com três anos, seria ofertado na Escola Normal junto à qual haveria um grupo escolar (BRASIL, 2000).

Cumprido, nesse sentido, assinalar que os dois ciclos preparavam o professor para atuar no ensino primário, no entanto, o que as diferenciava era o aprofundamento das disciplinas e conteúdos relacionados ao ensino-aprendizagem. O requisito para ingresso ao Normal Regional era a conclusão da 1ª a 4ª série do ensino primário. Por outro lado, os alunos que ingressavam no Curso Normal Secundário tinham noções de conteúdos didáticos que seriam aprofundados no Normal Secundário.

Em relação ao Normal Regional, pode-se afirmar que teve uma grande procura em Maringá, pois, além de ser um nível de ensino valorizado na época, dava acesso legal à carreira docente, visto que havia nos primeiros anos após a criação do município uma grande carência de professores formados¹⁷. O que posteriormente foi sendo suprido com a criação dos Cursos Normais Regionais e Secundários.

Para se ter uma idéia da qualificação dos professores primários no Brasil, ‘ainda é muito insatisfatória, pois dos 211.601 que se encontravam em exercício, em 1959, apenas 113.747 (52%) eram normalistas. Na maioria das unidades da Federação, sobretudo na zona rural, o ensino primário está entregue, em grande parte, a professores não qualificados’ (WEREBE, 1969, p. 116).

Como destaca Werebe (1969), era enorme o contingente de professores não formados durante a década de 1950. Esse quadro não se distinguia da realidade de Maringá, na qual muitas professoras, quando iniciaram suas carreiras, tinham apenas o curso primário ou ginásial. As professoras que assumiam turmas primárias na zona urbana e rural foram, na maioria das vezes, convidadas por políticos e pessoas influentes na sociedade. Sobre esse fato, as entrevistas mostraram que para ministrar aula nesse período bastava ter o curso primário.

[...] naquele tempo eles pegavam pessoas com o curso primário só, a maioria das professoras que eu conheci lá no Colégio Osvaldo Cruz tinham apenas o primário. Tinha lá umas quatro normalistas só. Eu tinha o ginásial e o primeiro científico quase completo e normalista tinha umas quatro só, e as outras eram todas pessoas pegadas assim só com primário ou com ginásio, poucas tinham o ginásio tanto é que quando souberam que

¹⁷ No ano de 1948 havia em Maringá 17 professoras apenas, já em 1952, só no Grupo Osvaldo Cruz, havia 33 professoras mineiras, paulistas, paranaenses e de outros Estados que ministravam o ensino primário (BRANDESPIM, 1957, p. 126). No ano de 1964 havia 661 professoras regentes de classe e 76 não regentes. Dos regentes, 404 eram normalistas: 33 do sexo masculino (dois na zona rural) e 371 do sexo feminino (43 na zona rural) e 257 não normalistas: 47 do sexo masculino (oito na zona rural) e 210 do sexo feminino (48 na zona rural). Dos regentes, dois eram do sexo masculino (um na zona rural) e 74 do sexo feminino (quatro na zona rural) (IBGE, 1967, p.14).

nós tínhamos o ginásio eles ofereceram aulas pra mim e minha irmã France Luz¹⁸.

Além da dificuldade em encontrar pessoas para atuar no ensino primário da cidade, havia problemas como falta de instalações e materiais escolares, transportes, dentre outros. O que acabava por exigir muito esforço e disposição por parte dos professores. Essas professoras, além de enfrentarem dificuldades em função da precária organização do ensino, ainda enfrentavam os mais diversos problemas relacionados à urbanização do município, conforme relato de uma ex-normalista:

Quando eu comecei a trabalhar, peguei as quatro séries juntas, era uma escola multi-seriada, uma sala pequena, um quadro pequeno que eu tinha que dividir em duas partes. Na zona rural tinha escolas maiores com duas salas. A professora tinha uma turma de manhã e depois outra à tarde, geralmente eram dois períodos e a gente ia de manhã e ficava lá até 3, 4 horas da tarde quando a Kombi ia buscar. A gente almoçava por lá, isso quando não dava uma chuva muito grande daí a Kombi não descia e você tinha que dormir por lá ou tinha que descer no barro para ajudar a empurrar a Kombi atolada, não era fácil não¹⁹.

Valendo-se disso, pode-se apontar que o processo de instalação das primeiras Escolas Normais em Maringá, não foi diferente das demais cidades brasileiras, principalmente das localizadas no interior. As Escolas Normais públicas, na maioria dos Estados, passaram por um processo contínuo de mudanças na localização do curso e salas de aulas. Consta nos documentos que a Escola Normal Secundária “Amaral Fontoura” e a Escola Normal Regional “Eduardo Claparède”, funcionavam no mesmo prédio, atual Colégio Estadual João XXIII, e foram administradas pela mesma diretora, professora Ruth Loureiro Costa, no início das atividades em 1956 (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 2006).

Em 19 de abril de 1958 a Escola Normal “Amaral Fontoura” passou a funcionar no Grupo Escolar da Vila Operária. No ano de 1963, a escola foi transferida para as instalações do Grupo Escolar “Néo Alves Martins”, no período diurno. Enquanto o curso primário anexo funcionava no Colégio “Gastão Vidigal” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 3). Tais dados permitem visualizar que durante os

¹⁸ Entrevista fornecida por Orietta Koenen Luz, aluna formada no Instituto de Educação em 1961, no dia 18/11/2005.

¹⁹ Entrevista fornecida por Emilia Ribeiro Fontana, aluna formada no Instituto de Educação em 1969, no dia 17/11/2005.

primeiros anos da “Escola Normal Amaral Fontoura”, a instalação e o local fixo para a realização das aulas ocorriam de forma improvisada e atribulada por não haver um local próprio para o funcionamento do Curso Normal.

A distribuição e abertura de turmas ocorriam conforme a demanda e a disponibilidade de local para as aulas. Nesse momento, turmas de nível secundário e ginásial acabaram sendo espalhadas por várias instituições de ensino da cidade, que ficavam na maioria das vezes, sob os encargos de uma mesma diretora. Esse quadro evidencia um visível descaso por parte do Governo Central no sistema educacional público.

Nesse resgate, destaca-se que as Escolas Normais em todo o Brasil, a partir dos Decretos-Leis de 1966/77, para cumprirem as novas orientações previstas passaram a denominar-se Instituto de Educação. Logo, a escola de ensino secundário “Escola Normal Amaral Fontoura” passou a ser denominada “Instituto de Educação Estadual de Maringá”. Consta nos documentos que essa instalação ocorreu sob o decreto nº 2548 de 20 de setembro de 1966²⁰. O evento foi marcado pela realização da abertura solene em comemoração a instalação, presidida pela Diretora Branca de Jesus Camargo Vieira e demais autoridades de ensino e civis da cidade (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 1).

No âmbito do ensino privado, no ano de 1959, ocorreu a criação da primeira Escola Normal da rede particular de ensino em Maringá, no Colégio Santa Cruz²¹. Esse colégio, de caráter confessional, foi organizado e mantido pela Congregação Religiosa das Irmãs Carmelitas de Vedruna²². Consta que estava na direção desse curso, além das irmãs, a professora Felisa Quincoces, que marcou profundamente a trajetória dessa instituição (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1989).

As obras de construção do prédio de madeira que abrigaria as primeiras instalações do Colégio Santa Cruz tiveram início em agosto de 1952. A escola contava com seis salas de aula, que foram feitas com a ajuda da população da cidade, donos de serrarias e olarias que doaram o material para construção do prédio. A Companhia

²⁰ O decreto oficial de autorização sob o nº 1459 foi reconhecido somente em 30-12-1975.

²¹ A autorização para o funcionamento da Escola Normal Secundária ocorreu no dia 12/01/1960, sob o decreto nº 27.434 e o reconhecimento do decreto sob o nº 12.971 ocorreu somente em 12/11/1968, no qual, ficou denominado Escola Normal Santa Cruz.

²² As irmãs dessa congregação que tem como objetivo a divulgação da fé católica, estão presentes em 21 países, no Brasil em 5 estados: Paraná, São Paulo, Mato grosso, Pernambuco e Minas Gerais (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1989).

Melhoramentos Norte do Paraná doou o terreno onde foi construída a primeira capela de Maringá, a Capela Santa Cruz (COLÉGIO SANTA CRUZ, 2003).

O Colégio Santa Cruz foi autorizado pela Secretaria da Educação e Cultura a funcionar sob essa denominação no dia 17/12/1952, ofertando inicialmente apenas o Curso Primário. Em 1956 recebeu a autorização para o funcionamento do Ginásio Santa Cruz e no ano de 1959 para o funcionamento do Curso Normal.

Acredita-se que para seu reconhecimento, os colégios que ofertaram o Curso Normal na cidade, provavelmente tenham se baseado nas exigências estabelecidas pela Resolução do Conselho Estadual de Educação do Paraná²³ (ANEXO A). Essa Resolução, no uso de suas atribuições e de acordo com o parecer da Comissão Especial, estabeleceu normas para a autorização de funcionamento e reconhecimento de estabelecimentos de Ensino Normal, integrantes do Sistema Estadual de Ensino sob o Processo nº 617/1967, conforme Capítulo Primeiro “‘Das Diretrizes Gerais’. A Resolução estabeleceu sobre a criação e instalação de Escolas Normais, objetivando atender a falta de professores primários qualificados para atuar no ensino do país” (PARANÁ, 1967, p. 6-7).

A falta de professores primários qualificados foi a marca dominante nos discursos em torno da abertura de Escolas Normais em todo o país. Esse documento refere-se à necessidade dessas escolas se destinarem exclusivamente à formação do professor primário, assim como à documentação exigida para o seu reconhecimento. Tal Resolução evidencia a importância da prática de ensino e experimentação de métodos renovados na disciplina de Teoria e Prática da Escola Primária. O documento relata as exigências em relação às instalações, de forma que sejam convenientes e tenham as condições apropriadas para o funcionamento do Curso Normal. Exigência essa considerada plausível naquele período devido ao contexto rudimentar em que se erguiam muitas escolas em Maringá.

A instalação e criação dessas duas Escolas Normais no município vinham responder a demanda e a necessidade de se ter uma escola melhor estruturada para a educação dos filhos e moradores que aqui chegavam. Conforme evidenciaram as entrevistas era reivindicado por muitos pais, um ensino que fosse além da formação intelectual, por meio da aprendizagem dos conteúdos das disciplinas. Assim sendo, o Curso Normal acabou priorizando, de acordo com o discurso da época, a formação moral, a religiosa e os “bons costumes”. Tais preceitos, ainda sob influência da concepção de

²³ Resolução sob o nº 46/1967, art. 74, letra “p” da Lei nº 4.978, de 05/12/1964.

educação escolanovista, também estavam alinhados, como já ressaltado anteriormente, aos princípios do catolicismo, da disciplina e de uma formação clássica.

Com base nesses princípios, as classes femininas foram conformadas, de acordo com Hilsdorf (2003), à função de preparação para a vida doméstica. Isso se evidencia na composição das classes e no comportamento e conduta esperada das normalistas. A esse respeito pode-se citar, conforme os depoimentos das alunas que frequentaram o Curso Normal em Maringá, que tanto o objetivo da criação da Escola Normal quanto da formação docente era constituir um comportamento moral e uma postura adequada aos padrões da época.

O Curso Normal Secundário era, no final da década de 1950, o nível de ensino mais elevado e, ao mesmo tempo, considerado o curso mais indicado às mulheres maringaenses e, por este fato, foi sempre muito exaltado e valorizado. As instituições que o ofertavam, além do total apoio que recebiam das autoridades municipais, mantinham um contato muito próximo com a comunidade. O acesso ao Curso Normal no município, no decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970 constituía-se em um privilégio, não apenas em relação às alunas da rede privada, como para os alunos da rede pública de ensino.

Vários foram os motivos que impulsionaram a procura por vagas no Curso Normal Secundário em Maringá nas décadas de 1960 e início de 1970, dentre esses podem ser citados: o aumento de vagas nas escolas de ensino primário; a demanda por professores qualificados e a força no município do discurso de valorização dessa profissão que se constituía um mérito naquele contexto.

Essa valorização dada à profissão docente correspondia à função social atribuída a escola naquele contexto, o de “redentora dos problemas sociais”. Assim, a formação das normalistas, imbuídas de uma educação clássica e de princípios morais e religiosos, contribuiria para a difusão de uma educação comprometida com o desenvolvimento da sociedade capitalista. Colocadas essas questões, considera-se imprescindível chamar a atenção para o apoio e a valorização que o curso normal recebeu por parte da comunidade maringaense.

3.1.1 A influência religiosa na Escola Normal Secundária

É imprescindível mencionar a forte influência que a igreja católica exerceu na educação brasileira desde a chegada dos jesuítas em 1549, marcadamente no período imperial e mantendo-se durante a república, no sentido de legitimar e preservar a ordem social, política e econômica estabelecida pelo capital.

Em relação à autoridade da igreja católica, é preciso reconhecer que foi a religião oficial do Estado e uma “boa parte dos regimes políticos existentes antes da Modernidade se apoiaram no poder divino dos reis. A igreja seria *mater et magistra*²⁴ em todos os assuntos pertinentes a socialização das novas gerações incluídas a moralidade e a fé destas” (CURY, 2005, p.7).

A igreja católica no Brasil, desde o império, sempre se fez presente em todo o território nacional, principalmente na formação das elites, sobretudo na rede particular de ensino, na qual encontrou espaço para continuar exercendo seu poder. No entanto, sua influência não se deu apenas no âmbito das instituições escolares, como pode ser observado nessa citação de Hilsdorf (2003) sobre os Pioneiros da Escola Nova e os Católicos na Associação Brasileira de Educação - ABE:

[...] nos anos 20, essa entidade é autoritária, e não, liberal; nela não dominam os liberais renovadores como um grupo homogêneo de linha liberal e escolanovista: não somente existem várias correntes de opinião, várias facções, como, ainda, o que predomina é a orientação do grupo dos católicos, preocupados com a formação das elites cuja tarefa é por sua vez, formar o povo de acordo com as tradições nacionais, **associadas** – para eles – à cultura religiosa da Igreja, representada como o “cimento da nacionalidade e da ordem” [...] (HILSDORF, 2003, p.82).

Para além das instituições escolares de caráter confessional, os católicos acabaram encontrando terreno fértil nas escolas públicas, como revela o presente estudo. Conforme

²⁴ A encíclica *Mater et Magistra* foi publicada pelo Papa João XXIII em 15 de maio de 1961 e estimulava a organização dos trabalhadores do campo em sindicatos e associações de classe, “pois só assim ele poderia viver com abastança e desfrutaria da dignidade da vida que lhe convém”. No entanto, essas organizações jamais deveriam quebrar o “respeito a moral e as leis civis”. Pelo contrário deveriam “harmonizar os seus direitos e interessem com os das outras classes de cidadãos, ordenando-os todos ao bem comum do país”. A igreja católica se colocava frente aos problemas sociais do homem do campo (DE SANCTIS apud PRIORI, 1999, p. 166).

Cury (2005), a igreja criou tradição de ensino no país e tornou-se uma instituição de caráter assistencialista reconhecida em âmbito nacional.

O interior distante, quase inacessível, a fez forjar laços com grupos rurais e, durante a Colônia e o Império, com os índios. A evangelização, as missões, cultos, peregrinação e festas formam uma outra face da presença educadora da igreja. Sua ligação urbana não era menos forte, especialmente no setor da assistência social com destaque para os orfanatos, asilos e santas casas de misericórdia. Esta característica assistencialista da Igreja combinou-se com a educação das elites em colégios e instituições (CURY, 2005, p.7).

No Paraná pode-se afirmar que o poder exercido pela igreja católica no Norte do Estado do Paraná, no final da década de 1950 e decorrer da década de 1960, se efetivou por meio do combate às lutas e mobilizações dos trabalhadores rurais em defesa de seus direitos e melhores salários. A igreja católica procurou deter os movimentos organizados por esses trabalhadores descontentes, defendeu uma atuação pacífica por parte deles, assim como o cumprimento e obediência às leis (PRIORI, 1999).

No âmbito do município de Maringá, os preceitos religiosos marcaram a vida sociocultural dos primeiros colonizadores:

Os colonizadores superavam seus sofrimentos e dificuldades através da fé, tanto que a mobilização dos habitantes para a construção da catedral em 1950 é bastante significativa para entendermos a importância da religiosidade na vida das pessoas pertencentes a esse município. Muitas cidades fundadas anteriormente não contavam com a presença de um bispo em sua sede, e Maringá, com apenas 9 anos, já tinha seu primeiro representante eclesiástico, D. Jaime Luiz Coelho. A partir de então a presença do bispo tornou-se de fundamental importância. Ganhou poder e respeito, tendo sua imagem adquirido extensa dimensão social, estando sempre ligado a elementos de maior projeção social. Foi a figura responsável pela intensa propagação moral e religiosa, até mesmo através de uma coluna permanente no primeiro jornal citadino. O modelo de sociedade implantado seguiu regras tradicionais e padrões idealizados pela ordem, moral pública e cristã [...] A memória dessa cidade está intrinsecamente ligada ao aspecto religioso, moral e econômico, presentes no imaginário e definidores de práticas sociais (RIBEIRO, 1999, p. 334).

O aspecto religioso, como um definidor das práticas sociais, esteve presente no âmbito das instituições que ofertaram o Curso Normal em Maringá. Por exemplo, o Instituto de Educação, mesmo enquanto uma instituição pública, de caráter não confessional, assumiu e incorporou, em suas atividades, os preceitos religiosos católicos, mediados pela atuação do bispo diocesano do município. No entanto, não tão fortemente

como no Colégio Santa Cruz, de caráter confessional, que incluía missas e terços durante o período das aulas.

O Colégio Santa Cruz, teve sua origem na Congregação das Irmãs Carmelitas da Caridade de Vedruna²⁵ e tinha como um de seus objetivos, trabalhar os valores religiosos sob os quais a congregação está alicerçada: fraternidade, justiça, liberdade e fé. Sua filosofia em relação ao trabalho Educativo é, desde a criação, marcada pelo lema “Tudo por amor, nada a força” (COLÉGIO SANTA CRUZ, 2003).

É por meio dos documentos e das entrevistas que pode ser revelada a influência religiosa que marcou a trajetória do Curso Normal em Maringá, sobretudo no âmbito da escola particular. Aliás, convém lembrar que a luta entre os partidários da escola pública e os da escola particular foi a mesma que se travou entre a escola religiosa (ou ensino confessional) e a escola leiga (ou ensino leigo). Isso, pois, no momento em que a igreja católica lutou para se manter no poder a partir da criação dessas escolas livres e confessionais, acabou travando assim uma luta econômica entre o ensino público e privado (LEMME, 1994).

Essa luta foi marcada pela disputa por recursos financeiros injetados pelo Estado em entidades privadas, assim como pela não fiscalização dessas entidades, por isso, nas escolas o ensino religioso predominava sem respeito à liberdade de escolha.

É importante lembrar que o substitutivo Lacerda, que foi aprovado como LDB em 1961, “atendia aos interesses comerciais da iniciativa privada organizada empresarialmente e aos ideológicos da Igreja Católica” e previa o financiamento das escolas privadas pelo poder público (HILSDORF, 2003, p. 110).

Apesar da reação de educadores e intelectuais em defesa da escola pública, mantida pelo governo, liderado pela “geração dos pioneiros”, Florestan Fernandes, Roque S. M. de Barros, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Paschoal Lemme, Anísio Teixeira, dentre outros, o poder exercido pela igreja católica se manteve.

Em relação às escolas normais compreende-se, tal como Almeida (2004), que ao longo dos séculos, as religiões sempre foram decisivas nas definições de padrões comportamentais femininos.

²⁵ A irmãs Carmelitas de Vedruna foram convidadas por Dom Geraldo Proença Sigaud bispo de Jacarezinho para vir ao Brasil em missões no ano de 1952. Neste ano, iniciaram suas atividades visando construir o Colégio Santa Cruz de acordo com o projeto de Deus. Vindas da Espanha, essas irmãs tinham como objetivo a formação integral do ser, a experiência de fraternidade e iluminação das ciências pela fé. A formação religiosa era inspirada nos valores do evangelho (COLÉGIO SANTA CRUZ, 2003).

Para a Igreja e para os católicos conservadores dos tempos republicanos, a ausência de educação religiosa nas escolas seria especialmente danosa às mulheres, que, imbuídas de falsos preceitos e sem a benéfica influência da religião, contaminariam e perturbariam o lar católico, que deveria ser modelado pelos princípios cristãos. Isso fez com que escolas católicas dirigidas às classes mais abastadas prosperassem.[...] Sua esfera de influência também se disseminaria para outras escolas voltadas para classe de menor poder aquisitivo e até mesmo para escolas públicas que se pretendiam laicas [...] (ALMEIDA, 2004, p. 69).

Por isso, no âmbito do ensino normal, mesmo de caráter público, não confessional, a influência religiosa foi marcante no município de Maringá.

3.1.2 A valorização do curso de formação de professores em Maringá

Um outro fator contextual importante na reflexão sobre a criação da Escola Normal em Maringá, diz respeito à valorização atribuída à profissão docente na época. A historiografia da educação nos mostra que tal valorização não era uma característica peculiar do município por estar vinculada à demanda pela formação de professores para o magistério no ensino primário, mas uma questão presente no discurso educacional que tinha como foco de atenção o problema básico de “[...] tornar acessível (democratizar o ensino aos 50% de analfabetos do país)” (HILSDORF, 2003, p. 110).

No caso de Maringá, além dessa questão geral que permeava os debates educacionais da época, o desafio era o desenvolvimento do município, recém criado e em vias de urbanização e consolidação. Para tanto, a escola primária e, conseqüentemente, a formação de professores, era vista como sinônimo de progresso social. Assim, nos primeiros anos de existência dessas escolas, toda e qualquer informação referente ao Curso Normal, era transmitida pela rádio local²⁶ e publicada, com destaque, nos jornais da cidade e da região²⁷.

A título de exemplo, pode-se observar a matéria do jornal “A Tribuna de Maringá”, do dia 09 de março de 1958, que assim se refere ao programa do Curso Normal: “Bonito

²⁶ Os acontecimentos do Curso Normal eram transmitidos pela “Radio Cultura de Maringá”.

²⁷ Não se poderia deixar de apontar que esses meios de comunicação, durante as décadas de 1950 a 1970, constituíram-se em um importante e decisivo instrumento ideológico, pois foram utilizados para difundir, sobretudo, os princípios e ideais em defesa da classe social dirigente.

programa cívico-literário em comemoração à Instalação da Escola Normal Secundária de Maringá – Espetáculo de arte transmitido pela Rádio Cultura” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 14).

Se para a comunidade essa valorização do Curso Normal era um fato, para as normalistas, freqüentar a Escola Normal era um privilégio, conforme evidenciam as entrevistas e os documentos analisados. Ser normalista era uma honra e motivo de alegria e orgulho, conforme atesta o depoimento da ex-normalista Maria Albani Pereira de Souza, do Colégio Santa Cruz:

A gente era muito bem vista na comunidade na época, era muito respeitada. A gente para os pais dos alunos tinha a palavra final, eles nos consideravam, éramos os detentores do conhecimento, muitas vezes quando eles tinham problemas em casa, eles nos procuravam, não para resolver o problema deles, mas para que a gente pudesse dar uma opinião. O professor de um modo geral era muito respeitado pelos alunos, pelos pais, em geral pela comunidade, e isso foi durante muito tempo. O professor era muito respeitado²⁸.

Sob a mesma ótica, o depoimento da ex-aluna Raquel Ramos Motta, do Instituto de Educação, evidencia uma grande valorização quanto à formação no âmbito da Escola Normal e a profissão docente:

[...] eu tinha muito orgulho da minha profissão, eu sempre gostava de dizer que tinha muito orgulho de ser professora porque naquela época o ensino era maravilhoso. As crianças respeitavam os professores. Os pais tinham um amor e um carinho pelos professores de seus filhos e os professores eram tratados com muita dignidade. Quando a gente falava: eu sou uma professora, a gente era elogiada e se sentia muito bem perante a sociedade. Então, eu sei que Maringá aceitava muito bem e gostava muito do curso de formação de professores que foi muito importante para a época. Eu me sentia muito bem e orgulhosa de ser normalista²⁹.

No que diz respeito a essas alunas, tanto do Curso Normal Secundário do Colégio Santa Cruz quanto do Instituto de Educação Estadual de Maringá, havia predominância feminina nos cursos, o que pode ser verificado na Foto 1 e na relação de formandas³⁰.

²⁸ Entrevista fornecida pela ex-normalista, Maria Albani Pereira de Souza, do Colégio Santa Cruz, no dia 11/11/2005.

²⁹ Entrevista fornecida pela ex-aluna Raquel Ramos Motta, do Instituto de Educação, no dia 17/11/2005.

³⁰ A relação de formandas encontra-se no Anexo B.



Foto 1 – Primeira turma de normalistas do Instituto de Educação Estadual de Maringá em momento de confraternização, ano de 1958.

Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1958, p. 8).

Tal fato evidencia que, nesse momento, se mantém o princípio que caberia a mulher a tarefa de ensinar, o qual já orientava o magistério nas primeiras décadas do século XX:

Durante as primeiras décadas do século XX, o magistério representou praticamente a única carreira aberta às mulheres, apesar de algumas também procurarem pela enfermagem. O fato de não terem amplo acesso às demais profissões fez do magistério a opção mais adequada para o sexo feminino, o que foi reforçado pelos atributos de missão e vocação, além da continuidade do trabalho do lar (ALMEIDA, 2004, p. 77).

3.1.3 A organização do ensino normal: agentes educacionais e práticas pedagógicas

Deve-se frisar que o Curso Normal Secundário do Colégio Santa Cruz foi destinado especificamente ao sexo feminino, enquanto que no Instituto de Educação as matrículas eram permitidas para ambos os sexos. No entanto, devido ao perfil do curso, como será descrito posteriormente, quase não havia a procura de alunos do sexo masculino. O magistério feminino, de acordo com Tanuri (2000, p. 66) “[...] apresentava-se como solução para o problema de mão-de-obra para a escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino em vista da reduzida remuneração”.

Em relação ao perfil das normalistas, pode-se afirmar, com base nos documentos e entrevistas, que grande parte das alunas que fizeram o Curso Normal no Colégio Santa Cruz tinha idade entre 15 e 20 anos e a maioria estudava nessa instituição desde as séries iniciais. Dessa forma, a opção pelo Curso Normal significava a continuidade dos estudos. De acordo com a entrevista da ex-aluna do Curso Normal e atual Diretora do Colégio Santa Cruz, Anna Thereza Junqueira Vallias, muitas das alunas dessa instituição não trabalhavam durante o curso e as que se dispuseram a lecionar, eram chamadas para atuar no ensino primário no último ano do curso ou logo após o seu término³¹.

Cumprе ressaltar que o Colégio Santa Cruz foi a primeira instituição de ensino de caráter privado criada em Maringá e chegou a ofertar o regime de internato para alunas que, até então, eram levadas para a cidade de Jacarezinho ou Curitiba, para estudarem. Nos anos de 1954 e 1955 havia no ginásio cerca de 60 alunas internas (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1989). Quanto às alunas que freqüentavam o Curso Normal, a maioria era oriunda de famílias mais abastadas, geralmente proprietários de terras e ou ligados ao comércio³².

Quanto às alunas do Curso Normal do Instituto de Educação Estadual de Maringá, a grande maioria era oriunda de famílias de agricultores, comerciantes e outros profissionais que começavam a se instalar na cidade. No que diz respeito à idade das alunas do Instituto de Educação, pode-se dizer que tinham entre 15 e 26 anos. De acordo com as entrevistas, a maioria, atuava como professora no ensino primário, algumas inclusive antes mesmo de ingressarem no Curso Normal. A precoce atuação dessas alunas, ainda não formadas, deu-se em particular pela necessidade e carência de professoras para trabalhar nas escolas de ensino primário da cidade e pelo fato de que muitas dessas haviam cursado a Escola Normal Regional, em nível ginásial, o que possibilitava a atuação em sala de aula.

³¹ Entrevista fornecida por Anna Thereza Junqueira Vallias, ex-aluna do Curso Normal, formada em 1969 e atual Diretora do Colégio Santa Cruz, no dia 25/10/2005.

³² Muitos dos colonos que aqui chegavam, vindos em sua maioria do interior do Estado de São Paulo e de Minas Gerais, trabalhavam anteriormente na lavoura. Os que não tinham suas terras foram adquirindo aos poucos e dando início a sua plantação. Dentro de algum tempo, conseguiram reunir o suficiente para dar entrada em um pequeno lote (MARINGÁ, [1993]).

Sobre os professores que ministravam aulas no Curso Normal pode-se dizer que havia predominância do sexo feminino e que durante toda a sua trajetória, foi pequena a atuação de professores do sexo masculino³³, isso tanto no Colégio Santa Cruz, quanto no Instituto de Educação.

O quadro docente do Curso Normal do Instituto de Educação, preponderantemente feminino, foi formado por professores que chegaram na cidade no final da década de 1950 e início de 1960, contratados ou nomeados por políticos influentes no município:

Aos poucos todas as professoras que até então trabalhavam pelo município foram sendo nomeadas pelo Estado sem concurso público, apenas através de influência política, passando a receber seus proventos pela Coletoria Estadual instalada em Maringá (SCHAFFRATH, 2003, p. 19).

A Foto 2 mostra os professores do Curso Normal do Instituto de Educação no evento realizado em comemoração ao dia do professor no ano de 1969.



Foto 2 – Corpo docente do Instituto de Educação Estadual de Maringá em comemoração ao dia do professor – 15/10/1959.

Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1956b, p. 41).

O Colégio Santa Cruz, nos primeiros anos do Curso Normal, contou com a atuação de irmãs religiosas que, além de professoras, foram às fundadoras e pioneiras dessa instituição. Consta nos documentos que foi solicitado por muitos pais a criação de um colégio de formação religiosa para que os seus filhos pudessem estudar.

³³ Conforme relação de professores (ANEXO C).

Foi então que na procura de irmãs para esta cidade interveio o secretário do bispo Pe. José Antonio Roldan, espanhol que conhecia a Congregação das irmãs Carmelitas de Vedruna que entrou em contato com a Superiora Geral que em abril de 1952 escolhia as cinco irmãs de nacionalidade espanhola para fundar no Brasil o Colégio Santa Cruz (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1989). As primeiras irmãs que chegaram à cidade foram: Madre Maria Dolores, Irmã Pilar Sanches, Irmã Maria Helena, Irmã Guadalupe e Irmã Rosita. Num primeiro momento, essas irmãs que marcaram a trajetória do Curso Normal nessa instituição dedicaram-se à catequese, à liturgia e ao ensino da língua portuguesa (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1973).

Na verdade, o objetivo principal das irmãs que aqui chegaram era antes de tudo trabalhar pelas missões e divulgar a fé católica na América Latina. A entrevista realizada com a professora, Irmã Pilar Sanches, evidencia a força dos ideais religiosos no âmbito do Curso Normal.

A idéia era difundir a educação dentro dos princípios religiosos. A gente veio com o objetivo de trabalhar por Cristo, se temos um colégio não é somente para ensinar matemática, português e outras línguas, pois para isso existem vários colégios, nosso objetivo é para que se conheça a Cristo e o Evangelho³⁴.

A Foto 3, a seguir, mostra um grupo de professoras e alunas do Colégio Santa Cruz em dia de formatura.

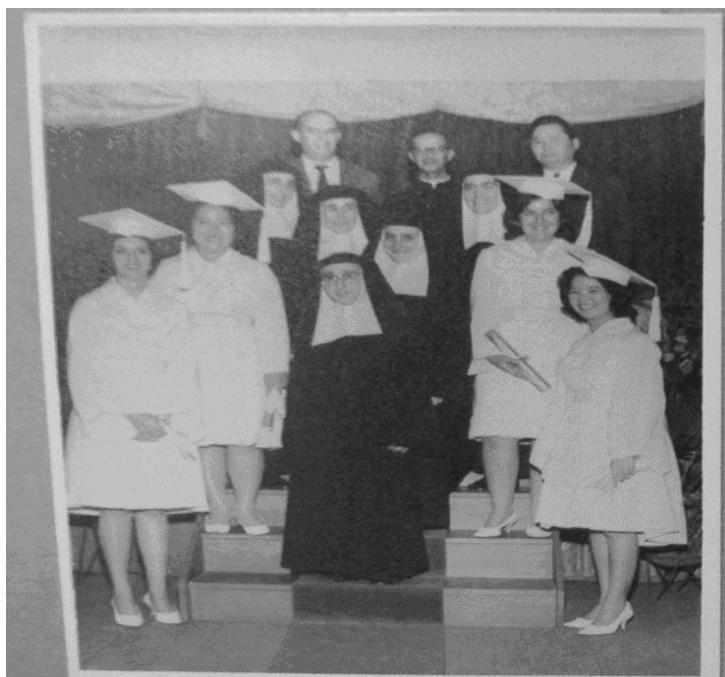


Foto 3 – Professoras e alunas do Colégio Santa Cruz em dia de formatura.
Fonte: Colégio Santa Cruz [196-?].

³⁴ Entrevista fornecida pela professora Irmã Pilar Sanches no dia 10/08/2006.

Em relação ao nível de formação desses professores identifica-se que, durante os primeiros anos do curso, a maioria tinha formação apenas no Curso Normal Secundário. Foi somente após a década de 1970 que o Curso Normal passou a ter um número maior de professores formados em cursos superiores como o de Pedagogia e outras licenciaturas. Esse fato foi propiciado, entre outros motivos, pela criação da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1966, posteriormente denominada, Universidade Estadual de Maringá³⁵, que possibilitou assim, a abertura de vagas em cursos de licenciatura e, após 1973, no curso de Pedagogia.

Uma vez que esse fato contribuiu para que o corpo docente do Curso Normal fosse contando cada vez mais com profissionais formados em nível superior. Muitos dos professores que já atuavam, tendo somente o Curso Normal Secundário, procuraram dar continuidade a sua formação em cursos de nível superior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ou em outras instituições da região. Os professores que já tinham cursos em nível superior no final da década de 1950 e início da década de 1960 haviam se formado na Faculdade de Curitiba, Londrina ou em outros Estados. Esses professores constituíam um grupo seletivo oriundo de famílias com posses que puderam dispor de recursos financeiros para investir na formação intelectual de seus filhos.

Quanto ao relacionamento entre professores e alunas, os relatos obtidos durante as entrevistas evidenciam o respeito e a admiração das normalistas por seus mestres. “O professor naquela época era uma identidade para o aluno, nós queríamos ser como eles, ter a cultura que eles tinham, nós queríamos ter aquele perfil de verdadeiros professores, verdadeiros mestres”.³⁶

Nas entrevistas há muitos relatos e manifestações de carinho e respeito entre as normalistas e as professoras do Curso Normal. Dentre esses relatos, pode-se citar a fala da professora Branca de Jesus Camargo Vieira³⁷ que defendia fortemente o princípio de que o professor deveria ser bondoso e atencioso e, para isso, era preciso ensinar com o coração:

³⁵ A Lei nº 6.034 de 06/11/69 autorizou a criação da Universidade Estadual de Maringá, agregando à mesma as faculdades existentes. Pelo Decreto Estadual nº 18.109 de 28/01/70 foi criada sob a forma de fundação de direito público, a Fundação Universidade Estadual de Maringá (FUEM), sendo reconhecida em 11/05/76 pelo Governo Federal (Decreto nº 77.583) e tornou-se autarquia pela Lei Estadual nº 9.663 de 16/07/91, mantendo a mesma denominação (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2006).

³⁶ Entrevista fornecida por Anna Thereza Junqueira Vallias, ex-aluna do Curso Normal, formada em 1969 e atual Diretora do Colégio Santa Cruz, no dia 25/10/2005.

³⁷ Além de ser uma das responsáveis pela instalação do Curso Normal no Instituto de Educação, marcou fortemente a trajetória desse curso em Maringá. A professora assumiu, dentre outras atividades, a função de diretora e coordenadora pedagógica do Curso Normal no Instituto de Educação nas décadas de 1950 a 1970.

É preciso ensinar com o coração, amor, carinho, pensando no bem estar da pessoa que esta educando, o que a criança aprende na escola vai segui-lo para vida inteira. É preciso seguir o caminho do bem, do bem estar, retribuir com o bem e nunca com o mal. [...] a gente só ensina com o coração, para o bem da pessoa, da família, da comunidade, das cidades, dos países, do mundo. Que Deus os oriente em todos os caminhos, com bondade no coração, pois ensinando o bem para a pessoa vale mais que o curso³⁸.

Esse foi um dos preceitos pedagógicos veiculados na época. Pode-se encontrá-lo nos manuais pedagógicos escritos por Amaral Fontoura³⁹, um dos grandes inspiradores do Curso Normal em Maringá, não apenas pelo fato de ter sido nome da primeira Escola Normal do município, mas pelos princípios educacionais levados a efeito nas instituições que ofertaram essa modalidade de ensino. Como evidencia a citação a seguir, na qual o autor reitera que educar é amar:

Educar é amar – O educador precisa ter uma grande autoridade sobre seus alunos. Mas essa autoridade não provável da força, da violência, da austeridade, da ‘cara fechada’ e sim do seu alto valor intelectual e moral. O educador não deve ser um homem ‘autoritário’. Deve dominar seus alunos pelo amor. Quando o amor que nutre pelos seus alunos vem acompanhado por uma alta autoridade intelectual e moral, aquilo que o mestre obtém desses alunos, de volta, em compensação, não é apenas amor, mas também veneração. E essa é a recompensa máxima que um educador pode aspirar em sua vida: ser amado e venerado pelos seus alunos (FONTOURA, 1966, p. 17-18).

O sociólogo e psicólogo Amaral Fontoura foi autor de uma coleção de livros didáticos especialmente destinados aos professores e alunos das Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia de todo o Brasil.

No artigo de Silva (2006) sobre “Os manuais pedagógicos em Portugal e no Brasil de 1870 a 1970: um estudo sobre a constituição do ensino como objeto de ensino”, a autora insere os manuais didáticos escritos e publicados por Amaral Fontoura, no período “correntemente apontado pelos estudiosos da área como sendo o de tecnicização do

³⁸ Entrevista fornecida pela professora Branca de Jesus Camargo Vieira, no dia 05/11/2006.

³⁹ O sociólogo e psicólogo Amaral Fontoura, cujo nome inspirou a primeira Escola Normal Secundária da cidade de Maringá, foi o autor de uma coleção de livros didáticos que expressava a vertente religiosa católica da Escola Nova. Os livros eram especialmente destinados aos novos professores e as estudantes das Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia de todo o Brasil. Na apresentação de um dos livros da coleção intitulada “Escola Viva” vê-se que o autor “apresenta os mais modernos e seguros princípios da Educação Renovada, dentro de uma linguagem absolutamente compreensível a todo jovem de mediana cultura” (FONTOURA, 1972, p. 22).

ensino”, cuja tendência se manifestou, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1970. Um dos marcos desse período foi uma forte tendência a:

[...] caracterizar a Escola Normal como uma espécie de receituário de ensino, acompanhada de uma especialização crescente das técnicas didáticas. O magistério, nessa perspectiva, limitou-se à execução de planos de lições previamente elaborados, correntemente localizados nos manuais pedagógicos então publicados (SILVA, 2006, p. 7).

Dentre os manuais editados nesse período da história da formação de professores, estão os livros de Amaral Fontoura “Fundamentos de educação”, publicado em 1952; “Metodologia do ensino primário”, publicada em 1955; “O planejamento no ensino primário”, de 1960; “Didática geral”, publicado em 1965 e “Prática de ensino”, de 1967 (SILVA, 2006).

A autora argumenta que

as relações entre os manuais pedagógicos e as orientações dos cursos de formação para o magistério deixaram entrever um elemento determinante dos conteúdos desses livros, ou seja, a estreita dependência com os programas das disciplinas de Pedagogia, Didática, Metodologia e /ou Prática de Ensino (SILVA, 2006, p. 8).

Essa questão fica evidenciada na apresentação de um dos livros da coleção intitulada “Escola Viva”, na qual observa-se que a coleção de livros “não apenas ensinam o que se deve fazer, mas ao mesmo tempo mostram como se deve fazer. Tudo dentro de um espírito de grande equilíbrio, que fica equidistante da “escola velha” e dos exageros da “escola nova” (FONTOURA, 1966, p. XXII).

A valorização da técnica na organização do ensino no Curso Normal em Maringá pode ser vislumbrada para além dos manuais escolares, nas atividades das Assistentes Técnicas das respectivas instituições. Tais profissionais eram nomeados anualmente pela direção e faziam parte da própria instituição. Cabia a esses, desenvolver atividades de apoio e acompanhamento aos professores de Didática, como mostra a ata abaixo que trata dos objetivos e finalidades da Assistência Técnica do Instituto de Educação no ano de 1961.

1) Tomar providências no sentido de darmos uma assistência maior às Escolas Isoladas.

- 2) Foram anotados nomes e autores de livros de que as alunas necessitassem durante o ano para a referida matéria, livros estes adquiridos pela biblioteca da escola.
- 3) Foi feito um planejamento entre mim e as escolas primárias com a finalidade de: a) as alunas conhecerem o programa e a técnica primária em suas práticas.
b) Fazer sentir as professorandas compreenderem que a aprendizagem depende exclusivamente do professor.
- 4) Organizei junto com a professora de Didática uma biblioteca ambulante afim de que a Assistência às Escolas Isoladas tivesse maior rendimento.
- 5) Na campanha cumprimos o programa conseguindo que cada aluna de nossa escola alfabetizasse em três meses um adulto, o que foi conseguido (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1961-1963).

Com base nos dados é possível perceber que esperava-se com o trabalho do assistente técnico garantir que fossem exigidos das alunas, totais conhecimentos no que se refere aos programas e técnicas de ensino, de forma que obtivessem sucesso em suas atuações em sala de aula. No entanto, cabiam as disciplinas da grade curricular do Curso Normal abordar e tratar de questões relacionadas ao papel e desempenho do professor em sala de aula.

Nesse sentido, pode-se dizer sobre as disciplinas do Curso Normal, em ambas as instituições, que refletiram tanto os preceitos pedagógicos da época quanto os valores e princípios morais que vinham sendo defendidos, como poderá ser visto no decorrer desse capítulo. Procurava-se seguir a tendência da grade curricular imposta pelo MEC em âmbito nacional, no entanto, nem sempre isso ocorria, devido a precária organização e padronização do sistema de ensino em todo o país. Acresce-se que o Ministério da Educação na década de 1950 esteve articulado com as ações políticas em torno da educação nacional, nas quais estava envolvido dentre outros, Fernando de Azevedo em defesa dos princípios escolanovistas (VIDAL, 2003).

Diversos autores escolanovistas estavam envoltos nas discussões sobre os conteúdos de ensino voltados a formação de professores, dentre eles, o ensino da Didática⁴⁰, disciplina escolar considerada fundamental nessa formação e presente na grade curricular em todos os anos do Curso Normal. Outras disciplinas de formação geral tais como: Língua Portuguesa, Matemática, Biologia, Física, Química, História, Geografia,

⁴⁰ As tendências da Escola Nova podem ser verificadas no quadro do programa das disciplinas a seguir e no Anexo D.

Estudos Paranaenses, entre outras, também eram consideradas importantes na formação das futuras professoras.

As funções que exerce são complexas e de grande responsabilidade e os papéis sociais que devem desempenhar exige dele uma visão universal e científica do mundo em que vive e da sociedade em que serve e, por conseguinte, a sua formação deve incluir sólida cultura geral e boa cultura pedagógica (WEREBE, 1969, p. 212).

Como evidencia o Quadro 1, as disciplinas ofertadas no Curso Normal Secundário dessas duas instituições, durante os primeiros anos de funcionamento, eram praticamente as mesmas, havendo durante a trajetória desse curso poucas alterações no que diz respeito à extinção ou inserção de novas disciplinas ao currículo.

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Física e Química, Estatística, Anatomia e Fisiologia, Estudos Brasileiros Paranaenses, Prática de Ensino, Desenho e Artes Aplicadas, Música, Educação Física.	Português, Matemática, Estatística, Didática, Biologia, Psicologia, Sociologia, Higiene, História da Educação, Desenho, Música, Educação Física, Prática de Ensino, Religião.	Português, Didática, Psicologia, Sociologia, Puericultura, Prática de Ensino, Filosofia, Desenho, Música, Educação Física, História da Educação.

Quadro 1 – Relação das Disciplinas do Curso Normal do Instituto de Educação Estadual de Maringá – Ano: 1958.

Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1956a).

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, Física e Química, Anatomia, Estudos Paranaenses, Canto, Desenho, Educação Física.	Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Higiene e Puericultura, Canto, Desenho, Educação Física.	Religião, Didática e Prática de Ensino, Psicologia, Sociologia, História da Educação, Música, Desenho, Educação Física.

Quadro 2 – Relação das Disciplinas do Curso Normal do Colégio Santa Cruz – Ano: 1961.

Fonte: Colégio Santa Cruz (1959).

Pode-se identificar com base nos quadros indicados das disciplinas⁴¹ ministradas nas respectivas instituições que, além das disciplinas pedagógicas como: Didática, Prática de Ensino, Psicologia, Fundamentos, Sociologia, História e Filosofia da Educação, havia, como já mencionado, uma predominância de disciplinas de cultura geral de caráter obrigatório, assim como de disciplinas complementares de caráter optativo, mas consideradas necessárias à formação das futuras professoras tais como: Desenho e Artes Aplicadas, Puericultura, Higiene, Educação Doméstica, Canto Orfeônico, entre outras.

Os estudos no campo da cultura geral visam a ampliar os conhecimentos recebidos pelo aluno, no primeiro ciclo. As matérias pedagógicas destinam-se a preparar profissionalmente o futuro professor oferecendo-lhe conhecimentos sobre o educando e a educação, nos seus fundamentos psicológico, biológico e sociológico, e sobre as teorias e técnicas pedagógicas, cuja aplicação é geralmente feita em escola primária anexa ao Curso Normal. Completam a formação do professor os estudos de História da Educação, às vezes também de Filosofia da Educação e Administração Escolar, bem como de recursos pedagógicos oferecidos pelas disciplinas artísticas (WEREBE, 1969, p. 215).

De acordo com as ex-normalistas, todas as disciplinas do currículo eram valorizadas, não havendo assim tratamento diferenciado. Durante esse curso, priorizou-se, em determinados momentos, conteúdos que correspondiam a conformação dos interesses econômicos e políticos da época como: a valorização do nacionalismo, expressa na importância da Educação Física, do ensino da Moral Católica e da Educação Cívica; o estudo da História, Geografia do Brasil e do Canto Orfeônico, objetivando formar nos alunos secundaristas aquilo que Hilsdorf (2003) chamou de “consciência patriótica”.

Os conteúdos dessas disciplinas, sobretudo aquelas consideradas relevantes na formação das normalistas e voltadas para a prática pedagógica, como as de Didática e Prática de Ensino, evidenciaram as teorias que estavam sendo incorporados nesse período⁴². A título de exemplo, pode-se citar o programa de Didática da 1ª série do Curso Normal do Colégio Santa Cruz, no ano de 1959, no qual constam as seguintes matérias lecionadas:

⁴¹ Os quadros completos relativos a todo o período pesquisado, encontram-se no Anexo D.

⁴² Uma vez que eram muitas as disciplinas ofertadas no Curso Normal não foi possível a apresentação dos programas de todas, devido o número expressivo de fontes. Constam no Anexo 4 as matérias lecionadas na disciplina de Religião e Psicologia.

Aprendizagem; Motivação; Evolução dos Interesses; Educação Primária; Métodos; Escola Nova e os Pais; Disciplina; Jogos; Coeducação; Formas, Modos e Processos Didáticos; Sistema de Decroly; Plano de Dalton; Quadro Negro; Dramatização. Grêmio. Trabalhos práticos. Material de Montessori. Quadros de Classificação. Redações (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1959).

Já no Programa da disciplina de Didática e Prática de Ensino da 1ª série do Ensino Normal do Instituto de Educação, no ano de 1961, consta:

Objeto da Pedagogia. Posição Fundamental da pedagogia. Qualidades do professor. O 1º Contato da Escola Primária. Conceitos e finalidades da escola. Educação e Instrução. Educação integral. Socialização da criança. Método Decroly. Plano Dalton. Ofício Requerimento e toda correspondência escolar. Alfabetização. Frequência diária e mensal. Material Didático. A aprendizagem. Tipos de aprendizagem. Motivação pedagógica. Escola Antiga e Nova. Auto governo dos escolares. A escola e os pais. Ensino globalizado. Grêmios Escolares. Contar histórias infantis. Vivência. Livro de Fábulas (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1961-1963).

Valendo-se dos programas acima, pode-se dizer que havia no período a presença marcante dos preceitos pedagógicos da escola nova, o que pode ser evidenciado com base na excessiva valorização dos processos, técnicas e métodos experimentais no ensino, assim como a valorização de dramatizações nas escolas, a formação dos grêmios escolares e a participação dos pais no processo educativo. Chamou-nos a atenção, nesse programa, o item disciplina que era considerado indiscutível na época e tinha como objetivo obter das alunas um comportamento extremamente disciplinado e obediente.

Não se pode deixar de mencionar o destaque que recebeu a disciplina de Psicologia de Educação. Essa disciplina influenciada por princípios escolanovistas defendia a necessidade de conhecer e considerar a personalidade do aluno, suas carências e características, isto, dado o valor do sujeito no processo educativo.

O discurso em defesa do interesse pela criança enquanto sujeito da aprendizagem, ganhou força e expressão na pedagogia escolanovista. A escola para Dewey deveria ser um lugar onde as crianças vivessem felizes, tivessem liberdade de criar, de viver em sociedade, de exprimir-se enquanto crianças e ao mesmo tempo fossem preparadas de modo completo e científico para participar da vida em sociedade (DEWEY, 1967).

Em meio a uma infinidade de problemas a resolver, existia um crescente interesse pela criança, com seu desenvolvimento físico, intelectual e psicológico.

Esse interesse pela criança, que aparece na figura de aluno, já nos permite vislumbrar questões da Psicologia da Educação, o que a nosso ver, demonstra a idéia da responsabilidade da educação pelo desenvolvimento psíquico da criança (ROSIN, 2003, p. 201).

Já em relação às demais disciplinas como, por exemplo, as de Canto Orfeônico, Desenho, Artes Aplicadas, Educação Doméstica, Higiene e Puericultura, que assumiram destaque durante o curso, pode-se apontar valendo-se dos documentos e entrevistas que as mesmas tinham como objetivo preparar as alunas para além do trabalho em sala de aula. Pretendia-se com a disciplina de Puericultura preparar as alunas para serem mães, dando-lhes noções dos cuidados com o recém nascido e o seu desenvolvimento.

No Brasil, nas décadas de 1950 a 1970, foi muito defendido que as alunas do curso normal deveriam concluí-lo estando preparadas para o exercício do magistério, para o casamento e as tarefas do lar. Schaffrath (2003, p. 28) assim se refere à formação das normalistas:

Aliás, há muito, os currículos das Escolas Normais brasileiras vinham salvaguardando os mesmos princípios científicos com ensinamentos que primavam mais pelos conhecimentos gerais do que pelas especificidades da formação docente. No entanto, o caráter científico da Biologia e Anatomia, Psicologia (citando alguns exemplos) que caracterizava o curso, conviviam com o toque ornamental empregado pelo ensino de canto orfeônico e trabalhos manuais, enfatizados em toda a extensão do Curso Normal.

As disciplinas como Puericultura e Higiene e Educação Doméstica, presentes nos quadros das disciplinas, em anexo, evidenciam a conformação das classes femininas a função de preparação para a vida doméstica, como destacou Hilsdorf (2003). Esta foi a característica que marcou o ensino normal no período.

Para se ter uma idéia da valorização da formação voltada para as tarefas do lar, casamento e cuidados com os filhos, pode-se citar os objetivos defendidos por Fontoura (1972) na aprendizagem da educação doméstica no Curso Normal em Maringá:

[...] Educação é vida, nenhuma atividade da vida pode ser estranha à escola. Assim, a menina deve enfrentar na escola os primeiros problemas da arrumação da casa, aprender a cozinhar, cuidar das crianças menores. O menino aprenderá a consertar objetos e aparelhos de uso doméstico. Umas e outros deverão aprender a fazer compras e pagamentos. E saber aplicar aos problemas caseiros as noções aprendidas na escola (FONTOURA, 1972, p. 224).

Vale ressaltar que Fontoura (1949) defendia em seus livros a “Escola Viva” criada por esse autor para designar exatamente o tipo de educação e de escola que desejava. Apesar de resguardar fortemente os princípios escolanovistas da necessidade de formar o aluno enquanto um ser ativo e atuante na sociedade e ter como referências de seus livros autores como: Dewey, Maritain, Spalding, Anísio Teixeira, Decroly, Backheuser, Claparède, Ferrière, Lourenço Filho, Pio XI, Dom Bosco, Pestalozzi, Montessori, Froebel, entre outros, fazia a crítica à escola nova nos seguintes termos:

A expressão ‘Escola Nova’ assumiu um sentido exagerado, que não aceitamos. Como toda idéia nova, a ‘Escola Nova’ se extremou demais. Alguns pedagogos ‘escolanovistas’ propõem a escola em que o aluno tem a absoluta liberdade de fazer o que entende. Nós, que somos favoráveis à Escola Nova, repelimos todas essas distorções. Por outro lado, a Escola Nova amiudadas vezes se deixou impregnar de ideologias políticas, socialistas, marxistas, comunistas, que também rejeitamos, como cristão e católico que somos. Nossa posição filosófica-política é a do grande Papa João XXIII, é a das revolucionárias Encíclicas ‘Mater et Magistra’ e ‘Pacem in Terris’. É a posição de um Jacques Maritain, dos dominicanos Lebreton, Desmarais ou Van Gestel, os jesuítas Riquet ou Jean Villain, de um Jacques Perrin (FONTOURA, 1972, p. 23).

Esse autor defendia que as disciplinas deveriam estar voltadas não somente aos conteúdos científicos, mas principalmente à formação do caráter e à formação para a vida. Sua crítica à Escola Nova estava vinculada, sobretudo as “ideologias políticas, socialistas, marxistas e comunistas” por ele rejeitadas e que se contrapunham ao seu princípio cristão e católico.

De acordo com Fontoura (1972) a educação deveria direcionar-se para formar o homem integral, ou melhor, ideal: “católico, de formação clássica e disciplina militar”, parafraseando Hilsdorf (2003, p. 101).

Para Fontoura (1966) ser professor consistia em:

[...] saber transmitir, é saber ensinar, é saber despertar o interesse de seus alunos pela matéria. É saber tornar suas aulas atraentes. É ter método de trabalho, saber dosar a matéria, explicar de tal maneira que todos entendam. A isso tudo é que se chama ter didática, ser didático. Se o professor não possui tal capacidade, ele não é professor (FONTOURA, 1966, p. 12).

Assim, a formação consistia, sobretudo, na técnica de transmitir a matéria e de despertar o interesse do aluno na formação de preceitos vinculados a moral católica e patriótica, isenta de qualquer princípio ideológico de questionamento do Estado e da sociedade capitalista.

Como visto anteriormente, a presença desse autor na formação das normalistas, durante as décadas de 1950 e 1970, foi de grande importância como evidencia a fala de uma das professoras do Curso Normal do Instituto de Educação de Maringá:

A escola lecionava Amaral Fontoura e não era à toa, pois ele era bastante lido, outro era o Teobaldo Miranda Santos, eram os compiladores, naquele momento só existia esses daí, tanto que a escola em que me formei também era chamada Amaral Fontoura⁴³.

A figura de Fontoura (1949) representava o que se pode chamar de “vertente religiosa” da Escola Nova. Para ele, o mestre precisava ter diante de si a religião, pois: “[...] quem não é religioso, não pode ser educador” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b).

A escola tem que ser um pouco escola, um pouco lar, um pouco templo. E o professor precisa ser, ao mesmo tempo, professor, pai e sacerdote: Professor, para conhecer a didática, a ciência, as técnicas educativas; pai, para conhecer a criança ou o jovem em sua alma e saber amá-los; sacerdote, para compreender as fraquezas humanas, e saber perdoá-las, e recomeçar todos os dias a sua tarefa de catequese daqueles pequenos espíritos entregues à sua guarda, como um verdadeiro pastor de almas (FONTOURA, 1972, p. 60, grifos nossos).

Além de que, foi muito defendido nas décadas de 1950 a 1970 que, para atuar no ensino e na formação de homens conscientes de sua missão, era preciso ter vocação. O que pode ser verificado no trecho de uma entrevista realizada com a ex-aluna do Curso Normal Raquel Ramos Motta formada no Instituto de Educação no ano de 1969.

[...] os professores falavam muito em vocação profissional, se o professor não tivesse vocação para o magistério era melhor ele mudar de área, porque trabalhar com crianças nós chamávamos na época vocação. Era uma espécie de sacerdócio, se o professor não amasse o aluno, então era melhor ele não ser professor. Então, a gente buscava na Escola Normal um aprimoramento para amar as crianças, amar a profissão e

⁴³ Entrevista fornecida pela professora Lia Therezinha Sambatti no dia 22/11/2005.

realmente a escola dava conteúdos pra gente aplicar em sala de aula aquilo que a gente aprendia⁴⁴.

De tal maneira que a disciplina Religião⁴⁵, sempre esteve presente em todo o percurso do Curso Normal, principalmente no Colégio Santa Cruz, no qual foi ofertada em todos os anos do curso, enquanto que no Instituto de Educação, apesar da influência religiosa como um princípio regulador do curso, não foi ofertada em todos os anos à medida que era uma disciplina especial do currículo e não obrigatória.

Sobre isso, convém mencionar a luta em torno da não obrigatoriedade dessa disciplina nos currículos, remonta ao final do século XIX, como expressa o art. 11 da Constituição de 1891 que separa Igreja e Estado e proíbe o poder público de “estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos”. O art. 72, § 6º, declara “leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (BRASIL, 1991).

Posteriormente, o Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, estando articulado com a hierarquia católica, impõe novamente o ensino religioso na escola pública. De modo que, Getúlio Vargas assina em 30/4/1931 o decreto nº 19.941, “que reintroduz o ensino religioso nas escolas públicas, autoriza as autoridades eclesiásticas a elaborarem programas, escolherem manuais, designarem professores e vigiarem sua fidelidade à doutrina e à moral” (AZEVEDO, 1981, p. 80).

Tendo em vista os debates em torno dessa questão, a Constituição de 1937, no art. 133 mantém o ensino religioso, porém, esclarece: “O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos” (BRASIL, [1998?]).

No entanto, apesar de ter sido uma disciplina facultativa nas escolas públicas, o princípio religioso, em função da forte influência que exercia nesse município, além de marcar a trajetória do Curso Normal, foi responsável pela unificação da formação das alunas, isso tanto do Colégio Santa Cruz quanto do Instituto de Educação.

Além das disciplinas escolares e de seus respectivos programas, vale mencionar os métodos e recursos de ensino empregados pelos professores em sala de aula no final da década de 1950. Convém frisar que nesse período as escolas municipais sofriam com a falta de materiais para uso em sala de aula, devido ao descaso do Governo Federal para

⁴⁴ Entrevista fornecida pela ex-aluna do Curso Normal, Raquel Ramos Motta, do Instituto de Educação, no dia 17/11/2005.

⁴⁵ As matérias lecionadas na disciplina de Religião encontram-se no Anexo D.

com as políticas públicas do Estado nos diversos setores, dentre esses a educação. Pode-se afirmar com base nas leituras dos documentos e entrevistas, que eram poucos e precários os recursos utilizados em sala de aula.

De acordo com as fontes, todo o conteúdo apresentado pelo professor durante as aulas era previamente organizado em fichas, nas chamadas “fichas amarelas” que eram transcritas no quadro pela professora e copiadas na íntegra pelas alunas. Nesse sentido, pode-se citar um relatório de aulas da disciplina de Didática e Prática de Ensino, no qual a professora expõe que o método empregado em sua aula foi o método expositivo e os trabalhos práticos foram realizados com a utilização de Flanelógrafo, Fantoques, Álbum Seriado e Pesquisas (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1959-1960).

Enquanto isso, no Colégio Santa Cruz, constata-se de acordo com documentos e entrevistas, que não havia falta de materiais de apoio ao professor e de uso em sala de aula. Contavam com equipamentos existentes na época como, por exemplo, mimeógrafo, álbum seriado, flanelógrafo entre outros. No entanto, chamou-nos a atenção que apesar da existência dos recursos citados acima, havia uma primazia na aula expositiva e no uso do quadro de giz, como atesta a ex-normalista Raquel A. Olivo Francisco⁴⁶, formada em 1963: em relação aos recursos e materiais de ensino utilizados nas aulas: “eram muito poucos, era mais o quadro negro mesmo e as fichinhas, não tinha muito material não”.

Havia uma grande preocupação para que as alunas aprendessem o uso correto do quadro de giz, o que constituía inclusive conteúdo para a prova escrita. Outra preocupação corrente era com o aprendizado dos métodos de ensino em voga, sobretudo aqueles relacionados à alfabetização e ao ensino primário. No âmbito da alfabetização as normalistas aprendiam sobre os métodos sintéticos e os métodos analíticos⁴⁷, no âmbito do ensino primário em geral, aprendiam sobre os Centros de Interesse de Decroly⁴⁸, o Método de Projetos⁴⁹ e Dramatizações⁵⁰.

⁴⁶ Entrevista fornecida pela ex-normalista, Raquel A. Olivo Francisco, no dia 10/11/2005.

⁴⁷ Métodos sintéticos são aqueles que partem das menores unidades da palavra: a letra, o som ou a sílaba. Já os métodos analíticos partem da palavra, da sentença ou frase e das histórias ou contos. Sobre a divulgação dos métodos no período, pode ser citada a definição de Amaral Fontoura: “**Métodos sintéticos (ou tradicionais):** Método alfabético de soletração, ou ABC; Método fônico, fonomímico, ou de vocalização, Método de Silabação. **Métodos analíticos (ou modernos):** Método de Palavração; Método de Sentenciação; Método de Contos” (FONTOURA, 1972, p. 149, grifos nossos).

⁴⁸ Quanto ao método de Centros de Interesse, criado por Decroly e muito utilizado na época pelas normalistas, pode-se dizer que partia da ideia da globalização do ensino para romper, com a rigidez dos programas escolares. Esse autor elaborou a ideia de “centros de interesse” em torno das necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais do aluno. [...] a atenção que a criança dedica aos fenômenos do real natural e social é estimulada por um interesse que se caracteriza pelo vínculo que estabelece com as necessidades fundamentais do homem. Essas necessidades são: de alimentação, de lutar contra as intempéries, de defender-se dos perigos, de agir e trabalhar, e devem encontrar espaço em todo o processo

Tanto nos programas das disciplinas quanto nos relatos obtidos nas entrevistas, fica evidenciado a utilização de vários métodos de ensino, ou seja, caberia ao professor optar pelo método que melhor lhe conviesse e se adaptasse a sua turma. Isso se explica ao fato de que, no período que vai de 1920 a 1970, a questão dos métodos é secundarizada mediante a influência da psicologia na educação, propiciada pelo movimento escolanovista. No âmbito da alfabetização era comum a adoção dos chamados métodos mistos ou ecléticos, que se utilizados nos processos sintéticos e analíticos⁵¹.

No que diz respeito ao processo de avaliação no Curso Normal Secundário constatou-se com base nas entrevistas que foi marcado por um profundo temor em função das exigências nas provas orais e escritas. As mesmas eram temidas pelas alunas, pois se exigia a assimilação de todo o conteúdo, isto é, deveria ser decorado e estar na “ponta da língua”.

A prova escrita se dava por sorteio de um dos pontos⁵² a serem estudados e as alunas deveriam estar preparadas para falar ou escrever sobre cada um deles. Esse sistema de avaliação era padrão e seguia as normas e diretrizes da educação implantadas no Estado, resultantes dos acordos MEC/USAID⁵³ que, no contexto da década de 1960, cria uma forma de ordenação legal nas atividades educacionais em seus diferentes níveis,

de aprendizagem-ensino, de modo que a atividade de estudo se organize segundo “centros de interesse” estreitamente ligados a essas necessidades fundamentais (CAMBI, 1999, p. 528).

⁴⁹ Já o Método de Projetos surgiu no início do século XX, com o filósofo e educador americano, William Kilpatrick que valorizava o interesse e as experiências concretas e problemáticas, pois, “O ‘projeto’ é uma ‘atividade intencional’, destinada, portanto, ao ‘consequimento de um fim’ e ligado a uma ‘forte motivação prática (o ‘fim’) e o estímulo que ela introduz no processo cognitivo para solicitar escolhas e soluções criativas” (CAMBI, 1999, p. 522). Isso, pois, para Dewey mais do que uma preparação para a vida, a educação era a própria vida. Assim, o aluno aprenderia participando, vivenciando sentimentos, tomando atitudes diante de fatos, escolhendo procedimentos para atingir determinados objetivos. Para ele, ensina-se não somente pelas respostas dadas, mas principalmente pelas experiências proporcionadas, pelos problemas criados, pela ação desencadeada (DEWEY, 1967).

⁵⁰ Assim como esses métodos citados, também foi muito utilizado o Método da Dramatização, que era utilizado constantemente pelas alunas nas aulas práticas. Eram as próprias alunas que, fora do período das aulas, organizavam as peças teatrais e dramatizações, desde a confecção das roupas até a montagem do cenário. Para Amaral Fontoura, [...] chama-se dramatização, na escola, atividade de dar vida, de representar os diversos assuntos do programa. Então se estabelecem as cenas e os diálogos, que não devem ser escritos e depois decorados, mas apenas criados pelos próprios personagens, de acordo com o que leram nos livros de História e com as aulas do professor (FONTOURA, 1972, p. 234, grifos nossos).

⁵¹ Sobre a questão da alfabetização e dos métodos de ensino (Cf. MORTATTI, 2000).

⁵² Os conteúdos exigidos nas provas encontram-se no Anexo E nas listas de pontos da disciplina de Didática e Prática de Ensino.

⁵³ Os acordos MEC/USAID foram realizados no Brasil a partir de 1964 durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Os convênios, conhecidos como acordos MEC/USAID tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano nas escolas brasileiras.

expressando as novas determinações política e econômica a serem generalizadas e consolidadas.

Quanto aos temas para as provas orais e escritas, eram muitos e variados, o que exigia das alunas desse curso muito empenho e dedicação. Nesse período, apesar das críticas dos escolanovistas às práticas da escola tradicional⁵⁴, percebe-se nitidamente que a aprendizagem e a avaliação dos conteúdos no Curso Normal baseavam-se fundamentalmente no ensino centrado na transmissão dos conteúdos por parte do professor e memorização e assimilação por parte dos alunos.

Com efeito, essa grande exigência no processo avaliativo levava as alunas a dedicarem-se exaustivamente ao estudo dos conteúdos ministrados nas aulas. Tal era ênfase na memorização que era preciso que as alunas “decorassem” todo conteúdo transmitido pelo professor tal qual se encontravam nas fichas e livros. Além disso, além das provas escritas e orais, as alunas do Curso Normal eram avaliadas quanto à participação, dedicação e assiduidade nas atividades relacionadas ao curso como, por exemplo, na organização de teatros, confecção de materiais utilizados nas aulas práticas, entre outras.

Assim como as provas orais e escritas, os estágios e as regências das alunas eram avaliados rigorosamente e realizados nas escolas de aplicação anexas às Escolas Normais. As normalistas também eram avaliadas nas participações em campanhas religiosas, de higiene e saúde, dentre outras. Nesses eventos, realizavam trabalhos voluntários de apoio e colaboração a prefeitura. Essa grande participação do Curso Normal em campanhas intituladas de “campanhas da fraternidade” visava o “bem comum” e o “progresso do país” e do município, ideário defendido na época, principalmente por religiosos e políticos. A incursão nas fontes e entrevistas evidencia que a força da moral e religião nas décadas de 1950, 1960 e 1970 acabou decidindo sobre a formação de toda uma geração.

No âmbito da organização do ensino, pode-se citar as reuniões pedagógicas realizadas pela equipe de professores do Curso Normal das duas instituições. Tais reuniões tinham como intuito além da discussão de assuntos pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem, impor as determinações legais voltadas ao ensino e manter a organização do

⁵⁴Em relação ao ensino tradicional pode-se afirmar que: “Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. O mestre-escola será o artífice dessa grande obra. A escola se organiza, pois como uma agência centrada no professor, o qual transmite segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos” (SAVIANI, 1997, p. 18).

curso. A título de exemplo, pode-se citar a ata da primeira reunião pedagógica da Escola Normal Secundária “Amaral Fontoura”, realizada na sede do Grupo Escolar da Vila Operária, no dia 19/04/1958. A reunião teve como objetivo apresentar às professoras do curso elementar, o novo método de alfabetização da Escola Nova: o método analítico ou de sentencição.

Participaram dessa reunião professores da Escola Normal Secundária de Maringá, professores do Grupo Escolar da Vila Operária, e alunas desse curso. Foram convidadas para expor as vantagens deste método de ensino à aluna do terceiro ano, France Luz⁵⁵, que se destacou durante o Curso Normal, tendo sido homenageada pelo Patrono da turma de 1958, o professor Amaral Fontoura. Na homenagem, a normalista é destacada por ter se sobressaído durante o curso “pela sua bondade, obediência, disciplina e inteligência” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 25).

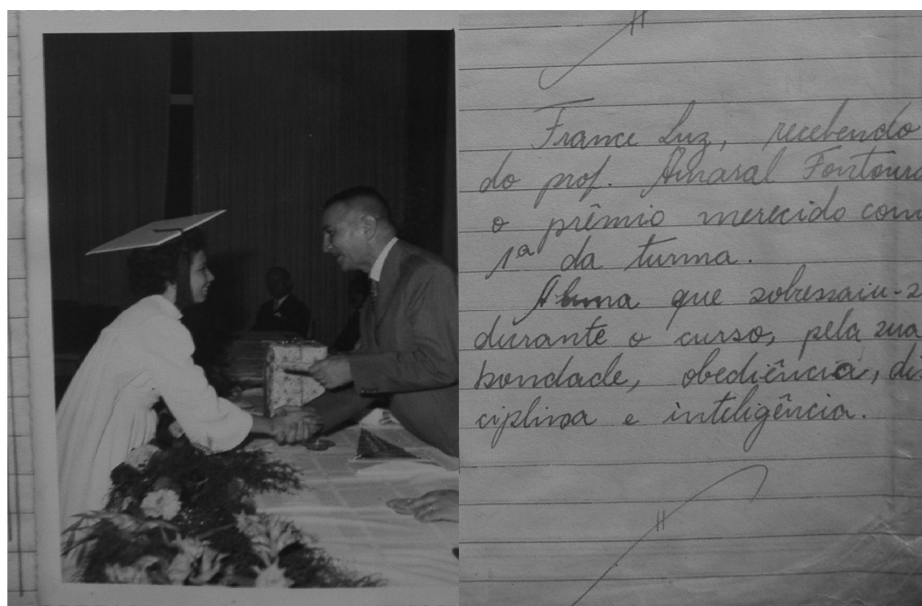


Foto 4 – Aluna France Luz recebendo prêmio do Prof. Amaral Fontoura de 1ª da turma – 11/12/1958.

Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1956b, p. 25).

Parece-nos que ao dar esse prêmio, a escola pretendia não somente reforçar a importância de uma conduta obediente e disciplinada, mas difundir um modelo de comportamento baseado na bondade que associada a inteligência garantiria a formação do professor.

⁵⁵ France Luz após a formação no Curso Normal, licenciou-se em História pela UFPR e Direito pela UEM. Fez Mestrado e Doutorado na área de História Social da USP. Foi professora do Estado e da Universidade Estadual de Maringá. Publicou o livro: O Fenômeno Urbano numa Zona Pioneira: Maringá (1998).

Após essa pequena digressão, volta-se a questão da temática abordada durante a reunião pedagógica. France Luz expôs as vantagens tanto da utilização do método analítico ou de sentencição, quanto sobre o uso das cartilhas “Lili” e “Caminho Suave”. Foi relatado sobre a cartilha “Caminho Suave”, que as suas primeiras lições estavam muito difíceis para as crianças. De modo que foi pedido às professoras, principalmente às do primeiro ano, que usassem sempre em sala de aula palavras conhecidas pelas crianças, para que fosse possível a formação de outras palavras; tornando-se assim palavras geradoras.

Foi exposto por uma professora que a finalidade daquela aula era mostrar as vantagens e probabilidade de se obter o maior número de aprovações, não importando qual método fosse aplicado, disse ainda que professores e alunas tinham o direito de acatar ou não as opiniões e método discutido (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1958, p. 8).

O que indica que, pelo menos em relação aos métodos de alfabetização, havia, como já mencionado anteriormente, uma aparente “autonomia” que decorria em função da grande quantidade de métodos e cartilhas que estavam sendo divulgados naquele momento. Nesse sentido, as professoras eram orientadas para escolher o método que considerasse mais adequado, o que denota que pelo menos no que diz respeito à escolha do método de ensino, prevalecia à opinião e a escolha individual de cada uma.

A ata dessa reunião evidencia que, apesar da divulgação e da tentativa de adoção dos novos métodos de alfabetização, ainda eram muito adotadas as cartilhas, pois de acordo com Mortatti (2000), as cartilhas dão segurança ao professor, delineiam estratégias para o trabalho em sala de aula. Servindo muitas vezes como “guias” ao professores, inclusive até os dias atuais.

Outras atas de reunião evidenciam que, tão importante quanto à orientação em relação aos métodos, eram as exigências sobre a disciplina, em especial, em sala de aula, como mostra um dos temas tratados em reunião do dia 15 de Fevereiro de 1957, na Escola Normal Amaral Fontoura. Consta na ata que caberia aos professores exigir de cada aluna a formalidade e disciplina em seus deveres e na observação de horários, “a fim de fornecer hábitos necessários à futura professora” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 4-5).

Em outra reunião realizada com os professores do Colégio Santa Cruz, no dia 04 de outubro de 1954, mostra o nível de exigência que estavam submetidos os professores de colégios confessionais. Apesar dessa ata se referir a um período anterior à criação do Curso

Normal nessa instituição é importante para termos uma idéia das exigências feitas aos professores primários no ano de 1954:

- 1) A diretora pediu que os professores aproveitassem todas as oportunidades para inculcar-lhes amor a Nossa Senhora e cumprimento ao dever;
 - 2) Que não poderia faltar às aulas e nem chegar atrasada;
 - 3) Que zelasse pela disciplina dos alunos e boa educação
- (COLÉGIO SANTA CRUZ, [1954, 1 f]).

Assim, a idéia de que a ordem e a disciplina eram fundamentais foi muito difundida no âmbito do Curso Normal, como pode ser verificado nessa outra ata de reunião do dia 03/03/1954, na qual foram feitas as seguintes exigências:

- 1) Os professores deverão chegar ao estabelecimento 10 minutos antes de bater o sinal, assim como exigir disciplina dos alunos em sala de aula e fileiras.
 - 2) Os alunos deverão assistir às aulas com o uniforme completo;
 - 3) Foi entregue a cada professora o Programa Oficial do Paraná;
 - 4) Cada professora deverá fazer em sua classe um teste para saber o grau de adiantamento dos alunos, antes de iniciar o programa
- (COLÉGIO SANTA CRUZ, [1954, 1 f]).

Vale a pena ressaltar que as pautas das reuniões pedagógicas do Curso Normal em geral, objetivavam que fosse exigido dos professores o “bom” aproveitamento das aulas, assim como, a manutenção da disciplina e da ordem e a divulgação dos valores morais e religiosos presentes nesse curso.

Por sua vez, princípios como o de defesa do “bem social” era amplamente divulgado nos diversos eventos que as alunas dessas duas instituições de ensino organizavam e participavam, dentre esses, pode-se mencionar as chamadas “aulas inaugurais” que marcavam o início do ano letivo. Nesses eventos, abertos a comunidade maringaense representada, sobretudo pela elite, participavam assiduamente alunos, pais, corpo docente e administrativo da escola, inspetor de ensino, políticos, médicos, padres e autoridades locais.

Em tais aulas, tratava-se de temas gerais da educação, geralmente relacionados ao trabalho e “papel” do professor dentro e fora da sala de aula. As palestras geralmente impregnadas de forte conteúdo ideológico eram proferidas por professores da instituição e até mesmo por outros profissionais e políticos do município e região, o que era comum na época. A esse respeito cabe frisar que esses diferentes profissionais eram convidados para

tratar de temas ligados à educação, política, saúde e higiene da população. Esses temas eram considerados, no período, dignos de preocupação tendo em vista a situação do município diante da negligência escancarada do Estado para com as questões sociais.

Temas como os “deveres da professora” eram freqüentemente abordados, o que evidencia a presença do discurso ideológico de que era de fato, função do professor moldar um sujeito disciplinado, assim como, deveria contribuir no sentido de diminuir consubstancialmente as mazelas existentes no ensino primário.

Havia na época muitas instituições de ensino no país envolvidas com a vertente de que, por meio da educação, poder-se-ia formar indivíduos que zelassem pela ordem, moral e progresso da Pátria. Defendia-se ser a educação, um fator determinante de mudança nas questões sociais, ideário esse influenciado pelo Manifesto de 1932 que propunha dentre outros o desenvolvimento do espírito de solidariedade e cooperação social e por influência de tendências fascistas como a Ação Integralista Brasileira, criada por Plínio Salgado que tinha como lema “Deus, Pátria e Família” (RIBEIRO, 1993).

Ideário esse, que teve sua consolidação a partir da proposta do Governo de Juscelino Kubitschek no ano de 1955,

[...] de fazer o Brasil progredir ‘50 anos em 5’: atacando o problema das estradas, da energia, dos transportes e a construção de Brasília, [...] obtém um clima de paz social que oferece condições de ação. Procurou, por outro lado, infundir um otimismo ilimitado, uma confiança nas possibilidades do país e do povo [...] (RIBEIRO, 1993, p. 152).

Nesse contexto, as escolas, ao desenvolver os princípios que defendiam a cooperação social e ajuda mútua, acabavam defendendo os interesses daqueles que estavam no poder, pois à medida que o Estado contava com essas iniciativas se esquivava de muitas das suas responsabilidades. No Brasil, a partir do processo de mudança da base econômica agrícola para industrial na década de 1950, o modo de produção capitalista passou a se exigir mão-de-obra qualificada e eficiente, tarefa essa que recaiu sobre a rede escolar.

Desde o início da década de 40 a sociedade brasileira passava por um processo muito acentuado de industrialização de bens de consumo e de urbanização, com altas taxas de migração interna da zona rural para as cidades, nas quais as ocupações exigem outro estilo de vida, com mais anos de escolarização (HILSDORF, 2003, p. 109).

Com isso, as instituições escolares, sobretudo as de ensino secundário, assumiram responsabilidades tendo em vista o ajustamento social que tinha por base o modelo desenvolvimentista. Dessa forma, a ideologia de defesa da participação dos alunos e comunidade no progresso da Pátria foi inculcada fortemente no âmbito do Curso Normal. As alunas sentiam ‘honradas’ em trabalhar em prol do município e do país. O que pode ser verificado na grade curricular do Curso Normal e nos eventos educacionais retratados desde o final da década de 1950 até 1970 pela imprensa local.

Sobre isso, pode-se mencionar, conforme matéria de jornal, a Semana da Criança do mês de outubro de 1957 promovida pelo Instituto de Educação que contou com a colaboração das alunas do Curso Normal Secundário com objetivo de “[...] orientar as palestras e demais trabalhos atinentes à Semana, no rumo da preparação psicológica da mocidade para a compreensão do valor da criança e de sua participação no futuro da Pátria” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 9).

Assim, as idéias dos educadores da época, em torno do papel e da missão da escola, foram muito difundidas nas salas de aulas, principalmente nas falas dos professores e alunas do Curso Normal. Como pode ser evidenciado no texto escrito pela aluna France Luz sobre o tema “Educação”, e apresentado na Semana da Criança de 1956, versando sobre a responsabilidade do aluno no engrandecimento da Pátria:

A criança é a síntese de todos os nossos ideais e desvê-los (sic), devendo ser tratada, com muito carinho. Ela representa a Pátria e o mundo de amanhã. É grande por isso, a nossa responsabilidade para com os destinos destes pequeninos seres que serão o resultado de como os educamos e criamos. A alma infantil é como a massa delicada que o artífice molda a seu gosto. Precisa que lhe demos tudo aquilo que a faça feliz, contribuindo para que no futuro ela tenha os elementos necessários com que lutar e vencer os obstáculos da vida. [...] Sua instrução deve ser esmerada de modo que mais tarde ela venha a ser agradecida a seus pais e mestres trabalhando por um Brasil e um mundo melhores (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 3).

Nessa mesma semana educacional foi apresentado um outro texto sobre a Educação da Criança, também escrito pela aluna France Luz, que denota além da defesa aos princípios morais e religiosos a valorização do papel dos pais no processo educativo:

Os pais e principalmente a mãe têm a obrigação de ensinar aos filhos os princípios religiosos e morais que serão os alicerces de sua

personalidade. Entretanto por mais que lhe dêem conselhos e a repreenda, o que decisivamente influi na criança é o ambiente familiar. Tranquilidade, ordem, delicadeza, conforto, justiça, autoridade bem exercida são requisitos indispensáveis a uma boa educação. [...] Na idade escolar começa o papel da mestra: Ela é a continuadora da obra iniciada desde o berço, no seio da família (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1961, p. 3).

Dentre os autores que difundiram os princípios educacionais entre as normalistas maringaenses, está Amaral Fontoura, como já enfatizado anteriormente. A título de exemplo pode-se citar a palestra proferida pelo autor, no ano de 1958, a convite das professorandas do Instituto de Educação para falar sobre o tema “A Escola Brasileira” e “A missão da Escola”. Nesse evento, foi defendido, dentre outros, a organização de uma comunidade atuante que assumisse responsabilidades em prol do desenvolvimento desse município, como destaca a matéria publicada na imprensa local (s/i) do dia 16/12/1958:

A escola deve fazer o papel da família: ser a continuadora do lar. Pois as escolas criaram-se pela dificuldade da “vida”, os pais não tinham tempo de ministrarem a seus filhos, instruções para educação. Hoje, a escola está traindo sua missão: ensina coisas muitas vezes desnecessárias à Vida. Somos os responsáveis pela educação da criança, pois a criança educada é uma criança instruída, ela se porta de tal maneira em toda a parte. O assunto versou também sobre as escolas americanas, onde o professor dá duas horas de aula e uma de conversação. Falou ainda sobre o papel do governo: este não deve intervir na escola. Há esperanças futuras do Governo Federal deixar o ensino por conta da escola apenas. Sobre a organização da “comunidade”. O povo anda mais depressa que o governo. Isto quer dizer que não se deve ficar a espera que o governo faça tudo, vamos reunir o povo para resolver os problemas do povo, é o que se chama comunidade. Lançou a idéia de uma organização de comunidade da cidade para a mudança da nossa Escola para o centro da cidade (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956, p. 27).

O que está exposto na citação acerca da conferência proferida pelo educador, não só encontra ressonância na Escola Normal em Maringá, como evidencia o discurso liberal que atribui à educação o papel de solucionar os problemas sociais, minimizando a função do Estado. Convém lembrar que a década de 1950 foi marcada por uma acentuada distribuição desigual de renda nas regiões do país, dentre essas, a do Norte paranaense.

Retomando a participação das normalistas nas campanhas em prol da comunidade maringaense, ressalta-se que o espírito de ajuda mútua foi muito divulgado e defendido no período. De modo que as campanhas que já marcavam o Curso Normal no final da década

de 1950 tiveram o seu apogeu no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 e foram motivadas por forças internas e externas de concepção humanista defendida pela igreja católica.

As campanhas, as Semanas Educacionais constituíam-se como parte da formação das normalistas. Essas Semanas, nas quais participavam alunas, professores e comunidade, tinham como objetivo a divulgação dos ideais e interesses do Estado em torno da padronização e criação de um sistema de ensino no país. A organização desses eventos ficava a cargo das alunas, conforme indicavam os preceitos educacionais da época. Sobre a participação das alunas-mestras em atividades extra-classe, é o já citado Fontoura (1966, p. 49, grifo do autor) que pondera:

As **alunas-mestras** deverão ir recebendo dia a dia uma parcela de responsabilidade nos trabalhos e atividades da Escola Normal, de maneira a irem aprendendo a dirigir, a organizar, a solucionar problemas. Esse sistema de participação das futuras mestras na vida interna e nos problemas da Escola Normal supõe, de certo, maior autonomia e, sobretudo maior responsabilidade para as moças. Uma aluna-mestra não pode ser tratada apenas como aluna, mas também como futura mestra. Precisa ser uma colaboradora permanente e constante da obra escolar que se realiza no seu educandário.

Assim, de acordo com os preceitos e as práticas desenvolvidas pela Escola Normal, as normalistas participavam também, com assiduidade, de Campanhas como Higienização, Higiene Dental e Campanha de Vacinação, objetivando contribuir para a formação da “nova pátria” e do “novo homem”.

Cumprе ressaltar diante desse quadro que, nas décadas de 1940 e 1950, havia uma forte influência na educação das tendências médico-higiênista defendidas nos diversos Departamentos e Serviços Nacionais de vinculadas ao Ministério da Saúde, dentre esses pode-se citar o Departamento de Saude Nacional da Criança (1940), que desenvolveu, nesse período, vários programas e campanhas visando o combate à desnutrição e vacinação da população (LIMA; PINTO, 2003). Para promover a superação do homem fraco, doente e amorfo, que Monteiro Lobato sintetizou na figura do Jeca-Tatu, foram realizadas dentre outras “práticas de higienização” (da saúde) objetivando a formação do homem para a nova nação (HILSDORF, 2003).

Nesse sentido, compreende-se tal como Marques (1999) que é necessário pensar a saúde em Maringá nas esferas política, social e ideológica. A saúde nesse município acabou sendo desenvolvida pela iniciativa privada, contando apenas com o incentivo do

Governo do Paraná, como parte da política de saúde do Estado. Nesse sentido, “Pretende-se apoiar, amparar e estimular extensamente a iniciativa particular, fundações, organizações religiosas, sociedades civis, ou de particulares propriamente” (MARQUES, 1999, p. 309).

Importa assinalar que o Estado passou a atuar na saúde pública somente quando as condições de saúde da região norte poderiam colocar em risco o projeto econômico da colonização (MARQUES, 1999). De acordo com essa autora, foi somente a partir da metade da década de 1950 que se passou a intervir de modo centralizador visando o saneamento dos municípios que se encontrava em situação bastante precária.

Assim, pode-se dizer que o Estado buscou transferir suas responsabilidades durante varias décadas para a esfera educacional, mais especificamente, para o Curso Normal. Situação essa que evidencia a descaracterização do papel da escola e do Curso Normal que acabava por assumir responsabilidades que não lhe eram próprias.

Essa ação vai basear-se em uma política de intervenção voltada para educação sanitária, através de visitadores sanitários, programas educativos pelo rádio, campanhas de vacinação e puericultura, além do compromisso de que em cada município instale-se um posto de higiene. [...] Centralizaram-se as orientações, intensificou-se a educação sanitária, dinamizaram-se as campanhas higienizadoras, ainda contanto com as iniciativas particulares, mas sob o olhar atento do Estado (MARQUES, 1999, p. 310-311).

O que comprova que esse curso cumpriu no período uma função ideológica que era inclusive justificada, pois a participação da Escola Normal nessas campanhas fazia parte da prática da disciplina de Higiene e Educação Sanitária, valendo inclusive nota. Sobre essa participação, constava em um documento que “A intenção da escola nesse contato com as famílias operárias e de baixa renda, foi antes de tudo, iniciar em Maringá, uma futura elevação do nível social do nosso proletário” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 16).

No entanto, além das visitas ao Posto de Puericultura e a Escola de Aplicação, as alunas iam as residências e albergues para entregar às famílias pobres, donativos por elas arrecadados. De acordo com os documentos, essas ações tinham como objetivo, além de conscientizar a população, verificar suas condições de saúde e higiene. Isso devido à situação ainda precária em que se encontrava o setor de saúde no município de Maringá. “As doenças mais comuns eram provocadas por picadas de insetos e casos de diarreia

também eram freqüentes, provocados pela ausência de saneamento básico e boas condições de higiene” (MARINGÁ, 1987, p. 8).

Sobre essas iniciativas, Fontoura (1966, p. 12) defende que: “ser professor, em primeiro lugar, portanto, é ser idealista, é estar disposto a viver por um ideal. E que alto ideal: o de trabalhar pelo bem da infância, pela felicidade alheia. Ser professor é trabalhar pelo engrandecimento da Pátria Brasileira!”.

Um exemplo disso e com base no exposto acima, pode-se mencionar que as atividades desenvolvidas pelas alunas do Curso Normal nas Semanas da Criança realizada todos os anos no mês de outubro tinham como objetivo a arrecadação de donativos como roupas, alimentos, brinquedos, leite em pó, doces e medicamentos que eram doados as famílias pobres e ao Posto de Puericultura da cidade.

A esse respeito, consta em documentos que foi realizada no dia 12/10/1958, na Semana da Criança na Escola Normal Amaral Fontoura, “uma festinha as “crianças pobres” da redondeza da Escola”. As alunas do Curso Normal visitaram nesse dia muitas casas oferecendo doces e brinquedos. Sabe-se os enxovais, os brinquedos, o leite e os doces foram doados ao Posto de Puericultura e a Santa Casa Nossa Senhora de Fátima.

Vale ressaltar que, as atividades acima mencionadas, ocorreram sob a orientação das professoras de Didática e de Desenho e Artes Aplicadas, a Prof^ª. Ruth Loureiro Costa e a Prof^ª. Anna Luisa Camargo Assinelli que inclusive acompanhavam as alunas nas visitas as casas. Nesse documento constava a seguinte frase: “Que a escola continue sempre essa missão de caridade, pois cada ano as crianças esperam pelo seu dia, como se espera por um Papai Noel” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 20).

Chamou a atenção, também em relação a essas iniciativas, o fato de que eram as próprias alunas que confeccionavam (em suas casas) os enxovais de bebê e de cozinha para doação. Sobre isso, foi mencionado nas entrevistas que cabia a professora de desenho e artes aplicadas determinar uma data para serem apresentados e avaliados esses enxovais por elas bordados, nas quais era exigido muito capricho, valendo inclusive notas.

Foi relatado que cada ponto bordado deveria estar perfeito e caso não estivesse a professora desmanchava tudo e era preciso fazer tudo outra vez. Assim como essas atividades promovidas pela Escola Normal, pode-se citar também: a organização e apresentação de peças teatrais; excursões culturais a outras cidades e estados, visitas em escolas e imprensa local.



Foto 5 – Alunas do Colégio Santa Cruz em dia de excursão.
Fonte: Colégio Santa Cruz, ([196-]).

Dentre outras atividades pode-se citar a organização de feiras inter-colegiais, feiras de livros; exposições de trabalhos Didáticos e Manuais⁵⁶; participação em Jogos, organização de trotes em que as alunas festejavam e comemoravam em grupo seu ingresso ao curso, organização e manutenção do “Jornalzinho – A normalista”, na qual eram divulgadas informações referentes às atividades do curso, entre outras.

É preciso ressaltar, dentre essas atividades, o grande destaque que teve o coral dessas duas Escolas Normais em Maringá. De modo que mobilizavam tanto as alunas quanto a comunidade que assistia e prestigiava todas as apresentações organizadas por essas duas instituições. De acordo com os documentos, o coral da Escola Normal se apresentava em muitos eventos promovidos na cidade e, ao mesmo tempo, participava de concursos nos quais recebiam com frequência muitas homenagens. A foto abaixo, tirada do coral da Escola Normal, evidencia que além do uso formal e constante de uniformes, se exigia uma postura disciplinada com braços para trás, postura ereta e atenção.

⁵⁶ Como pode ser verificada no Anexo L.



Foto 6 – Coral da Escola Normal do Instituto de Educação – 10/05/1963.
 Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1961, p. 14).

Em relação ao Centro Cultural, também chamado de Grêmio Normalista, pode-se dizer que sempre foi muito valorizado, de forma especial pelas alunas que participavam assiduamente de todas as atividades. Percebe-se que o relacionamento se fortalecia à medida que essas alunas se envolviam em atividades do centro cultural que tinha como objetivo e finalidade de:

[...] desenvolver as atividades intelectuais do corpo discente daquele estabelecimento de ensino e promover reuniões recreativas e dançantes, que estabelecem elos de cordialidade e convivência com a sociedade maringaense (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 35-36).

Dentre as atividades organizadas destacavam-se os bailes e desfiles promovidos pelas alunas. Esses eventos eram muito prestigiados pela elite local. Isso, dada a grande importância que assumiu na época os clubes pedagógicos,

[...] dentro da sistemática da 'Escola Viva' tem o mais destacado papel os 'Clubes Pedagógicos', que devem existir, que precisam existir, em toda Faculdade de Filosofia, Instituto de Educação ou Escola Normal. O clube pedagógico, de saída, obedece a essa grande tendência no mundo contemporâneo, a socialização, reconhecida e louvada pelo Papa JOÃO XXIII: 'A socialização é também fruto e expressão da tendência natural, quase incoercível pela qual os homens se reúnem... Essa tendência

suscitou, em toda parte, sobretudo nos últimos tempos, grupos, associações e instituições [...]’ (*‘Mater et Magistra’*, 60) (FONTOURA, 1972, p. 35).

A esse respeito, pode-se mencionar a participação do Curso Normal nos desfiles de aniversário de Maringá comemorados no dia 10 de maio. Tal evento, além de ser muito prestigiado por toda a população, era marcante na cidade. Nesses desfiles, as alunas do Curso Normal recebiam grande destaque e, de acordo com os documentos, “abrilhantavam” os olhos das autoridades eclesiásticas, civis e militares. Eram as alunas da Escola Normal que formavam o pelotão de frente nesses desfiles, como evidencia foto abaixo:



Foto 7 – Alunas do Curso Normal no desfile do 12º aniversário de Maringá – 10 de maio de 1959.
Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1956b, p. 35).

Assim, era comum a participação das normalistas em todas as datas comemorativas do ano como: Dia da Independência do Brasil (07/09), Dia da Árvore (21/09), Dia do Livro (29/10), Dia das Mães (maio), Dia do Pan Americano, Dia de Tiradentes (21/04), Abolição da Escravatura (13/05), Descobrimento do Brasil (22/04), Aniversário da Constituição, Dia do Soldado Brasileiro (25/08), Dia do Professor (15/10), Dia da Proclamação da República (15/11), Dia da Bandeira (19/11), Semana da Criança (12/10), Aniversário da Diretora e Festas Juninas. Cabe frisar que durante as décadas de 1950 a 1970, sobretudo após a implantação do regime militar, era muito comum a comemoração de datas nacionais, as

festas cívicas, imbuídas de espírito patriótico e de defesa e exaltação da Pátria como será abordado no próximo capítulo.

Nesses eventos participavam todos os alunos, professores e autoridades locais, havendo por parte das alunas grande expectativa e interesse na organização e preparação dos mesmos. Sabe-se que todas se empenhavam buscando o melhor resultado e desempenho nessas apresentações e atividades. Quanto à organização das mesmas, os documentos mostram que eram realizadas palestras que tinham como temas assuntos relacionados às datas, assim como, eram preparados poesias e cantos.

Outras comemorações de datas festivas como, por exemplo, Dia das Mães, Dia do Trabalho e Dia do Professor eram organizadas pelas normalistas. Nesses eventos, eram apresentados trabalhos referentes à data, leitura de poesias e discursos de homenagem. Para além desses eventos, pode-se afirmar que eram marcantes na cidade de Maringá as Solenidades de Formatura e festas de encerramento do ano letivo do Curso Normal. O que acabou mobilizando toda a sociedade, incluindo autoridades políticas e eclesiásticas.



Foto 8 – Alunas da Escola Normal Secundária “Amaral Fontoura” fazendo o juramento na solenidade de formatura do ano de 1959 – 20/12/1959.

Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1956b, p. 42).

Em relação a esse tipo de evento, menciona-se, conforme consta em livro-Ata, que a formatura da primeira turma de professorandas da Escola Normal Amaral Fontoura ocorreu no dia 11 de Dezembro de 1958, na qual as alunas receberam o diploma de

professora primária pelo Prof. Amaral Fontoura (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 22).

Já no Colégio Santa Cruz consta que a formatura da primeira turma de normalistas ocorreu no ano de 1961. Sobre esse evento, sabe-se que foi marcado, sobretudo por *luxo e glamour* como retratava a imprensa local, o que evidencia a que classe social esse ensino foi destinado. Além de honras e homenagens as alunas, as mestras e autoridades religiosas, políticas e civis do município de Maringá.



Foto 9 – Aluna do Curso Normal em dia de formatura recebendo diploma.
Fonte: Colégio Santa Cruz ([196?]).

Ao apresentar-se os elementos históricos, políticos e pedagógicos presentes no momento de criação da Escola Normal Secundária de Maringá foi possível observar o papel determinante desses cursos, oferecidos pela iniciativa pública e privada, para a organização da educação nos primórdios do município. No próximo capítulo objetiva-se mostrar o processo de consolidação dessa modalidade de ensino no decorrer das décadas de 1960 e 1970, vinculado ao contexto social, econômico, político e educacional da sociedade brasileira.

4 O PERCURSO DA ESCOLA NORMAL EM MARINGÁ

Ao acompanhar a trajetória da Escola Normal Secundária de Maringá, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, procurou-se evidenciar os principais fatores sociais, econômicos e políticos, sobretudo externos, que marcaram a consolidação desse nível de ensino, até então responsável pela formação de professores no município.

4.1 A década de 1960: as questões educacionais e as influências políticas, econômicas e sociais no âmbito da Escola Normal Secundária de Maringá

O campo educacional brasileiro no período anterior ao golpe militar de 1964 é fortemente marcado pela Campanha em Defesa da Escola Pública, desencadeada em 1959. [...] As discussões sobre a necessidade de ampliação da oferta de escolarização e de defesa da escola pública e gratuita são intensas e estendem até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 4024, de 20.12.1961 (HEY; CATANI, 2005, p. 129).

A citação de Hey e Catani (2005) aponta a questão central em debate no período que antecede o Golpe Militar de 1964, no qual estavam em palco as determinações da primeira LDB de 1961. A educação brasileira no início da década de 1960, em face da instabilidade econômica e política desse período, sofre com os altos índices de repetência e evasão escolar. Além disso, enfrenta sérios problemas com o baixo rendimento e o acesso ao sistema educacional. Estes fatores marcaram a campanha em defesa da escola pública, gratuita e estatal liderada pelos signatários do Manifesto dos Educadores mais uma vez reunidos em 1959.

Entretanto, como afirmou-se no capítulo anterior, a primeira LDB, que deveria oferecer subsídios à luta pela escola pública ao tratar da expansão do ensino, estende os incentivos à escola privada sem alterações importantes no ensino público. “Ficam evidentes os **limites** do liberalismo democrático representado como inspirador da nova Lei, o qual definia ideologicamente o período: do ponto de vista do sistema escolar, os anos de 1946 a 1964 são **conservadores**” (HILSDORF, 2003, p. 111, grifos do autor).

Aprovada no contexto de implementação do projeto desenvolvimentista e, em um período de crescente industrialização e urbanização nos estados e municípios, essa Lei, embora tenha se concentrado inicialmente no conflito centralização-descentralização e na organização e controle das escolas, acabou abordando também a questão do dilema escola particular *versus* escola pública, mantendo-se afastada dos verdadeiros problemas educacionais, conforme ressalta Saviani (2004, p. 157-158):

[...] a Lei 4024/61 embora pretendesse como registra em sua ementa, tratar da “Educação Nacional” limitou-se a organização escolar; e quanto a essa cingiu-se a regular o funcionamento e controle do que já estava implantado. [...] Os verdadeiros problemas educacionais permaneceram intocados e a educação popular sequer foi considerada. A organização escolar manteve, assim, a sua característica de aparelho reprodutor das relações sociais vigentes.

Cabe destacar que com base nessa Lei foi atribuída ao Curso Normal, no artigo 52, a responsabilidade pela “[...] formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares, destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos relativos à educação da infância” (BRASIL, 1961). Com isso, se pretendia com base na atuação desses profissionais, uma maior organização e controle no sistema de ensino.

É “**inovador**” nesse período, com destaca Hilsdorf (2003, p. 111), os movimentos de base popular, não-institucionais e dirigidos às classes populares, sobretudo os trabalhadores, “organizados pela ação conjunta de populares e grupos de intelectuais”. Dentre esses movimentos a autora destaca: os Centros Populares de Cultura, criados pela UNE em 1961; o Movimento de Educação de Base (MEB), patrocinado pela Confederação dos Bispos do Brasil de 1961 “que atuava na zona rural pelo uso do rádio” e o Método de Alfabetização de Paulo Freire. Este último era realizado:

[...] mediante o domínio cognitivo do letramento e a sua conscientização como ser de valor pretendia alcançar a inserção do educando no processo histórico –, e se constituiu em núcleo do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, que funcionou de janeiro a abril de 1964 (HILSDORF, 2003, p. 111).

É nesse período, como aponta Saviani (2002, p. 316), que iniciam as mudanças do conceito de educação popular. Antes “significava educação destinada às massas populares independentemente de ser promovida pela própria população. Era promovida pelo Estado,

mas tendo como destinatários as massas populares”. A partir de 1960 e, sobretudo após o Golpe Militar, “a expressão Educação Popular vai ganhando predominantemente esse significado de experiência alternativa que se fez então à margem da educação oficial, à margem da iniciativa e do apoio estatal”.

A ação do Estado foi minimizada em termos educacionais e passaram a entrar em ação os movimentos populares e sociais. Para se ter uma idéia da extensão desses movimentos e de sua influência na educação maringaense, pode-se citar o grande envolvimento das alunas do Curso Normal durante a década de 1960, em campanhas voltadas à promoção e o desenvolvimento social das classes populares.

Os jornais locais da época noticiaram, com freqüência, a atuação das normalistas junto às comunidades carentes. Em matéria publicada no “O Jornal de Maringá”, provavelmente em maio de 1961, noticiou-se que as alunas do Curso Normal do Instituto de Educação se prontificaram a fazer uma campanha de higienização na cidade, visitando as residências com questionários a fim de verificar as condições higiênicas das mesmas. A responsável pela disciplina de Higiene e Educação Sanitária era a Prof^a. Branca de Jesus Camargo Vieira (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1961, p. 2).

Cabe frisar que nessas visitas as alunas, sempre acompanhadas pela professora, manifestavam orgulho pelo trabalho desenvolvido em prol do município que, no início da década de 1960, encontrava-se em situação bastante precária tanto no que diz respeito à urbanização quanto às condições de vida da população.

Sobre essa questão é importante salientar que em junho de 1966 foi aprovada a Lei Federal nº 5.026, que estabeleceu normas gerais para a instituição e execução de Campanhas de Saúde Pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde:

Art. 3º Além do órgão do Ministério da Saúde cujas atribuições regimentais correspondam ao objeto da cooperação prevista no artigo anterior, participarão, facultativamente, das Campanhas de Saúde Pública, mediante convênio, acordo e atos semelhantes, órgãos e entidades públicas e particulares, nacionais, internacionais e estrangeiras, que tenham finalidade direta ou indiretamente relacionada com seu objetivo (BRASIL, [199?a]).

Com o incentivo por parte do Governo brasileiro para que essas manifestações no âmbito social continuassem a se efetivar, a atuação das normalistas em campanhas de caráter assistencialista continuaram durante todo o transcorrer da década de 1960. Tais ações sociais, atribuídas como função da escola, reforçaram a atuação dos professores da Escola Normal ao mostrar às futuras mestras a importância e extensão de seu papel social.

Nesse período foi amplamente difundido o discurso da educação compensatória que, de acordo com Saviani (1997, p. 43), teve como função equalizadora compensar as deficiências que acabaram interferindo na eficácia da ação pedagógica.

Daí porque a educação compensatória compreende um conjunto de programas destinados a compensar deficiências de diferentes ordens: de saúde e nutrição, familiares, emotivas, cognitivas, motoras, lingüísticas etc. Tais programas acabam colocando sob a responsabilidade da educação uma série de problemas que não são especificamente educacionais, o que significa na verdade, a persistência da crença ingênua no poder redentor da educação em relação a sociedade.

Assim, caberia a educação suprir as demandas sociais, desencadeando ações da sociedade civil à margem da ação do Estado. Em relação a esse ideal, pode-se citar o pensamento daquele que foi um dos grandes mentores da Escola Normal em Maringá, Amaral Fontoura que, inspirado na Escola Nova, defendeu no âmbito do Curso Normal que era preciso pensar em uma formação objetivando o bem da comunidade, pois:

educar é formar a personalidade do indivíduo, mas também é socializar, é formar o sócio, o membro da comunidade, é tornar o aluno capaz de trabalhar pelo progresso da sua comunidade, é desenvolver o espírito de colaboração e de cooperação entre as criaturas em favor do bem comum. [...] A escola diz bem mestre Lourenço Filho, passa a ter uma função social inconfundível, a que se vem prender todos os problemas políticos dos mais graves, nas modernas democracias. E ela terá que se transformar num pequeno meio social, em que a criança aprenda o trabalho em cooperação, aprenda o espírito de solidariedade. Onde desenvolva, enfim, suas aptidões para a vida através da vida (FONTOURA, 1966, p.122).

Além de incentivo legal e da literatura que valorizava a função social da escola, torna-se necessário mencionar que as instituições escolares, responsáveis por ofertar o Ensino Normal em todo o país, vinham seguindo as tendências de programas de desenvolvimento social e de organizações como a Unesco⁵⁷ e Unicef⁵⁸ que tinham como princípios, dentre outros, o combate à miséria. Para isso, contavam exclusivamente com

⁵⁷ Organização das Nações Unidas para a educação. Essa Organização abriu seu escritório no Brasil em 1964 no Rio de Janeiro. Suas iniciativas visam contribuir com o combate à pobreza, com a construção de uma cultura de paz e não-violência, com a exclusão social, com a capacitação de professores e profissionais de várias áreas, com a proteção e preservação de patrimônios históricos, naturais e intangíveis e com contribuições para o desenvolvimento sustentável, científico e tecnológico (UNESCO, 2006).

⁵⁸ Fundo das Nações Unidas para a Infância. O primeiro escritório do UNICEF foi instalado no Brasil em 1950, em João Pessoa/PB. Tem como objetivo promover o bem-estar da criança e do adolescente, com base em sua necessidade, sem discriminação de raça, credo, nacionalidade, condição social ou opinião política (UNICEF, 2006).

apoio e participação direta da escola e da comunidade. Nota-se que os objetivos implícitos na organização desses programas são, sobretudo, diminuir os gastos dos cofres públicos.

Isso por ser constatado em função das medidas criadas e defendidas pelo Governo Federal, destacadas por Cunha (1980) como “medidas paliativas” que tinham como objetivo atenuar as críticas dirigidas ao Estado e/ou dissimular as suas causas:

Medidas de doação de alimentos são meros paliativos que, sem dúvida, beneficiarão um certo número de crianças e adultos da classe trabalhadora. Mas o principal beneficiário será certamente a classe dominante, em proveito da qual a situação de fome existe, e mais particularmente, no caso brasileiro recente, a qual interessa a intensificação de fome produzida pela concentração de renda (CUNHA, 1980, p. 198).

Essa minimização do papel do Estado nos assuntos sociais foi, proporcionalmente, dando suporte ao discurso político sobre o relevante papel da educação na modernização e desenvolvimento econômico da nação. O que justifica o intenso discurso, nesse período, em defesa do desenvolvimento e progresso da pátria, encampado, sobretudo, pelas instituições escolares, em especial as destinadas à formação de professores.

A título de exemplo, consta em ata da reunião de professores do Colégio Santa Cruz do dia 10 de março de 1962, que trata de questões relacionadas ao início do período letivo, os assuntos abordados na aula inaugural⁵⁹ daquele ano, que, dentre outros, ressalta a importância da formação de professores úteis a Deus, à pátria e à família:

Ainda que começamos a aula no dia 1º, deixamos a aula inaugural para depois do Carnaval. Começamos com a Santa Missa às 08:00 horas, celebrada pelo Ilmo. Sr. Reitor do Seminário, a que assistiram todas as alunas do Estabelecimento. A seguir deu início à solenidade com o Hino Nacional. A aluna da 2ª série leu o discurso de recepção às novas alunas e a seguir o professor José Hiran Sallée deste estabelecimento e antigo Diretor fez a apresentação do Advogado e professor do Colégio Estadual, Dr. Ricarte Freitas, que cumprimentou as professoras e alunas. “Pensando o que poderia dizer-vos, qual mensagem poderia trazer, não achando outra melhor que por na juventude a fé, esperança da Pátria e

⁵⁹ Dada a importância dessas questões, vale a pena apresentar os conteúdos e temáticas abordadas nas aulas inaugurais do Instituto de Educação dos anos de 1958 a 1965. **Ano de 1958**, tema: “Educação”, enfatizou a importância da cooperação dos pais à Escola. A palestra foi ministrada pela Profª. Branca de Jesus Camargo Vieira (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 12). **Ano de 1959**, tema, “Os direitos da mulher”, por Dr. Julio Vargas, advogado da cidade (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 29). **Ano de 1960**, tema, “Profundas verdades e análises seguras e objetivas”, Dr. Salvador de Maio, criminalista brasileiro. Sobre a “temática” acima é preciso relatar que não constava no documento do que realmente essa palestra tratava (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 42-43, grifos nossos).

que vós fareis à grandeza do Brasil. Sim, a fé e a esperança. Porque estais aqui? Porque vossos pais vos colocaram nesta escola? Porque se impõe tanto sacrifício para formar-vos? Para que vos torneis criaturas úteis: a Deus, a Pátria e a família. Por isso vossos pais escolheram esse colégio, onde não somente se dá a cultura, senão que se trata de formar vosso caráter e vossa personalidade. Procurai cumprir vossos deveres de respeito para com os vossos professores, de camaradagem para com vossos colegas, já que a amizade é o maior bem que pode desfrutar-se na terra. Quero dirigir-me às Normalistas e como não se dá àquilo que não temos, pois, senão sois capazes de dar respeito, senão tendes hábitos arraigados para podê-los transmitir e dar-vos aos alunos, não tereis coroamento na vossa obra. Meu pedido é lembrar-vos que sois criaturas de Deus. Que devemos viver dignamente com a verdade e o amor. Só com a verdade há amor, só com a verdade há respeito. Precisamos viver um mundo de verdade e sinceridade para distinguir o bem do mal, para seguir o bem e afiançar nossa personalidade” (COLEGIO SANTA CRUZ, [1962, 1 f], grifos nosso).

Nesse contexto, além do caráter patriótico e assistencialista atribuído a formação das normalistas, manteve-se a preparação das futuras professoras para a constituição da família e para as tarefas do “lar”. Este é identificado nas palavras de Werebe (1969, p. 213), ao escrever sobre a formação no Curso Normal, como “[...] além de ser, pela constituição de seu currículo, apropriado para a formação das futuras ‘esposas e mães’, confere um diploma profissional que, numa eventualidade, pode ser útil, funcionado como ‘seguro de vida’”.

Ainda em relação à formação no Curso Normal, a autora ressalta que a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 o currículo e a orientação pedagógica se tornaram mais estanques e fragmentados:

A falta de coordenação entre as matérias começa na elaboração dos programas que não observam os pontos comuns tratados e são, ao contrário, organizados como se tivessem um fim em si mesmo. [...] Em consequência, os alunos ‘armazenam’ noções contraditórias sobre o mesmo assunto, não percebe as relações entre os campos de estudo e, raramente conseguem fazer a síntese dos conhecimentos recebidos, em funções da prática docente. Eis porque esta prática, na melhor das hipóteses, não passa de um conjunto de normas e receitas, que o futuro mestre primário aplicará sem conhecer os fundamentos científicos. Por outro lado, prevalece, em nossas Escolas Normais, orientação inadequada na formação pedagógica do futuro professor, pois não se levam em conta os meios e as possibilidades materiais e humanas da realidade escolar brasileira (WEREBE, 1969, p. 215).

O teor de formação das futuras professoras, “esposas e mães”, assinalado por Werebe (1969), pode ser observado nos cursos ofertados às alunas da Escola Normal do

Instituto de Educação nos meses de agosto e setembro de 1963. Consta, a esse respeito, que as normalistas realizaram um Curso de Preparação ao Matrimônio sob a orientação de um padre. As palestras proferidas trataram de temas como: “Exame Pré-Nupcial e os Direitos da Mulher” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1961, p.15-16).

Desse modo, a formação das normalistas nas atividades extra-curriculares eram constituídas por meio de semanas educacionais e palestras que enfocavam temas relacionados ao papel da escola e a atuação das futuras professoras na família e na sociedade. Como foi noticiado na imprensa local do dia 25/04/1963, a Semana Educacional realizada pela Escola Normal Secundária Amaral Fontoura tratou das seguintes temáticas: a personalidade do professor, pela professora Neli Sandano Burgnolli; a escola como formadora da responsabilidade do futuro cidadão, professora Ruth Loureiro Costa; obrigações de professores e as novas matérias do currículo primário, professora Leonor Lezan; o papel da escola no desenvolvimento da comunidade, professora Branca de Jesus Camargo Vieira; as instituições extra-classes como recursos auxiliares da educação, professora Raquel Torrent; o verdadeiro papel da biblioteca escolar no despertar do amor a leitura, professor Amauri Antonio Meller. No ano de 1964 foi a vez do reverendo João Daniel Migliorin proferir a palestra sobre o tema: “O estudante em face da atual conjuntura política social”, em meio a outros temas como “O sistema nervoso”, “Saúde e higiene dos dentes” e “Psicologia Educacional” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1961, p. 13-25).

Para além dessas atividades extracurriculares, a formação na Escola Normal de Maringá, na primeira metade da década de 1960, voltava-se a questão dos métodos e procedimentos de ensino, conforme evidenciam os excertos da ata da reunião Pedagógica do dia 06/06/1960:

3ª Ata: Data: 06 de Junho de 1960. Referiram-se a aplicação do Método Global na alfabetização, logo a petição da Irmã Maria Del Rosário que requeria de D. Raquel a maneira de levar a efeito em nossa escola, as melhoras que ela trouxe do curso de Especialização em Belo Horizonte. Depois de trocar idéias, concordamos em fazer dos cursos básicos: Jardim, Pré-primário e primeiro ano os mais dedicados e primorosos. Neste sentido, acordou-se primeiro a escrever a Seção de pesquisas de Curitiba para ver se no mês de Julho haverá algum curso para Jardim de Infância ou 1º Ano, a fim de ter professoras especializadas. Incutirá no espírito das alunas normalistas o espírito do método de alfabetização Global do qual está tão entusiasmada. D. Ruth concorda na preparação das alunas normalistas que são ótimas e que ninguém melhor do que elas podem aumentar o quadro de professores que necessitam.

Terminou a reunião entusiasmada pra trabalhar em prol da formação tanto das alunas Normalistas como nas bases da Escola no Jardim da Infância e 1º Ano (COLÉGIO SANTA CRUZ, [1960, 1 f]).

Em documento enviado ao Inspetor Regional de Ensino pela mesma Instituição, evidenciou-se a utilização do método experimental nas aulas de ciências: “Nas aulas de Ciências procuramos empregar o método experimental e pudemos ver como a criança se interessa. Intensificaremos em todas as aulas do Ensino de Ciências o método experimental” (COLÉGIO SANTA CRUZ, [1962, 1 f]).

A citação atesta a forte influência da concepção escolanovista no âmbito da Escola Normal maringaense, no decorrer da década de 1960, já em meio aos preceitos da Pedagogia Tecnicista. A prática dos eventos difusores desses princípios datam do início dessa década, conforme matéria publicada na “Folha de Londrina” do dia 03/09/1960. Consta que ocorreu em Maringá de 1º a 10 de Setembro, o II Congresso Paranaense do Ensino Normal, no qual participaram 200 professores de todo o Estado. Tal evento foi organizado pela direção, professores e alunas da Escola Normal Amaral Fontoura. Consta nessa matéria que “Como parte do programa foram ministradas aulas de Didática e Prática de Ensino. Houve conferências e sessões plenárias, além da churrascada oficiada pelo Bispo Dom Jaime” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1956b, p. 46).

Dessa forma, a preocupação não era apenas com o aprendizado dos métodos, mas com o aprendizado e utilização dos recursos didáticos, o que também apareceu transcrito nas matérias lecionadas e nas listas de pontos para prova da disciplina de Didática e Prática de Ensino. No entanto, a exemplo do que vinha ocorrendo em nível nacional, a carência de recursos didáticos foi fortemente sentida pela Escola Normal em Maringá. Sobre isso, observa-se em entrevista publicada no periódico “O jornal”, do dia 22/09/1962, o relato da professora Piveni Piasse de Moraes, do Instituto de Educação Estadual de Maringá, que apresenta a situação que se encontrava essa instituição no ano de 1962:

[...] o sucesso que vem alcançando e os empreendimentos ali iniciados deve-se única e exclusivamente ao esforço do corpo docente e discente da escola, que não recebe ajuda dos poderes competentes. Informou-nos ainda que deverá caso superem a falta de carteiras para os alunos, funcionar brevemente sob a direção e orientação daquela diretora a tão esperada Escola de Aplicação. A Escola Normal Amaral Fontoura ao par das penúrias da falta de material que vem sofrendo todos os estabelecimentos de ensino de Maringá, também se encontra desfalcada dos mais indispensáveis materiais didáticos (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1961, p. 8, grifo nosso).

Torna-se relevante salientar que nos programas da disciplina de Didática e Prática de Ensino, considerada pelas normalistas como uma das matérias fundamentais do curso, as alunas estudavam sobre a Escola Antiga (ou tradicional) e a Escola Nova, métodos de ensino, educação renovada, métodos de projeto, centros de interesse, dentre outros temas que aparecem elencados na relação das matérias lecionadas (ANEXO E). Nas listas de pontos para as provas de Didática e Prática de Ensino, as questões relacionadas aos métodos de ensino, aos princípios da Escola Nova ou Educação Renovada, também são freqüentes, como evidenciam os quadros a seguir⁶⁰:

- | | |
|-----|--|
| 1) | a) Conceito de Didática;
b) Como se faz uma excursão. |
| 2) | a) Evolução da Didática;
b) Material didático. |
| 3) | a) Letra manuscrita;
b) Didática Geral e Especial. |
| 4) | a) Características infantis;
b) Cone da aprendizagem;
c) Leis primárias da aprendizagem. |
| 5) | a) Biblioteca Especializada;
b) Histórias Infantis. |
| 6) | a) Qualidade do professor;
b) Sala ambiente. |
| 7) | a) Os métodos;
b) Quadro negro. |
| 8) | a) A infância e seu valor;
b) Biblioteca geral. |
| 9) | a) Finalidade do material didático;
b) A imitação e o instinto construtivo. |
| 10) | a) Conceito de motivação da aprendizagem;
b) Recomendações sobre o material didático. |
| 11) | a) Princípios da Nova Educação;
b) Forma Didática; |
| 12) | a) Escola Nova;
b) Os métodos de observação e de intuição. |
| 13) | a) Posição para a escrita;
b) Vantagem da linguagem antiga (manuscrita). |
| 14) | a) Fontes de motivação;
b) Leis secundárias da aprendizagem. |
| 15) | a) Conceito de motivação;
b) O que não pode fazer um professor primário. |
| 16) | a) Conceito antigo da Didática;
b) A psicologia infantil e o descrédito dessa teoria. |

⁶⁰ Demais quadros com as listas de pontos das provas de Didática encontram-se no Anexo F.

Quadro 3 – Lista de pontos para prova parcial de Didática e Prática de Ensino – 1ª série do Ensino Normal, ano: 1960
 Fonte: Colégio Santa Cruz ([1960, 1 f]).

- | |
|--|
| 1 – a) A criança problema;
b) Pensamentos de estudiosos sobre linguagem;
c) Ortografia.
2 – a) Os vários tipos de leituras;
b) O ensino da escrita;
c) Testes.
3 – a) Funções da linguagem;
b) Plano de aula;
c) Objetivos do ensino da escrita.
4 – a) Os métodos de ensino da leitura;
b) Conceito de linguagem;
c) Objetivos do ensino da leitura.
5 – a) Motivação da aprendizagem da leitura;
b) Objetivos da linguagem falada e escrita;
c) Método silábico e de setencição.
6 – a) Aprendizagem da leitura;
b) Linguagem oral através de dramatizações, histórias;
c) A “Festa do Livro”.
7 – a) A escrita;
b) Leitura oral e silenciosa;
c) Métodos: Analítico e Sintético.
8 – a) A escrita através dos tempos;
b) Jogos para o aumento do vocabulário;
c) Atividades para desenvolver a linguagem oral.
9 – a) Linguagem e pensamento;
b) Defeitos a corrigir na leitura;
c) Período de adaptação. |
|--|

Quadro 4 – Lista de Pontos 1ª Prova parcial de Didática e Prática de Ensino – 2ª Série do Ensino Normal – Ano: 1959.
 Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá ([1959-1960, 1 f]).

Essas listas demonstram que havia uma grande preocupação em tratar de assuntos referentes aos processos de ensino-aprendizagem, assim como divulgar as tendências e propostas voltadas para a renovação do ensino.

Assim as discussões em torno do papel da escola primária e do professor trouxeram à tona, cada vez mais, a importância de um currículo capaz de formar no aluno as habilidades, sobretudo técnicas, necessárias ao exercício da profissão. Discussões das palestras e demais atividades organizadas pelo Curso Normal.

No ano de 1961, o tema “Diretrizes e Bases da Educação”, foi objeto da palestra do Prof. Ricarte de Freitas⁶¹ na Aula Inaugural do Instituto de Educação. Em 1964 foi abordado pelo Prof. Sebastião Cherubim, Inspetor Regional de Ensino, o tema “Deveres da professora”⁶² e no ano de 1965, o tema Renovação do Ensino na Escola Primária, pela Prof. Marisa Alarcon⁶³.

Ainda em 1965, o “Seminário do Ensino Normal do Estado”, realizado em Maringá, contou com a Escola Normal Amaral Fontoura entre as 15 Escolas Normais do Paraná escolhidas para fazer parte desse seminário. Dentre os assuntos abordados estava a “Renovação do Ensino, Currículo Escolar, Administração Escolar, dentre outros, com palestras de renomados professores de São Paulo e Rio de Janeiro, sob a orientação do ‘grande mestre’ Prof. Rangel Oliveiros, membro da Unesco⁶⁴ para a América Latina” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1961, p. 26A).



Foto 10 – Seminário do Ensino Normal de 1º a 15 de fevereiro de 1965.

Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1961, p. 26A).

⁶¹ Instituto de Educação Estadual de Maringá (1958, p. 48).

⁶² Instituto de Educação Estadual de Maringá (1962, p. 8).

⁶³ Instituto de Educação Estadual de Maringá (1961, p. 26A).

⁶⁴ Organismos internacionais como a Unesco pretendiam no Brasil um rígido controle nas ações pedagógicas e acadêmicas desenvolvidas nas escolas e na universidade neste período.

Seguindo essa tendência de estar à frente as inovações do ensino, foi realizada uma palestra sobre “Interpretação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961” no Curso Normal em 23/11/1966. A mesma foi organizada pela Inspetora de Ensino, Nadyr Maria Alegretti (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 6).

Acredita-se que a escolha do tema tenha se dado pelo destaque que essa lei assumiu em âmbito nacional com o objetivo de apresentar as novas determinações legais para o ensino. Imagina-se que nesse evento não foram abertas discussões em torno da validade e aplicabilidade dessas diretrizes, mas impostas. A esse respeito pode-se citar, por exemplo, a determinação em relação ao novo cargo de supervisão, orientação e administração escolar.

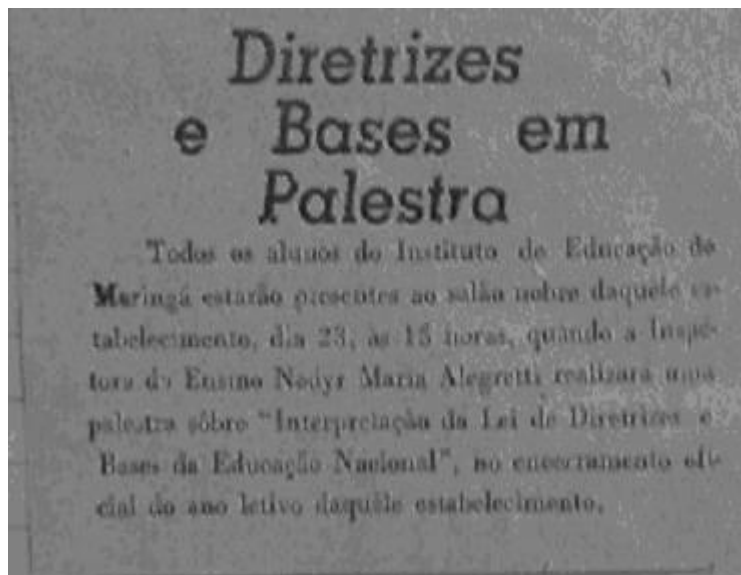


Foto 11 – Palestra sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Instituto de Educação Estadual de Maringá, 24/11/1966.

Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1967, p. 6).

De acordo com Lessa; Lucas (2003) no período de 1957 a 1963 foram promovidos curso pelo Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar para formar profissionais para atuarem no serviço de supervisão escolar no nosso ensino elementar (antigo primário) tendo como objetivo a modernização do ensino e preparo do professor leigo.

[...] somente a partir de 1961, quando da promulgação da LDB (Lei nº 4024/61), foram formados os primeiros inspetores para atuarem no então ensino primário brasileiro, esperando-se renovações para nosso ensino elementar. É o artigo 52 da referida lei que prevê a formação de inspetores para esse nível de ensino. Ela assevera também que o ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares, destinados ao ensino primário (BESSA; LUCAS, 2003, p.151).

No centro do tema a Renovação da Educação Escolar estavam as discussões sobre os métodos e processos mais adequados à aprendizagem. Daí os inúmeros debates a respeito das teorias da escola tradicional, nova e tecnicista, assim como das questões específicas relacionadas ao trabalho em sala de aula. Esse evento, que teve a duração de quatro horas, tratou sobre os seguintes temas: Plano de Curso; Unidade Didática; Trabalhos Práticos, Regência, os quais foram debatidos pelas alunas (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1961, p. 29).

Por meio dos temas abordados nesses eventos do Ensino Normal em Maringá, pode-se ter uma idéia das questões que estavam em foco nos debates educacionais. Estas questões tinham como intenção realizar as transformações necessárias ao sistema educacional. A tônica dos discursos foi a “Renovação do Ensino” e foi reforçada pela crença de que a educação poderia transformar a sociedade, solucionando os problemas existentes. A atribuição dos problemas sociais e a falta de estruturação da escola não foi um atributo do século XX, mas esteve presente no discurso educacional brasileiro desde o final do século XIX, momento do início das discussões sobre a organização de um sistema nacional de ensino e a criação da escola primária de ensino obrigatório (SCHELBAUER, 1998).

No entanto, esse debate foi reeditado ao longo do século XX, atribuindo novamente grande importância à educação como redentora dos problemas sociais. Na década de 1960, a discussão em torno da Renovação do Ensino aparece vinculada às discussões da Pedagogia Tecnicista, mas ainda com traços marcantes da Pedagogia da Escola Nova. A vertente tecnicista aparece no contexto da ditadura militar, com o discurso da eficácia, com a valorização dos métodos e procedimentos de ensino, dos recursos didáticos, das especificidades dos conteúdos escolares e da formação de professores: a formação do supervisor, do administrador e do orientador escolar, previsto na LDB de 1961. Tais questões marcam não só os conteúdos das disciplinas do currículo da Escola Normal, como também as atividades extracurriculares.

A impressão que se tem ao olhar para os documentos é que no decorrer de toda a década de 1960, discutiu-se amplamente sobre as teorias e métodos de ensino com a perspectiva de reverter o quadro caótico em que se encontrava a educação do país. Na tentativa de acentuar as taxas de evasão e repetência enfatizava-se a importância do uso de métodos e técnicas que garantissem a aprendizagem e formassem o cidadão patriótico, comprometido com o desenvolvimento da nação.

A tônica da formação do cidadão patriótico pôde ser vislumbrada no currículo da Escola Normal nos anos de 1962 e 1963. Nesse período, fazia parte da grade curricular a disciplina de Organização Social e Política Brasileira – OSPB, conforme consta na relação de disciplinas das duas Escolas Normais que foram objeto desse estudo (ANEXO D). A defesa da pátria e a formação do sentimento patriótico, expresso nos discursos educacionais e nos programas das disciplinas escolares, no período que antecede ao Golpe de 1964, ganharam força após a implantação do Regime Militar. De modo que, nesse contexto, o cenário educacional brasileiro evidenciava:

[...] o crescimento da demanda social por educação, acarretando uma grave “crise” do sistema. Essa conjuntura é encaminhada pelos governantes por intermédio de medidas legais, direcionadas à liberação (aumento de vagas nas séries iniciais da escolarização), e à contenção (controle de vagas no ensino médio e superior) da educação escolar (CUNHA, 1977 apud HEY; CATANI, 2005, p. 130-131).

Com efeito, a escola e o professor, nesse período, assumem posição determinante na constituição de um novo homem e de uma nova nação. Convém ressaltar que todo o sistema educacional sofria uma profunda repressão oriunda dos movimentos ideológicos que determinavam tanto a economia nacional e internacional quanto a ordem político social em todo o território nacional.

Desde que se instalou a ditadura, os governantes e funcionários do Estado sempre disseram, e repetiram, que o planejamento era uma técnica neutra. Diziam ao povo calado e disperso, ou de si para si, que não havia o que temer: a ação planificada do Estado era ‘politicamente neutra’, serviria de ‘instrumento de aperfeiçoada política de desenvolvimento’, sem afetar as ‘forças do mercado’ nem a ‘liberdade’ (IANNI, 1981, p. 5).

A ditadura militar, ao adotar em seu discurso o planejamento como técnica e retórica de governo, pretendia, de fato “fortalecer o aparelho estatal – basicamente o Poder Executivo – de modo a favorecer, orientar e dinamizar a acumulação privada do capital”

(IANNI, 1981, p. 5). Nesse sentido, as escolas estavam sujeitas a qualquer que fosse a determinação do Estado, pois:

em todos os campos da vida social, o aparelho estatal passou a estar presente e mostrar-se decisivo. Toda criatividade dos grupos e classes sociais que se achavam fora do bloco de poder passou a ser organizada, induzida, proibida ou reprimida pelo Estado. A censura atingiu a vida política e cultural em todos os quadrantes (IANNI, 1981, p. 154).

Vale ressaltar que a implantação do regime ditatorial foi justificada no Brasil pela política de Segurança Nacional, que pretendia “ganhar” a população de forma a garantir seu apoio. No entanto, em seu modelo de desenvolvimento buscava-se tanto a centralização administrativa quanto a atuação de um Estado cada vez mais repressor (IANNI, 1981, p. 8):

Foi assim que se definiu, desde o primeiro governo militar, a economia política do lema ‘segurança e desenvolvimento’. Segurança, no sentido de ‘segurança interna’, envolve o controle e a repressão de toda a organização e atividade política das classes assalariadas, para que o capital monopolista tenha as mãos livres para desenvolver a acumulação. E desenvolvimento, no sentido de florescimento das ‘forças do mercado’, com a ‘predominância da livre empresa no sistema econômico’. Foi assim que se definiu e consolidou, ao longo de todos os governos da ditadura, o núcleo principal do planejamento econômico estatal: o Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariado, na indústria e na agricultura.

Na medida em que o movimento de 1964 consolidou a ordem social, fazendo uso de forte repressão, acabou atingindo todos os setores da sociedade, dentre esses a educação. Na ideologia de segurança nacional estava expresso que a subversão deveria ser combatida em todos os âmbitos de forma especial nas instituições difusoras de idéias, escolas, universidades e igrejas (GERMANO, 1994).

Nesse contexto, convém ressaltar a participação da Secretaria de Educação do Estado e dos inspetores de ensino que, em outros termos, tiveram suas ações ditadas pela ordem econômica e política vigente no país. Muitos desses cursos e palestras organizadas nessas instituições de Curso Normal foram promovidos por esse órgão e contaram com a orientação de inspetores de ensino. Nota-se a pretensão de instituir e padronizar o sistema nacional de ensino, no entanto, em conformidade com os interesses dos setores dirigentes da sociedade.

Cabe frisar, que o referencial teórico que orientava as ações da Secretaria de Educação e dos inspetores de ensino era o positivismo. Por isso, a grande ênfase dada ao conhecimento empírico, científico e às ciências exatas. Cabe ressaltar que o positivismo no Brasil defendeu princípios como: a moral, a valorização do ser humano e a defesa da paz. Além desses, não se pode deixar de mencionar que a frase “Ordem e Progresso”, presente na bandeira brasileira, foi inspirada por esse referencial teórico. Este fato acaba por justificar, dentre os determinantes políticos e econômicos, o comprometimento da Escola Normal na adoção e difusão de tais princípios nas décadas de 1950 a 1970. Tanto foi assim que pode-se mencionar, a respeito dessa valorização às ciências exatas que foi presidido pelo Secretário de Educação do Estado do Paraná no Instituto de Educação no ano de 1967, Cursos de Matemática Moderna, Teoria e Prática de Ensino Primário e de Fundamentos da Educação (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 12).

Além da influência ideológica que exerciam os órgãos públicos, como por exemplo, a Secretaria do Estado do Curso Normal foram determinantes nas décadas de 1960 e 1970, no âmbito das políticas de desenvolvimento social, programas do Governo Federal como o Plano Decenal de Educação que no período de 1967-1976 pretendia o desenvolvimento econômico e social no Brasil. “Esse plano foi bem uma expressão do caráter totalitário que a ditadura militar estava ganhando. Os governantes e seus funcionários revelavam a intenção, ou decisão, de permanecer por longos anos no controle do Estado” (IANNI, 1981, p. 9).

A política educacional durante o governo militar além da adoção e defesa de uma política privatista no ensino tinha como um dos seus principais eixos a contribuição no controle político ideológico:

No campo da educação as políticas implementadas no período segundo o enquadramento do desenvolvimentismo e da segurança nacional vão sendo realizadas sob a justificativa ideológica liberal de que se investia na melhoria do “capital humano”, para adequar a sociedade brasileira aos patamares das exigências modernas da produção internacional (HILSDORF, 2003, p. 123).

Este fato contribuiu também na difusão da ideologia do “capital humano”. Os acordos internacionais firmados nessa década, como os programas de cooperação à educação oriundos de organismos multilaterais – UNESCO, BIRD; Banco Mundial e os acordos MEC/USAID que após os anos de 1964 pretendiam divulgar no Brasil os

princípios da teoria tecnicista e o discurso em torno do capital humano. Sobre esse período Hilsdorf (2003, p. 124) relata que:

Se entre os anos de 50 e o início da década de 60 se concebia a cultura - produto dos grupos sociais - como elemento de transformação econômica e social do país, no pós-64 o ensino será pensado outra vez de cima para baixo, na direção tecnicista dada pelos interesses atendidos com os acordos MEC/USAID. [...] Entre 1964 e 1968 foram assinados 12 acordos MEC/USAID com a finalidade de diagnosticar e solucionar problemas da educação brasileira na linha do desenvolvimento internacional baseada no “capital humano”. Os assessores da USAID agiam segundo uma evidente mentalidade empresarial, que, combinada às medidas de exceção da área militar, deu as marcas da polícia educacional do período: desenvolvimentismo, produtividade, eficiência, controle e repressão (HILSDORF, 2003, p. 124).

A esse respeito vale lembrar que a partir da metade da década de 60, o ensino no Brasil passou a receber a influência do tecnicismo baseado na crença de que a escola deveria adotar a lógica do modelo empresarial, dando ênfase às técnicas e à formação especializada para o trabalho. Consolidou-se, nesse período, o discurso em torno do aumento e geração do capital e por sua vez “a teoria do capital humano foi importada dos Estados Unidos como ‘diretriz de política social para países em desenvolvimento’” (HILSDORF, 2003, p. 123).

Nota-se que essa teoria surgiu no momento em que se acirravam no país as discussões em torno da racionalidade, eficiência e produtividade. O que revela a implantação da teoria tecnicista que nesse período representava os interesses políticos e socioeconômicos. Este fato acabou ganhando cada vez mais adeptos e espaço nos discursos educacionais em todo o país.

Assim, na medida em que se fortalecia no país o discurso do nacionalismo desenvolvimentista em defesa da construção de uma nova pátria, reforçava-se a função e a responsabilidade dos professores pela formação de cidadãos patrióticos. Diante desse quadro foi amplamente difundido nas Escolas Normais Secundárias do país e, especificamente em Maringá, o ideário em torno do desenvolvimento do município e do bem estar da população, considerado na época uma grande missão aos olhos de Deus e dos homens.

Nos municípios foram promovidos “planos municipais de desenvolvimento integrado” estimulados e financiados pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). A educação é uma

presença constante ao lado do espaço físico, da saúde e da economia, entre outros (CUNHA, 1980, p. 116).

Diante das considerações expostas pode-se dizer que se esperava que as alunas do Curso Normal tivessem contato com assuntos didáticos e com questões sociais mais amplas que, nesse período, eram dignas de preocupação. Diz-se ainda que isso ocorreu em prol do discurso da época, pois era preciso em sala de aula “saber lidar”, ou seja, ter domínio e conhecimento dos problemas comuns que poderiam ser vivenciados pelo professor. Como exemplo, cita-se a Semana de Educação do Instituto de Educação que ocorreu do dia 23 a 27 de outubro de 1967 e tratou das seguintes temáticas.

Dia 23 – A higiene mental e a época moderna. Dr. Leonardo Grabois.
 Dia 24 – Ortodontia e seus benefícios. Dr. Amélio da Silva Gomes.
 Dia 24 – Sexo e Psicologia. Cônego Benedito Vieira Teles.
 Dia 25 – Higiene e Saúde. Dr. Leandro Luz.
 Dia 25 – Valores Cristãos do Matrimônio. Pe. João Wanat
 Dia 26 – Aspectos da Genética Humana. Profº Basílio Bacarim.
 Dia 26 – Direitos da Família. Dr. Wilson Relach
 Dia 26 – Noções fundamentais da visão. Dr. Nelson Maimone
 Dia 27 – Distúrbios Psicológicos da Infância. Dr. Carlos Alexandre Ferreira (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 5-6).

Como evidenciam os temas relacionados nessa citação não houve, durante essa Semana Educacional, nenhuma palestra voltada às questões específicas da educação ou do processo de ensino-aprendizagem, além do fato de que a maioria dos palestrantes não atuava na área do ensino, o que era bastante comum nesse período.

Geralmente nessas palestras e semanas educacionais, além da valorização da didática e do papel docente em sala de aula, procurava-se conscientizar o professor a respeito dos possíveis problemas trazidos pelo aluno em sala de aula relacionados à saúde e/ou falta de higiene, buscando desenvolver uma formação e uma prática de caráter assistencialista, a qual marcou a trajetória do Curso Normal nesse período.

É interessante mencionar que essa formação encontrava respaldo na literatura educacional lida pelas normalistas. Citando novamente um dos manuais didáticos de Amaral Fontoura (1966, p. 280), o mesmo salienta em relação a essas iniciativas, que a Escola Renovada tinha, “[...] a mais estreita obrigação de desenvolver a educação da saúde, tanto ou mais que ensinar ler e escrever. [...] se esse menino não tem saúde, isto é, não está

em condições de aprender! Sem saúde não pode haver rendimento escolar” e acrescenta ainda a importância da higiene e da saúde na escola primária,

[...] não desejamos que o professor primário seja médico, nem que se meta jamais a medicar seus alunos. Mas é indispensável que ele conheça bem a Higiene e a profilaxia das moléstias mais encontradas na infância. Isso permitirá que, tão cedo quanto possível, o mestre descubra o aluno doente e o encaminhe ao médico, para os necessários cuidados (FONTOURA, 1966, p. 280).

Cabe ressaltar aqui a grande frequência com que se utiliza esse autor para responder questões do Ensino Normal desde a sua criação até o seu fechamento. Fontoura foi de fato um dos grandes educadores de referência no Curso Normal em Maringá inspirando, até mesmo, o nome de uma de suas instituições.

Em relação a formação das alunas voltada à saúde, a qual tratou-se anteriormente, os documentos apontam que buscava-se abordar com frequência assuntos relacionados à saúde e à higiene em grande parte dos eventos promovidos pela Escola Normal. Esperava-se, com base nas palestras e semanas educacionais, que ocorresse uma efetiva divulgação e conscientização de assuntos considerados na época relevantes e de interesse da comunidade. Isso ocorria, sobretudo em função da situação precária que se encontravam muitas cidades do país, evidenciando assim sinais do total descompromisso do Estado nas questões de ordem social.

Ainda sobre o envolvimento das alunas do Curso Normal em campanhas promovidas pela prefeitura do município de Maringá, pode-se citar, conforme documentos, que “as normalistas entraram na parada na luta pela água tratada na favela. A CODEMAR⁶⁵ atendeu os pedidos, instalando torneiras públicas para os residentes da favela do cemitério, que antes, abasteciam-se da água do interior do cemitério” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 34).

Não é demais lembrar que os governos militares foram levados a adotar planos e programas destinados a controlar as manifestações e as resoluções de programas sociais. Era uma exigência do bloco de poder a adoção de diretrizes destinadas a articular o aparelho estatal a todo e qualquer problema social de maior importância. A supressão das instituições e estruturas de intermediação política entre a sociedade, os grupos, as classes, o ‘cidadão’ e o Estado levou a ditadura a freqüentes e múltiplas medidas destinadas a controlar as manifestações e as

⁶⁵ Era a empresa responsável pelo sistema e abastecimento de água no município de Maringá.

resoluções de problemas sociais que causavam preocupação. Em pouco tempo invadiu todas as esferas da sociedade (IANNI, 1981, p. 17).

A esse respeito, ressalta-se que no período que sucedeu ao golpe militar no Brasil foi fortemente defendido o discurso político em defesa do patriotismo exacerbado, da disciplina rígida e do comportamento moral. Sobre isso Saviani (2004, p. 157) afirma que “Nesses discursos é uma constante a seguinte temática: as forças armadas se levantaram para salvaguardar as tradições, restaurar a autoridade, manter a ordem, preservar as instituições”.

No período pós 1964 ocorreram diversas manifestações no âmbito do Curso Normal em exaltação à pátria, valorização da bandeira e reverência aos militares. Era comemorada anualmente nestas duas instituições de ensino a Semana da Pátria organizada em clubes de civismo. Consta na ata do dia 10 de setembro de 1967, que os temas das palestras da Semana da Pátria no Colégio Santa Cruz eram: “O dever que temos para com nossa pátria; O estudante construtor da Pátria. O voto como dever patriótico; O sentido de Maringá para a Pátria; Sentido social da Pátria” (COLÉGIO SANTA CRUZ, [1967, 1 f]).

Tais temas justificam-se pela própria Lei de Censura, aprovada no período e que regula a liberdade de manifestação do pensamento. Nesse momento, procurou se estabelecer os parâmetros de “certo e errado” e de “permitido e proibido”.

Criaram uma vasta parafernália, que tinha as características de uma indústria cultural fascista. A pretexto de ‘proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade’, a lei destinada a censurar ‘as publicações e exteriorizações contrárias a moral e aos bons costumes’ foi utilizada principalmente como censura política (IANNI, 1981, p. 154).

Portanto, nesse contexto de censura, tanto a formação extracurricular quanto curricular dessas instituições escolares voltavam-se a formação moral e cívica, religiosa e intelectual, abordando apenas assuntos diretamente relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, sobretudo métodos e técnicas. Isso se manifesta nas atividades extraclasse nas semanas educacionais, seminários e aulas inaugurais. No currículo do curso, é importante observar a introdução da disciplina Educação Moral e Cívica a partir de 1966 nos livros adotados no Curso Normal. Além dos livros de Amaral Fontoura, estavam os relacionados às teorias de aprendizagem, planejamento de ensino e demais questões educacionais. Consta em matéria publicada no jornal Folha do Norte do Paraná do dia

26/05/1968 sobre a Primeira FIEL “[...] uma feira de livros para pessoas de todas as idades e todos os graus de cultura”. Nesse evento foram organizadas barracas temáticas, as quais indicam alguns dos nomes e títulos presentes, correspondendo às respectivas matérias de ensino:

Didática Geral:

- Teorias da Aprendizagem (Hilgard)
- Aprendizagem Dinâmica (Darrow)
- Introdução a Prática de Ensino (Diversos)
- Princípios Básicos da Prática de Ensino (Adams)
- Recursos áudio-visuais na escola (Ashueler)
- Metodologia do Ensino Superior (Nerici)
- Introdução à Didática Geral (Nerici)
- Flanelógrafo (Peixoto)
- Unidade de Trabalho (Teixeira)
- Atividades extra-classes na Escola Média (Nerici)

(INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 8-9).

Autores escolanovistas, como Anísio Teixeira e outros autores estrangeiros, foram frequentemente utilizados no Curso Normal Secundário em Maringá. Procurava-se de muitas formas estar à frente das tendências educacionais da época, assim como, ter acesso às leituras realizadas no país. Isto justifica o fato do Instituto de Educação de Maringá e do Colégio Santa Cruz serem considerados instituições modelo e dignas de reconhecimento em âmbito Estadual. Foi relatado no dia 16/08/68 que as alunas do Curso Normal da rede pública de ensino da cidade de Cianorte visitaram Maringá como o objetivo de conhecer o Instituto de Educação, seus métodos de ensino e as pesquisas que estavam sendo desenvolvidos neste estabelecimento (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 11).

Apesar de serem consideradas instituições modelo, em termos pedagógicos, essas escolas, mais especificamente, o Instituto de Educação, sofreu sérios problemas com suas instalações físicas. Existia inclusive a possibilidade do prédio ruir, isso devido ao descaso do Estado para com as políticas públicas destinadas à instalação e manutenção das instituições escolares que estavam sob sua tutela.

Sobre este fato, foi citado por jornais da época que no ano de 1968 as escolas públicas em Maringá ainda passavam por diversos problemas como falta de água, de salas de aulas, de sanitários, de espaço físico para recreação, entre outros (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 7).

Os documentos apresentam que muitos dos materiais e equipamentos existentes no Instituto de Educação foram obtidos por meio de promoções estudantis organizadas pelas próprias alunas do Curso Normal. “[...] os lucros do grêmio eram destinados à compra de aparelhos e recursos de ensino para o colégio”. Foram também organizadas rifas e bailes com a finalidade de angariar recursos para excursões e compra de materiais importantes para a escola (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1958, p. 6-7).

Chama-se a atenção também ao fato de que a partir da metade da década de 1960 já se evidenciava os primeiros traços da desvalorização da profissão docente e da educação em todo o país. As matérias de jornais, relativas ao ensino, ao contrário do que ocorria anteriormente, passaram a ocupar um pequeno espaço nos jornais da cidade. Diferentemente do que ocorria nos primeiros anos em que ocupava as primeiras páginas dos periódicos.

Nesse período, as informações referentes a esse importante espaço de formação de professores são vistas como “não tão importantes”, passando assim, a serem publicadas em “pequenas notas”. Isso pode ter ocorrido devido a falta de políticas públicas voltadas à profissão docente e ao ensino “[...] apesar da constante valorização da educação escolar no nível do discurso, o Estado esbarra, em primeiro lugar, num limite de ordem material: a escassez de verbas para a educação pública” (GERMANO, 1994, p. 104).

Em relação a esse momento, não se poderia deixar de mencionar que, por mais que tenham sido reprimidos os comportamentos de modo a manter o controle da população por meio da escola, afloravam no país intensas manifestações de diversos segmentos oriundos da sociedade civil que lutavam, dentre outras questões, por condições de acesso e permanência no ensino superior. Desencadeia-se assim a adoção de medidas subversivas de controle e domínio que se estenderam a todos os setores da sociedade, de forma especial na educação. Uma vez que o Estado pretendia por meio da repressão aos cidadãos considerados ofensivos e perigosos a nação manter o controle e domínio do regime político vigente. Visando assim eliminar qualquer iniciativa em torno do exercício da crítica social e política (GERMANO, 1994).

Nos anos 1960, qualquer tipo de manifestação crítica ou reflexiva nas salas de aulas, estava sendo negada. Aos olhos do Estado era imprescindível que a população se mantivesse passiva frente ao seu descaso para com os setores sociais, dentre esses, a educação.

De 1968 a 1971, uma série de atos políticos expressaram a nova política educacional cujo objetivo é o de permitir que aquela função do Estado de concentrador de renda não mudasse de direção nem de intensidade. Esses atos oficiais são das naturezas mais diversas: leis, decretos, indicações de conselhos, relatórios de grupos de trabalho nacionais e internacionais (CUNHA, 1980, p. 240).

Nesse sentido, cumpre afirmar a grande extensão que assumem esses atos políticos nas redes educativas. Conforme consta na matéria do “O jornal de Maringá” do - 08/11/1969 - foi promovido pelo Instituto de Educação o “SOS e a reabilitação da pessoa humana”. Nesse evento foram realizadas do dia 03/11 ao dia 07/11/1969 as seguintes palestras: Educação e a pessoa humana, Pe Oriovaldo Robles; O Rotary Club e a Educação, Helenton Borba Cortes; Fisiologia do aparelho genital feminino, João Batista Leonardo; Delinqüência infanto-juvenil, Sebastião Lopes Franco; A estrutura e a atuação do Núcleo Social do País, Profª. Ordária Senchechen (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 20).

Assim, nota-se que para a instauração dessa “nova ordem política” do Regime Militar foi preciso contar com o papel da escola e da imprensa enquanto legitimadoras da ordem social. Nesse mesmo período, pode-se citar como um fato importante que influenciou as decisões e práticas no Curso Normal, a Reforma do Ensino Superior no ano de 1969. Essa reforma resultou de medidas da política educacional e seguia as recomendações propostas no convênio MEC-USAID.

Em 26 de fevereiro de 1969 foi promulgado o Decreto-Lei nº 477, que atribuía as autoridades universitárias e as autoridades educacionais (o MEC) o poder de desligar e suspender estudantes envolvidos em atividades que fossem consideradas subversivas, isto é, perigosas para a segurança nacional. [...] O Decreto-Lei teve a função, ao lado de outras medidas, de eliminar completamente as manifestações de descontentamento das camadas medias diante das dificuldades de obtenção de um requisito cada vez mais indispensável de ascensão social via promoção burocrática: ingresso (e diplomação, é claro) no ensino superior (CUNHA, 1980, p. 241).

Vê-se que para além da dificuldade de acesso ao tão “sonhado” curso superior havia ainda a questão do aumento de professores formados no Curso Normal que não estavam atuando por não haver vagas nas redes educativas. Logo se fez sentir a falta de vagas para as normalistas como mostra o documento em que consta que foi promovido no dia 04/01/1969, no Instituto de Educação “[...] uma reunião para normalistas formadas que se encontravam sem função fixa no magistério, nesse encontro foram discutidas formas de

aproveitamento no magistério das alunas que ainda não estivessem atuando” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 13).

Pode-se dizer que embora houvesse nesse período falta de vagas nas escolas, existia demanda pela formação de professores no âmbito dessas duas instituições de ensino. Tanto foi assim, que apesar da descaracterização e desvalorização crescente desse nível de ensino em todo o país, ainda havia em Maringá no início da década de 1970 procura por esse nível de ensino, como mostra a relação das formandas⁶⁶ do ano de 1974. Cabe afirmar que foi no contexto conturbado da década de 1970 que ocorre o fechamento das Escolas Normais Secundárias em Maringá, cumprindo-se assim as determinações e interferências internas e externas como poderá ser verificado a seguir.

4.2 Anos 1970: o encerramento do Curso Normal Secundário em Maringá e a interferência das políticas educacionais

Para compreender os motivos que ocasionaram o encerramento do Ensino Normal e, ao mesmo tempo, a abertura do atual magistério na década de 1970 é imprescindível nessa incursão contextualizar a Escola Normal com as políticas educacionais e não educacionais do Estado, relacionando-as com o cenário de um governo militar no contexto de acirramento do regime no início da década de 1970.

Nesse sentido, pretende-se como tem sido feito até aqui, mostrar como se organizou e quais foram às atividades realizadas no âmbito do Curso Normal em Maringá, identificando às influências e interesses da ação política mais ampla, assim como a interferência da lei de formação de professores no ano de 1971 no funcionamento e conseqüente encerramento desse curso no ano de 1974.

Nesse sentido, optou-se em partir da Lei nº 5692/71 que foi promulgada dez anos após a Lei nº 4024/61, em um contexto de regime autoritário que via a educação como formação de capital humano.

De acordo com Hey e Catani (2005, p. 135), as discussões que antecederam e subsidiaram a elaboração da Lei de 1971, “aconteceram nos limites traçados pelo Estado repressor e autoritário, sendo que o MEC chamou homens ‘apartidários e esclarecidos’

⁶⁶ ANEXO B.

para integrar as comissões para a sua preparação, excluindo dessa forma a sociedade de debater esse organizar para tal”. No artigo 29, da referida Lei, está previsto que:

[...] a formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevam progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do país, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos (BRASIL, [2000?]).

Além de estabelecer no artigo 30, que “Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso de graduação correspondente à licenciatura plena” (BRASIL, [2000?]). Ao admitir a habilitação específica de grau superior, no nível da graduação, representada por licenciatura obtida em curso de curta duração, para o exercício do magistério no ensino de 1ª a 8ª séries, equipara a formação de professores ao nível dos demais cursos profissionais que, de acordo com cada área, poderão “apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho” (BRASIL, [2000?]).

Isso indica, dessa maneira, que a Lei nº 5692/71, pelo menos no papel, acabou sendo a responsável pelo fechamento dos Cursos Normais em todo o país. Sabe-se que outros fatores influenciaram essa nova orientação nas quais pode ser citada a influência tecnicista que defendia a formação profissional voltada ao mercado de trabalho. O discurso em torno dessa lei ocorreu em defesa da profissionalização da carreira docente. Foi muito defendido, nesse período, que o professor enquanto um “profissional” teria respeitado e garantido seus direitos. No que diz respeito a plano de carreira e elevação progressiva do salário. A decisão de formação em nível de magistério foi recebida no âmbito da educação como sendo a salvação para o ensino e para os professores.

Cabe frisar que no período anterior ao encerramento do Curso Normal defendia-se na educação o caráter tecnicista com ênfase nos métodos e técnicas de ensino e formação de mão-de-obra para trabalhar na geração de capital. O discurso, nesse momento, privilegiava a formação profissionalizante, como condição de acesso ao mercado de trabalho. A respeito da formação profissional,

Revela-se assim a ênfase na quantidade e não na qualidade, nos métodos (técnicas) e não nos fins (ideais), na adaptação e não na autonomia, nas

necessidades sociais e não nas aspirações individuais, na formação profissional em detrimento da cultura geral (RIBEIRO, 1993, p. 195).

Uma vez que neste período de plena vigência da ditadura milita, as mudanças e as novas exigências impostas ao ensino e aos professores eram vistas como necessárias, a ênfase e a valorização das técnicas de ensino, enquanto “inovações educacionais” começam a figurar no cenário educacional. No âmbito da escola normal maringaense essas inovações são colocadas em destaque pela própria imprensa, como se pode acompanhar por meio da matéria do “O Jornal” do dia 12/03/1970 que tinha como chamada “Aqui as fotos da alegria”.

Como razão dessa aparente alegria a matéria menciona que “[...] as idéias dinâmicas e arejadas do Ministro da Educação injetam entusiasmo em todos os mestres, estimulando a procura de novos estilos para a aplicação do ensino”. Tal foto publicada em jornal mostra uma classe de aula do Curso Normal em que as alunas estão com novos uniformes e nova posição das carteiras que facilitariam o estudo em grupo. “A alegria e o entusiasmo é muito grande, há a vontade de fazer tudo cada vez melhor, espírito de Brasil novo” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 21).



Foto 12 – Alunas do Instituto de Educação de Maringá comemorando as inovações: novos uniformes e novas posições das carteiras, ano 1970.
Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1967, p. 21).

Nota-se que se pretendia com essa “inovação”, como a própria matéria relata, “injetar” entusiasmo nas alunas, de modo que estivessem totalmente dispostas a trabalhar

pelo progresso do país. O discurso ideológico em torno desse espírito de Brasil novo estava sendo difundido em todos os níveis de ensino do país.

Do ponto de vista da estrutura organizacional do Curso Normal em Maringá na década de 1970, pode-se dizer que se destacaram os “Cursos de Aperfeiçoamento” chamados de “Cursos de Reciclagem” e “Re-treinamento”. Cabe observar que os mesmos foram destinados aos professores em serviço, uma vez que estes cursos eram considerados necessários para a “tão almejada” profissionalização docente. Tais cursos foram determinados pela Secretaria de Ensino do Estado e tinham como objetivo atender as novas exigências da sociedade.

Além da elevação do nível de educação básica, os cursos de profissionalização docente pretendiam desenvolver determinadas competências nos professores para que estes, em suas atividades, formassem alunos capazes de atuar no mercado de trabalho e no processo de industrialização que se expandia a longos passos.

Os cursos de treinamento estavam previstos na Lei nº 5.692/71, que além de fixar as “diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus”, e para a “Valorização do professorado”, prenunciavam medidas como estudos para a formação, aperfeiçoamento, treinamento e re-treinamento de professores e especialistas (BRASIL, 2006b).

Cabe observar que a “popularidade” que esses cursos assumiram, principalmente nas Escolas Normais, se deve também às discussões apresentadas no Fórum “A Educação para todos”, realizado na cidade do Rio de Janeiro, entre outubro e novembro de 1968:

Educação para o Desenvolvimento significa, cada vez mais, educação geral (não especializada) através do sistema formal; e treinamento, aperfeiçoamento e reciclagem, através do sistema especial para atender a flexibilidade da mão-de-obra, decorrente da demanda, face a mobilidade do desenvolvimento (GERMANO, 1994, p. 132).

Esses dados auxiliam na compreensão da ênfase atribuída aos “Cursos de Aperfeiçoamento”, “Reciclagem” e “Re-treinamento” pela Escola Normal do Instituto de Educação e do Colégio Santa Cruz. Justificando o discurso em torno da necessária formação continuada, da qual deveriam participar às alunas do Curso Normal, com o objetivo de capacitar o corpo docente do município que já atuava no magistério primário.

A esse respeito os documentos consultados mencionam a realização de um Curso de Aperfeiçoamento, destinado as normalistas do Instituto de Educação, iniciado no dia 20/03/1970, com duração de um semestre. Embora não constem os conteúdos trabalhados

ou nomes dos palestrantes, o documento relata que, ao término do curso, foram emitidos certificados de frequência e aproveitamento às alunas participantes (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 20).

Os documentos revelam que, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, foram frequentes as semanas educacionais ministradas não somente por professores, mas por médicos, advogados, dentistas, economistas e padres, as quais abordaram os mais variados temas. Para se ter uma idéia dessas participações, ocorreu no dia 18/09/1970, no Instituto de Educação, uma semana educacional sob a coordenação da professora Nadir Alegretti.

Dentre os temas dessas semanas educacionais e palestras, figuraram também aqueles relacionados ao discurso ideológico do momento, como: Educação Moral e Cívica nas Escolas, Direitos da Mulher Brasileira, Projeto Rondon, Literatura Brasileira, Educação Sexual nas Escolas e a Posição da Igreja, este proferido por padres e pastores, conforme constam nos documentos consultados (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 27).

No entanto, essa formação moral e cívica que ocorria nos eventos da escola normal também foi contemplada com a introdução da disciplina de Educação Moral e Cívica na grade curricular do Curso Normal, durante a década de 1960, com o objetivo de formar valores de moralidade, civilidade e nacionalidade consoantes com a ideologia do regime militar. A partir de 1970, com o acirramento do regime, a disciplina que antes era lecionada no terceiro ano do curso passa a ser ofertada no três anos de formação das normalistas, com o adendo da matéria de Organização Social e Política Brasileira - OSPB, nos anos de 1973 e 1974 (ANEXO D).

Foi intenso na década de 70 o posicionamento da Igreja frente às questões políticas, econômicas e sociais. Em relação a isso, podemos citar, de acordo com Germano (1994, p. 135), excertos do texto elaborado pela “Comissão Nacional de Moral e Civismo” no ano de 1970:

[...] há necessidade de ‘levar o educando a compreender’ que ao lado de valores transitórios, ‘há valores eternos, perenes, permanentes, imutáveis, verticais...’ Entre os valores imutáveis, imprescindíveis a vitalidade das instituições que integram a Pátria’, encontram-se ‘Família, Escola, Justiça, Igrejas, forças armadas’. Como finalidade explicitas da ‘Educação Moral e Cívica’, encontram-se entre outras, as seguintes: A defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor a liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus’; o ‘culto a Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história’, ‘o

culto de obediência a Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

A citação evidencia claramente o caráter ideológico na defesa da educação moral e cívica, de cunho militarista e influenciada por ideais positivistas e religiosos no âmbito do ensino. Evidencia também a associação dos trabalhos comunitários com os princípios cívicos, valorizando a participação das normalistas em campanhas de caridade em prol do município na década de 1970, com a mesma intensidade em que foram realizadas no final da década de 1950.

O “espírito de caridade” se traduz em “espírito de civilidade”, incentivando as campanhas de caridade e os trabalhos assistenciais que propiciavam a minimização da atuação do Estado nos problemas sociais que atingiam as camadas mais pobres, como já foi abordado neste estudo.

Valendo-se disso, na crença de que era preciso ter vocação, eram fortes os princípios de solidariedade nesses cursos de formação de professores. Na verdade, era o que autores daquele período, no qual podemos citar Amaral Fontoura, estavam pregando. A esse respeito, uma matéria publicada no jornal Folha do Norte do dia 10/09/72 menciona que, tendo em vista minimizar, nos municípios, os problemas sociais relacionados à pobreza, as normalistas do Instituto de Educação promoveram uma “Maratona da Caridade”, em que recolheram doativos para os favelados e pessoas necessitadas. Foi publicado, ainda, que as mesmas “Levaram água tratada para a favela do cemitério onde foi lançada a Campanha Boa Ação, na qual farão uma rifa com uma tela pintada a óleo feita por aluna, isso para a obtenção de uma cadeira de rodas para parálítico que não dispõe de recursos” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 33).

Tomando como referência as fontes documentais, pode-se dizer que a formação desse “espírito do trabalho comunitário” presente no Curso Normal durante as décadas de 1950 a 1970, foi amplamente difundido nesse grau de escolarização. Para as normalistas, os trabalhos comunitários as faziam se sentir orgulhosas da “grande missão” que desempenhavam, uma vez que se dedicavam com afinco a toda atividade promovida durante o curso.

Semelhante dedicação também pode ser observada nos estágios que fazia parte da disciplina de Prática de Ensino, pois além de serem obrigatórios no último ano do Curso Normal, se constituíam numa avaliação rigorosa da formação. O estágio era considerado

pelas alunas como um momento de alegria e satisfação conforme consta em nota do jornal Folha do Norte, do dia 13/09/1972.

Esse estágio é um treinamento profissional para as futuras professoras primárias. E elas, pelo menos a grande maioria gostam desse período de regência. As aulas são programadas direitinho, os materiais para motivação, confeccionados com muito jeito. Lá vão elas, em todos os horários diurnos fazer sua regência. As crianças gostam muito quando vai dar aulas para elas uma dessas estudantes. São cheias de idéias e idéias novas, que querem por à prova. Contam mais histórias que as professoras efetivas. É um tempo de festa para eles e para as futuras professoras (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1957, p. 34).

O comentário acima denota também, em relação aos estágios, que haviam exigências no que se refere ao cumprimento dos programas e planos de aula. Sabe-se que a Secretaria da Educação do Estado mantinha um rígido controle burocrático no ensino, o que se efetivava por meio da fiscalização realizada pelos Inspectores de Ensino.

Ainda em relação a essas regências, cumpre mencionar que todo o material utilizado nas aulas era confeccionado pelas próprias alunas. Era grande a exigência em relação ao desempenho nessas aulas e em relação à confecção e ao “capricho” na elaboração dos materiais de ensino, de modo que as mesmas eram avaliadas pelo professor da turma e pelo professor da Disciplina de Prática de Ensino.

Como já foi mencionado anteriormente, exigia-se das normalistas a participação em cursos de treinamento, com o objetivo de que elas colocassem em prática, em seus estágios, os métodos e as técnicas de ensino aprendidas durante esses cursos. A título de exemplo, pode-se citar a matéria do jornal “Folha do Norte” sobre a realização, no dia 12/09/1972, no Instituto de Educação, de um evento em que se reuniram 700 mestres com o objetivo de realizar um curso de reciclagem. Os arquivos mencionam que esse curso de treinamento voltado aos professores tinha “[...] em vista a implantação da reforma educacional, na área do Ensino Médio em Maringá. O objetivo era preparar os professores e adaptá-los às exigências dessa reforma de ensino” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 33).

Esse curso, que fazia parte do Plano Estadual de Educação, pretendia “adaptar” às determinações legais que vinham sofrendo o ensino. Não havia ainda nesse período no âmbito do Curso Normal qualquer tipo de reflexão ou análise crítica a respeito do contexto histórico em que se encontrava o país.

Pode-se dizer, valendo-se da análise dos documentos que foi totalmente reprimida qualquer manifestação de reflexão crítica nesse contexto. Foi relatado pelas normalistas que não era permitido manifestações contra as determinações da direção ou até mesmo da exposição e exigência de uma professora. O que justificava a disciplina rígida exigida em sala de aula.

Ainda em relação a esses cursos de reciclagem que marcaram o Curso Normal Secundário no início da década de 1970, como o próprio nome já diz, tinham como objetivo reforçar a preparação e formação docente. Cabe lembrar que de acordo com a matéria publicada no jornal Folha do Norte do dia 13/09/1972 ocorreu em Maringá, a segunda etapa do curso de re-treinamento de professores de primeiras séries e a primeira etapa do curso de re-treinamento de professores de segundas séries, ministrados no Instituto de Educação, sob o patrocínio da Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

Mais de seiscentos professores estão participando desses cursos, que são obrigatórios pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado. São ministrados pelos membros do Núcleo de Implantação da Reforma de Ensino em Maringá e representam a condição indispensável para a implantação da reforma no âmbito municipal (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 34).

Como já enfatizamos, essas iniciativas eram frequentes no início da década de 1970 e tinham como objetivo seguir as tendências nacionais de capacitação dos profissionais da educação e, sobretudo, estruturar o sistema nacional de ensino. Pode-se relatar, a esse respeito de acordo com o jornal a “Folha do Norte” do dia 09/11/1972, que foi realizada uma palestra, pelo Secretário de Educação e Cultura Roberto Linhares da Costa, aos diretores e professores dos estabelecimentos de ensino da cidade sobre a “nova didática estabelecida pela Lei da Reforma de Ensino” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 36).

Pretendia-se nesses eventos, além da divulgação dos novos métodos e propostas de ensino-aprendizagem, conter a evasão e a repetência escolar do município. Foi relatado no dia 28/04/1972 pela Diretora do Instituto Estadual de Educação, Profª Piveni Piassi Moraes, em entrevista a imprensa local que, em relação às novas metas da Escola Normal, seu objetivo era “dar a professoranda uma vivência da realidade educacional brasileira”. Assim como, propor o desenvolvimento de um plano pedagógico de atividades

globalizadas progressivas de prática profissional. Informou, ainda que o currículo do Curso Normal seria dinamizado em “Áreas de Profissionalização”.

Isso ocorreria inicialmente nas 1ª séries com um conhecimento dinâmico em todos os aspectos: histórico, físico, étnico, social, artísticos, religiosos, educacionais, culturais, econômico, político e levantamento do mercado de trabalho. Na 2ª série o currículo seria desenvolvido através de uma monografia da criança e participação dos trabalhos de classe. Na 3ª série haveria regência de classe durante três treinamentos alternados. O objetivo na 1ª série será conhecer, na 2ª série, observar, colaborar e participar e na 3ª série, atuar (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 29).

Como tem sido destacado no decorrer deste capítulo, paralelamente as atividades relacionadas à didática e ao processo de ensino-aprendizagem, foram desenvolvidas atividades de formação para além do cotidiano escolar como as semanas educacionais de caráter cívico e campanhas comunitárias, de caráter assistencial.

Como exemplo, pode-se citar a Campanha da Fraternidade do ano de 1974, em que as alunas do Instituto de Educação realizaram várias apresentações e atividades com o objetivo de angariar recursos para famílias necessitadas do município. Sobre essa campanha foi publicado no jornal Folha do Norte, no dia 29/03/1974, que a entrada nesse evento, promovido pelas alunas do Curso Normal, “era uma roupinha que seria distribuída aos pobres da cidade”. É notório que se procurou em todo o momento, por meio da imprensa local, motivar e valorizar ações como essa realizada pelas normalistas.

A reportagem tece, ainda, o seguinte comentário: “A campanha da fraternidade lançada pela Igreja contou com a grande participação das alunas normalistas. As mesmas arrecadaram roupas, sapatos, alimentos”. Na tentativa de justificar a participação das normalistas em campanhas como essa, a professora Piveni no papel de Diretora do Curso Normal do Instituto de Educação disse que a campanha visava a propagação da mensagem, “Onde está teu irmão” que era a frase da Campanha da Fraternidade do ano de 1974, de modo que a mesma ainda complementou:

Isto significa que a meta foi atingida, que a mensagem foi propagada, e a arrecadação de víveres e roupas veio naturalmente motivada pela procura do irmão. Todo aquele elemento que pensa em termos de formação de personalidade de educando tem que dar valor a uma campanha como a de fraternidade, pois o aluno sente-se útil, ao poder servir alguém desinteressadamente, sem ao menos conhecer o beneficiário. [...] Os problemas do próximo lhe ensinam muita coisa. Ele

aprende a ver o mundo com os olhos de realidade, pois lá naqueles barracos ele encontrará gente igual a ele, mas que por uma razão ou outra, encontra-se em dificuldades. Muito mais que o simples arrecadar de bens e gêneros alimentícios foi uma verdadeira aula de humanismo, fraternidade, amor e cristianismo (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 43).

Por esta citação pode-se afirmar que a formação das normalistas estava imbuída de princípios morais e religiosos. Nas duas instituições pesquisadas, conforme evidenciam as entrevistas, o contato com as atividades da igreja católica era visto com “bons olhos” pela comunidade, principalmente pelos pais dessas alunas.

Sobre esse contato entre os representantes da igreja e o Curso Normal, podemos citar, conforme mostram os documentos, que ocorreu no dia 10/09/1974, no Instituto de Educação, um ciclo de formação para as alunas do Curso Normal e Secretariado. Sobre esse evento, foi publicado no jornal Folha do Norte que “As atividades foram desenvolvidas no Seminário Diocesano desse município, tendo o Instituto contado com a colaboração de sacerdotes e outras pessoas da comunidade, com palestras de formação moral e espiritual”. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1967, p. 45).

Colocadas as principais questões relacionadas à trajetória do Curso Normal nas décadas de 1960 e 1970, é importante salientar que tendo em vista vários fatores de ordem política, econômica e social, como por exemplo, os baixos salários, a falta de incentivo por parte do governo e não obstante a isso as condições mínimas de atuação, esse período evidencia o início da perda de identidade dessa modalidade de formação de professores.

Como já afirmamos, a decisão pelo encerramento do Curso Normal, no ano de 1974, foi acatada como possibilidade de mudança e garantia de melhores condições de trabalho, salários e posição social. Nutriam-se esperanças no que diz respeito a aumentar a valorização da carreira de professor, de tal modo que os documentos nesse período, revelam a preocupação em manter vivo o “espírito de Brasil Novo”.

Convém salientar que no período de 1974 a 1985 já se notava os primeiros sinais de declínio do governo militar que, vendo-se enfraquecido e em situação de perder o domínio político, assumiu o discurso de combate à pobreza e à miséria como forma de contar com o apoio da população, como pode ser verificado em todo o decorrer do capítulo.

Sobre as decisões no âmbito político que influenciaram esse período Germano (1994) aponta que o ministro Portella reconheceu enquanto prioridade que “as coisas da

educação pedem, de certo modo, paciência, e as coisas da sociedade pedem urgência”. Então, “vamos tentar conciliar a paciência da educação com a urgência da sociedade...” (GERMANO, 1994, p. 246).

Assim, à medida que aumentavam no país as desigualdades sociais e a instabilidade do sistema econômico, instaurou-se um clima de incertezas que atingiu todo o setor educacional. Para minimizar as tensões da classe docente, que já se mostrava descontente diante do descaso das políticas públicas educacionais, fortaleceu-se o discurso em torno da valorização do professor, o que se efetiva realmente somente em nível de discurso.

Enquanto nas entrevistas com alunas formadas no Curso Normal no ano de 1974, vislumbrou-se o orgulho que as mesmas sentiam em relação à profissão docente e ao seu reconhecimento por parte da população, pode-se afirmar que essa realidade sofreu uma forte transformação nas últimas décadas em todo o país. Apesar da preocupação e do reconhecimento da relevância dos cursos de formação de professores, a atuação do Estado, no que diz respeito às políticas públicas para educação, está cada vez menor. Isso evidencia a política neoliberal de “minimização” do papel do Estado nos assuntos educacionais voltados para as classes menos favorecidas

Ao finalizar essa dissertação que procurou apresentar, de forma cronológica, o Curso Normal Secundário em Maringá, nas décadas de 1950 a 1970, consideramos importante ressaltar que as práticas, as quais nos debruçamos para demonstrar, não podem ser vistas isoladamente, fora de seu contexto histórico, pois é nele que estão as respostas para compreendermos a constituição inicial da formação de professores no processo de gênese e consolidação do município.

A história da formação de professores no Brasil mostra que as mudanças e as manutenções que foram ocorrendo ao longo do Curso Normal em termos de currículo, de proposta pedagógica, de ações sociais e de formação extracurricular estão relacionadas com as questões de ordem social, econômica e política, assim como à política educacional, tanto que é nítido nos anos de 1950 a 1970 o predomínio do paradigma conservador que acaba por estabelecer os espaços e as relações de poder no interior dessas instituições.

Pode-se dizer que as alunas do Curso Normal nesse período foram formadas de modo a assumirem determinados papéis e comportamentos, influenciados, sobretudo, pelos valores sociais atribuídos ao trabalho do professor. O que ocorre na medida em que a educação caminhou de mãos dadas com a conjuntura econômica e política do modelo de Estado adotado no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como tema a História da formação de professores em Maringá: a Escola Normal Secundária entre as décadas de 1950 e 1970. Objetivou-se compreender a organização dessa modalidade de ensino com base nas instituições que a ofertaram no período: o Instituto de Educação Estadual de Maringá e o Colégio Santa Cruz, respectivamente vinculados a rede pública e privada.

Considerou-se a relevância do tema para a história da educação no município, bem como para as discussões acerca da formação de professores. Procurou-se, de maneira sistemática, apresentar o maior número possível de informações sobre o período de instalação e a trajetória de organização e fechamento desse curso nas duas instituições investigadas. No entanto, como as considerações aqui apresentadas estão abertas a novas análises e complementações, espera-se que esse estudo possa contribuir como objeto de reflexão àqueles que estão envolvidos com a educação, sobretudo com a temática formação de professores e sua história em Maringá.

Antes de destacar as proposições julgadas mais significativas nesse estudo, é preciso mencionar a honra, e ao mesmo tempo, o desafio que foi realizar essa pesquisa. Honra, por se evidenciar a importância e o valor imensurável que assumiu a Escola Normal Secundária no município de Maringá nas décadas de 1950 e 1970. Desafio, dada à complexidade das questões enfrentadas no aprofundamento da temática, em relação ao número de informações e a análise histórica e contextual que se objetivou fazer acerca do tema.

Partiu-se do pressuposto de que não era possível abordar essa temática de maneira estanque e desvinculada de seu contexto histórico. Dessa forma, evidenciou-se, em todo o momento, a Escola Normal em Maringá como parte de um projeto de educação nacional que recebeu fortes influências das questões e interesses políticos, econômicos e sociais. Nesse processo de análise, optou-se por se amparar nas fontes primárias e documentais relacionadas ao Curso Normal das duas instituições escolares investigadas, assim como nas entrevistas com ex-alunas e ex-professoras desses cursos.

Quanto à pesquisa documental, se fez necessário tomar o caminho da análise dos documentos históricos dessas instituições de ensino, pois por meio deles pode-se identificar tanto as características que marcaram o Curso Normal Secundário quanto os

ideais presentes no período estudado. Em relação à pesquisa qualitativa, é preciso relatar a importância das entrevistas na investigação do percurso da formação de professores em Maringá. A utilização deste tipo de pesquisa na interação com as informações obtidas nas fontes impressas e manuscritas constituiu-se num processo de interlocução de imensurável valor.

A partir da coleta dos dados e infinidade de informações obtidas pela pesquisa, deparou-se com o desafio de reconstituir, por escrito, essa história. No entanto, não se pode desconsiderar o que havia sido produzido acerca do tema. Nesse sentido, iniciou-se um estudo sobre as produções existentes acerca da Escola Normal em Maringá, com a finalidade de compreender o estado do conhecimento sobre o tema. Esse levantamento nos permitiu, além do que havia sido estudado, vislumbrar as lacunas e possibilidades de delimitações que poderiam e poderão ser tomados como objeto de futuras pesquisas.

Na sequência, procurou-se delinear a trajetória desse nível de ensino no Brasil e no Estado do Paraná, destacando as primeiras Escolas Normais, criadas nas décadas de 30 e 40 do século XIX que, em decorrência das reformas previstas pelo Ato Adicional de 1834, tornaram-se o lugar específico para a formação e preparo dos professores responsáveis pela educação primária e secundária do país. Sabe-se que, apesar do destaque que assumiu a Escola Normal nas políticas educacionais, as mesmas tiveram uma trajetória incerta e atribulada, submetidas a um processo contínuo de criação e extinção, não sendo, portanto, mais que um projeto irrealizado durante o século XIX.

Na verdade, a consolidação dessas escolas, como espaço para formação de professores no Brasil, ocorreu somente no período republicano, com a consolidação dos ideais de democratização do ensino, com a difusão da escola primária e a criação dos grupos escolares. Assim, no decorrer de todo o século XX podemos acompanhar a trajetória dessa modalidade de ensino – o curso normal – como uma instituição cujo papel foi fundamental na formação dos professores que atuaram na escola pública primária. Pode-se afirmar também que o século XX intensificou a responsabilidade atribuída aos papéis do professor e da escola.

A Escola Normal era requisitada para formar e transformar os precários quadros docentes em todo o país tinha como objetivo fundamental instruir a população para o chamado “exercício da cidadania” (voto, emprego, etc.). Esta certamente era também a demanda de Maringá, ainda que se tratasse de um recém-criado Município (SCHAFFRATH, 2003, p. 21).

Não se pode perder de vista que a abertura da Escola Normal em Maringá se efetiva a partir da demanda e necessidade de se criar escolas para atender os filhos dos imigrantes e os próprios moradores que aqui chegaram durante o processo de colonização do norte do Paraná. Sobre isso, sabe-se que a necessidade foi tamanha que os próprios habitantes se organizaram para oferecer condições de escolarização para seus filhos.

Vale ressaltar que a intenção maior em se resgatar o período inicial do processo de escolarização em Maringá foi mostrar que com a carência por escolas e professores se fez imprescindível a criação dos Cursos Normais, o que justifica a grande valorização que esse curso recebeu pela população. Era imperioso a existências desses cursos em Maringá, de tal modo que logo acabaram sendo reconhecidas no município e região.

Portanto, um dos desafios ao retomar a história desse curso foi, justamente, contextualizar as diferentes atividades organizadas no âmbito do Curso Normal, com os objetivos e interesses de ações políticas desde sua criação no final da década de 1950 até o seu fechamento na década de 1970. A esse respeito, “[...] pode-se dizer que a instalação da Escola Normal em Maringá teve inegavelmente a participação da elite política da cidade” (SCHAFFRATH, 2003).

Compreende-se que essas escolas, ao serem criadas no contexto do modelo nacional-desenvolvimentista de base industrial e estando submetidas a determinações políticas e econômicas, tanto nacionais quanto internacionais, foram influenciadas pelos princípios liberais que defendiam um amplo papel social no âmbito da educação. Quanto a sua organização pedagógica, foram fortemente influenciadas pelos princípios da pedagogia escolanovista e tecnicista, incorporando o ideário pedagógico renovador.

Foi possível verificar que, além dos novos métodos de ensino defendidos nesse período, havia o discurso em defesa da ordem e disciplina que eram consideradas fundamentais e muito difundidas no âmbito do Curso Normal. No entanto, mesmo diante do ótimo relacionamento entre professores e alunas da Escola Normal, evidenciado nas entrevistas, nos documentos e na ênfase no discurso escolanovista, prevaleceu a prática da disciplina e da obediência no ambiente escolar nessas duas instituições de ensino.

Na investigação ora apresentada evidenciou-se com base nas entrevistas e documentos, que ser normalista nas décadas de 1950 a 1970 era uma questão de honra e orgulho para as alunas e em especial para os pais. O acesso a esses cursos era um privilégio para poucos da comunidade, principalmente na escola particular, constituída praticamente pela elite da cidade.

No que se refere à religião, não há como negar a forte influência que exerceu a igreja católica na educação desse município quanto à formação de valores morais e religiosos e quanto à preservação da ordem social, política e econômica. No âmbito da Escola Normal isso pode ser vislumbrado mediante a grande participação e envolvimento das alunas e professoras em trabalhos voluntários e campanhas que, na época, constituíram-se peça chave para o desenvolvimento desse município.

Torna-se importante mencionar que durante o funcionamento da Escola Normal Secundária em Maringá, tais cursos estiveram inseridos no contexto da Ditadura Militar e sofreram as imposições decorrentes do regime político ditatorial. Nos anos finais do curso, que coincidiram com o acirramento do Regime Militar, o curso recebeu forte influência da pedagogia tecnicista, que tinha como objetivo formar profissionais eficientes, com bons métodos, técnicas de ensino e com o fim de minimizar os problemas do sistema educacional brasileiro.

Assim, um dos objetivos do Curso Normal era despertar nas normalistas, que seriam as futuras professoras primárias e secundárias, o espírito de civilidade e amor à pátria, assumindo tarefas de ordem social que deveriam estar a cargo do Estado. Mediante esse contexto, não havia explícita ou implicitamente qualquer indício de uma formação crítica no âmbito da Escola Normal. O Estado pretendia, por meio da repressão, aos cidadãos considerados ofensivos e perigosos à nação, manter o controle e domínio do regime político vigente. Visando assim eliminar qualquer iniciativa em torno do exercício da crítica social e política (GERMANO, 1994). A reflexão ou qualquer manifestação crítica nesse período foi fortemente reprimida por ser considerada ofensiva e um risco para o sistema político vigente.

Um dos desafios desse estudo se enseja justamente nessa problemática em que a educação ao buscar responder aos anseios da ordem econômica vigente que a determina, acaba por se tornar instrumento eficaz na formação e preparação do cidadão necessário à geração e aumento de capital. Vale ressaltar a esse respeito que, na década de 1970, a teoria tecnicista, em defesa do discurso em torno do capital humano e da ênfase às técnicas na formação especializada para o trabalho, vem justamente defender no âmbito escolar a formação visando à produtividade e eficiência. Logo, as redes educativas comprometidas com a formação de mão-de-obra útil e barata ao mercado acabaram reforçando as diferenças existentes entre as classes. A esse respeito Cunha (1980) aponta que “imaginar uma sociedade onde a educação não tenha essa função significa imaginar uma sociedade

onde a ordem econômica não produza e reproduza, quotidianamente, as desigualdades sociais” (CUNHA, 1980, p. 58).

Não se pode negar que as Escolas Normais Secundárias, instituídas em Maringá e nos demais municípios e estados brasileiros, se constituíram, nas décadas de 1950 e 1970, além de espaço de formação docente, palco de inúmeros interesses e tensões políticas econômicas e sociais. É dentro desse contexto que se recorre ao sentido da prática docente reconhecendo que não há como se colocar efetivamente no lugar do outro, ou seja, no lugar daquelas alunas e professores. Isso se for considerado que a trajetória da formação no Curso Normal em Maringá foi uma jornada pessoal, subjetiva e construída na relação com o outro, portanto, não pode ser apreendida fora da prática social, pois esta é justamente a chave para o entendimento de comportamentos e ações desenvolvidas naquele período.

Assim, nesse estudo que resgata a história da Escola Normal Secundária em Maringá, não se poderia deixar de reconhecer o papel fundamental desse curso de formação de professores para o processo de difusão do ensino nesse município, assim como o papel importante dos agentes inseridos na história do Curso Normal Secundário nas duas instituições pesquisadas.

Valendo-se desses relatos, se buscou trazer para discussão que mesmo diante das dificuldades impostas no período de criação e, posteriormente, processo de urbanização de Maringá, não faltou as essas alunas e professoras empenho e dedicação nas atividades por elas próprias desenvolvidas, fossem elas relacionadas ao conhecimento e assimilação dos conteúdos apresentados nas disciplinas do currículo, ou as atividades extras curriculares.

Conclui-se a partir dos documentos e entrevistas que o Curso Normal Secundário em Maringá nas décadas de 1950 a 1970 tinha como objetivo dar uma sólida formação tanto teórica quanto prática, tanto intelectual quanto moral, o que de fato se pode vislumbrar conforme foi demonstrado no decorrer desse estudo.

Assim, reconhecendo a importância e complexidade dessa temática e acreditando que o percurso traçado nesse estudo não é o único possível, se propõe com base nessa pesquisa, que novos olhares sejam lançados a essa importante temática. Compreende-se, dessa forma, o papel fundamental que tem o professor no âmbito das práticas sociais. Defendeu-se a idéia de que outras análises ainda poderão ser realizadas a respeito desse nível de ensino que, além de ter marcado o período de consolidação do município de Maringá, foi o responsável pela formação dos docentes que criaram e atuaram na escola primária maringanense nas décadas de 1950 e 1970.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino?: a feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 59-108. (Educação Contemporânea).

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Ed. Moderna, 1996.

AZEVEDO, Thales de. **A religião civil brasileira**: um instrumento político. Petrópolis: Vozes, 1981.

BAUAB, Maria Aparecida Rocha. **O ensino normal na província de São Paulo (1846-1889)**: subsídios para o estudo do ensino normal no Brasil Império. Doutorado em Educação. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. São José do Rio Preto, 1972.

BESSA, Elizabeth de Oliveira; LUCAS, M. Angélica Olivo Francisco. De supervisor escolar a coordenador pedagógico. IN: Semana de Pedagogia, 6., 2003, Jandaia do Sul. **Anais da IV Semana de Pedagogia: um diálogo com a diversidade**. Jandaia do Sul: Fafijan, 2003, p.149.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto, 1994.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOWLES, S. Unequal education and reproduction of social division of labor. In: CARNOY, M. **Schooling in a corporate society: The political economy of education in America**. New York, 1972.

BRANDESPIN, Aristeu. **Periódico Maringá-Ilustrada**. Maringá, Agosto de 1957.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil - 10 de Novembro de 1937**. [1998?]. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o46.htm>.
Acesso em: 2 dez. 2006g.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil - 24 de Fevereiro de 1891. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 fev. 1991. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 10 nov. 2006f.

BRASIL. **Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966.** Estabelece normas gerais para a instituição e execução de Campanhas de Saúde Pública. Brasília, DF: Congresso Nacional, [199?a]. Disponível em: <https://200.181.15.9/ccivil_03/Leis/1950-1969/L5026.htm>. Acesso em: 12 dez. 2006d.

BRASIL. **Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília, DF: Congresso Nacional, [2000?]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L5692.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2006b.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, [199?b]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art87§3>. Acesso em: 24 jun. 2006c.

BRASIL. **Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acesso em: 24 jun. 2006a.

BRASIL. **Lei orgânica do Ensino Normal de 1946.** Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2006e.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico. Parecer n.º: 16/99.** Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://www.ucb.br/uade/download/legis/parecerCEB16-1999.doc>>. Acesso em: 2 dez. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 10 de Novembro de 1999.** Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/indigena/CEB0399.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

BUFFA, Éster. O Público e o privado como categoria de análise da educação. In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** Trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro: e outros ensaios**. São Paulo: DIFEL, 1979.

CLEMENTE, Neide Gomes. **Instituto de Educação Estadual de Maringá: história e memória**. 2005. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Pesquisa Educacional II)–Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. **História e memória**. Maringá, 2006.

Disponível em:

<http://www..cep.pr.gov.br/cep/modules/conteudo_mh/conteudo.php?conteudo_mh=3>.

Acesso em: 5 dez. 2006.

COLONIZAÇÃO e Desenvolvimento do Norte do Paraná. Depoimentos sobre a maior obra no gênero realizada por uma empresa privada. 2. ed. [S.l.: s.n.], 1977. Publicação comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas. In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

DEWEY, John. **Vida e educação**. Trad. Anísio Teixeira. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

FONTOURA, Afro do Amaral. **Didática geral**. 10. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1966. v. 9. (A Escola Viva, I).

FONTOURA, Afro do Amaral. **Fundamentos da Educação: uma introdução geral à educação renovada e à escola viva**. 10. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1972. v. 1. (A Escola Viva, I).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**, 5 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil: 1964 –1985**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GINTIS, H. Education, technology and characteristics of worker productivity. **American Economic Review**. S. 1, 1971.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. **Vértice**: São Paulo: R. dos Tribunais, 1990.

HEGETO, Léia de Cássia Fernandes. **O Ensino Normal no Colégio Santa Cruz de Maringá (1959-1974)**: um espaço para a Formação de Professores na rede particular de ensino. 2005. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Brasileira)–Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

HEY, Ana Paula e CATANI, Afrânio Mendes. O projeto educacional brasileiro no regime militar: uma educação de classe (social). In: ROSSI, Ednéia, RODRIGUES, Elaine, NEVES, Fátima Maria (orgs.) **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2005, pp. 129-144.

HILSDORF, Ana Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOFF, Sandino. **O movimento da produção de excedentes numa região pioneira**: nas pegadas do trabalho: café e idéias. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Educação, 1983. Relatório Final de Pesquisa.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. (Coleção Retratos do Brasil, v.155).

IBGE. Conselho Nacional de Estatística. Diretoria de Documentação e Divulgação. **Maringá**: Paraná. Rio de Janeiro, 1967. 17 p. (Coleção de Monografias, 360). Cópia arquivada na Pasta Sínteses Históricas, n. 26.4.13.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. **Histórico do Instituto de Educação Estadual de Maringá**. Disponível em: <<http://www.netescola.pr.gov.br/netescola/escola/153000034/historia.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2006.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 20, n. 68, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 dez. 2006.

KOGA, Maria das Graças Fernandes. **Estudo etnográfico do Curso Normal com ênfase na história do “Instituto de Educação Estadual de Maringá”**. 2000. 174 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Especialização em Administração em Supervisão e Orientação Escolar)–Universidade Norte Paranaense, Londrina, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução. Bernardo Leitão. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1992.

LEMME, Paschoal. **Memórias 4**. Brasília, DF: INEP, 1994.

LIMA, Ana Luce Girão Soares de; PINTO, Maria Marta Saavedra. Fontes para a história dos 50 anos do Ministério da Saúde. **História, ciências, saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Fev 2007.

LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira**: concepções e práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados, 2005 (Coleção Memória da Educação).

LUZ, France. **O Fenômeno urbano numa zona pioneira**. Maringá: Prefeitura do Município de Maringá, 1997.

MANIFESTO dos pioneiros da educação nova. A Reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

MARQUES, Maria Cristina da Costa. A construção histórica da saúde em Maringá. In:

DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, Jose Henrique R. (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

MARTINS, Claudia R. K. O ensino de História no Paraná. **Revista Educar**, Curitiba, n. 17, p. 199-213. 2001. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewPDFInterstitial/2076/1728>>. Acesso em: 25 jun. 2006.

MAZZOTTI, Alda Judith. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

MELLO, Guiomar Namó de; MAIA, Eny Marisa; BRITO, Vera Maria Vedovelo. As atuais condições de formação do professor de 1º Grau: algumas reflexões e hipóteses de investigação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 45, p. 71-78, 1983.

MEMÓRIA. Capela Santa Cruz. Maringá: Colégio Santa Cruz, [ca1960).

MIGUEL, Maria Elisabeth B.; VIEIRA, Alboni, Marisa D. P. A escola nova no Paraná: avanços e contradições. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 93-100, jan./abr.2005. Disponível em: <http://www.pucpr.br/comunicacao/revistas_cientificas/dialogo_educacional/pdf/n_14/artigo6.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2006.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Memória e identidade**: travessia de velhos professores. Maringá: Eduem, 1998.

MORTATTI, Maria do Rosário. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo – 1876-1994. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça. O lado noturno das luzes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

NASCIMENTO, Maria Isabel. Formação de Professores: perspectivas para a pesquisa em educação. In: SCHELBAUER, A. R.; LOMBARDI, J. C.; MACHADO, M. C. (Org.). **Educação em debate**: perspectivas, abordagens e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 129-143.

NEVES, Fátima Maria. **O método lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo (São Paulo - 1808-1889)**. 2003. 293 f. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.

NÓVOA, Antonio. **O processo histórico de profissionalização do professorado**. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1996. Mimeografado.

NÓVOA, Antonio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 109-139, 1992.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. O currículo da Escola Normal. In: _____. **O ensino primário na Província do Paraná (1853-1889)**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte: Biblioteca Pública do Paraná, 1986. p. 106-113.

PARANÁ. Conselho de Educação do Estado do Paraná. Resolução 46-67, Lei nº 4.978. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 10 nov. 1967. p. 6-7.

PRIORI, Ângelo. Lutas sociais e conflito político: alguns temas da história de Maringá (segundo congresso de trabalhadores rurais e a formação da frente agrária paranaense). In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, Jose Henrique R. (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

RECCO, Rogério. **À sombra dos ipês da minha terra**. Londrina: Midiograf, 2005

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

RIBEIRO, Edméia Aparecida. Moralidade e sexualidade feminina em Maringá: um estudo nos jornais e nos processos de crimes de sedução. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, Jose Henrique R. (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 13. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1993. (Coleção educação contemporânea).

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2006.

ROSIN, Sheila Maria. **Das “idéias psicológicas” à Psicologia da Educação no Brasil**: o caso do Paraná. 2003. 295 f. Tese (Doutorado em Psicologia em Educação)—Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

ROSSI, W. **Capitalismo e Educação**. São Paulo, Cortez/Moraes, 1978.

SANFELICE, José Luis. A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira**: concepções e práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005 (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____, Dermeval. **Educação**: do senso comum a consciência filosófica. 15. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

_____, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 31. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. (Coleção polemicas do nosso tempo, v 5).

_____, Dermeval. O legado educacional do “Longo Século XX” brasileiro. In: _____. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 9-58.

_____, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do congresso nacional na legislação do ensino**. Campinas: Autores associados, 2002.

_____, Dermeval. História da Escola Pública no Brasil. Questões para pesquisa. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I.M. (orgs.) **A escola pública no Brasil. História e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2005.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **A gênese de Ensino Normal em Maringá: estrutura e determinações**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2003. Relatório Final de Pesquisa.

SCHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Ângela. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 20, n. 68, 1999. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 dez. 2006.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **A constituição do método de ensino intuitivo na província de São Paulo (1870-1889)**, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, USP, Brasil, Maringá, 2003.

_____, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998.

SEVERINO, Antonio Joaquim. O público e o privado como categoria de análise em educação. In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

SILVA, Vivian Batista da. Os Manuais Pedagógicos em Portugal e no Brasil de 1870 a 1970: um estudo sobre a constituição do ensino como objeto de ensino. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, vol.15, n. 29, p. 137-150, set.-dez. 2006. Disponível em:
<http://www.ie.ufmt.br/revista/arquivos/ED_29/Os%20Manuais%20Pedag%C3%B3gicos%20em%20Portugal%20e%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 10 jan. 2007.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca. **Alfabetização: organização**. Brasília, DF: MEC, 2000. (Estado do Conhecimento).

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Marília, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

_____, Leonor Maria. **O ensino normal no Estado de São Paulo: 1889-1930**. Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da USP, Brasil, 1979.

UNESCO. **Educação para todos**. 2006. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/educa%C3%A7%C3%A3o/efa2006/index_html/mostra_documento>. Acesso em: 18 jan. 2007.

UNICEF. **Unicef no Brasil e no Mundo: um pouco de nossa história**. Histórico. 2006. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Histórico da Universidade Estadual de Maringá**. Maringá, 2006. Disponível em: <<http://www.uem.br/main.php?id=10>>. Acesso em: 15 jun. 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 18 dez. 2006.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000. p. 94-134.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do Ensino no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

FONTES CONSULTADAS

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. 2ª Ata de reuniões pedagógicas do dia 03 mar. 1954. **Livro Ata de Reuniões Pedagógicas**. Maringá, 1954a. Não paginado

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. 3ª Ata de reuniões pedagógicas do dia 04 out. 1954. **Livro Ata de Reuniões Pedagógicas**. Maringá, 1954b. Não paginado.

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. 3ª Ata de reuniões pedagógicas do dia 06 jun. 1960. **Livro Ata de Reuniões Pedagógicas do Ensino Normal**. Maringá, 1960a. Não paginado.

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. Ata da reunião pedagógica do dia 10 mar. 1962. **Livro Relatórios da Escola Normal**. Maringá, 1962. Não paginado.

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. **Folder de comemoração de 50 anos do colégio Santa Cruz**. Maringá, 2003.

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. Formandas do Curso Normal. **Livro Pasta de Notas do Ensino Normal 1959-1974**. Maringá, 1959. Não paginado.

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. **Histórico do Colégio Santa Cruz**. Maringá, 1989.

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. **Lista de pontos 1ª Prova parcial de didática**: relatórios do curso normal. Maringá, 1961. Não paginado.

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. **Pasta de relatórios do Ensino Normal**. Maringá, 1973. Não paginado.

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. **Pasta de relatórios do ensino normal**. Maringá, 1959. Não paginado.

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. **Relação dos livros da Biblioteca**: relatórios do curso normal. Maringá, 1968. Não paginado.

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. **Relatório anual enviado ao inspetor regional de ensino**: relatórios do ensino normal. Maringá, 1960b. Não paginado.

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. Relatório anual enviado ao inspetor regional de ensino: relatórios do ensino normal. **Livro Pasta de Relatórios do Ensino Normal**. Maringá, 1962. Não paginado.

COLÉGIO SANTA CRUZ, Maringá. Secretaria. **Relatórios da Escola Normal**. Maringá, 1967. Não paginado.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. Secretaria. **Histórico do Grêmio Normalista**. Maringá, 1958.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. Secretaria. **Relatórios do Curso Normal**: Livro-Ata: 1956 a 1974. Maringá, 1956a. Não paginado.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. Secretaria. **Ata nº 5 de Registro de Certificados de cursos do Curso Normal**. Maringá, 1972.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. Secretaria. **Atas de Sessões Solenes de Formaturas**. Maringá, 1958.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. Secretaria. **Atas de Sessões Solenes de Formaturas**. Maringá, 1973.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. Secretaria. **Histórico do Curso Normal**. Livro 16. Maringá, 1961.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. Secretaria. **Histórico do Grêmio Normalista**. Maringá, 1962.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. Secretaria. **Histórico da Escola Normal**: Livro 18a. Maringá, 1956b.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. Secretaria. **Histórico da Escola Normal**: Livro 18b. Maringá, 1967.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. Secretaria. **Livro Proposta de Aulas**. Maringá, 1968-1969.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. Secretaria. **Relatórios do Curso Normal**. Maringá, 1961 -1963. Não paginado.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ. Secretaria. **Relatórios do Curso Normal**. Maringá, 1959 -1960. Não paginado.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria de Cultura e Turismo. Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural. **[População de Maringá]**. Maringá [1993]. Projeto Memória: Cópia arquivada na Pasta Sínteses Históricas, Pasta 26.1.18, 7p. Maringá.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria de Cultura e Turismo. Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural. **[Colonização do norte do Paraná]**. Maringá, [198-?]. Projeto Memória: Cópia arquivada na Pasta Sínteses Históricas, n. 26.1.5. 4 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A
ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM EX-ALUNAS E EX-PROFESSORAS
DO CURSO NORMAL

QUESTÕES ABERTAS PARA AS EX-ALUNAS DO CURSO NORMAL

1. Fale-me um pouco sobre a sua formação no curso normal?
2. O que a levou a fazer o curso normal? Quais eram as motivações?
3. Ao ingressar nesse curso qual era seu objetivo? Era atuar como professora?
4. Quais eram suas expectativas em relação a esse curso e à profissão docente?
5. Como avalia a formação no âmbito da escola normal? Era suficiente para o exercício do magistério?
6. Sua experiência com o magistério ocorreu durante o curso ou após o seu término?
7. As alunas formadas pelo curso normal eram facilmente absorvidas nas escolas de Maringá?
8. A inserção no magistério foi facilitada pelo fato de ter cursado a Escola Normal?
9. Quem eram os professores do curso normal? Fale um pouco sobre o papel desses professores em sua formação.
10. Em relação às disciplinas, quais eram consideradas fundamentais para a formação das futuras professoras?
11. Como era a relação entre professores e alunos?
12. Como eram desenvolvidas as aulas de Didática e Prática de Ensino? Ocorria a formação teórica e prática nesse curso? Quais autores eram lidos? Que tendências pedagógicas prevaleciam?
13. Em relação às metodologias e recursos de ensino, como eram empregados nas aulas? Como era a forma de avaliação dos conteúdos ensinados?
14. Em sua opinião, qual foi a importância da Escola Normal para a cidade de Maringá, nos anos iniciais de sua fundação e consolidação?
15. Como a comunidade maringaense as via? O que era ser uma normalista?
16. Como avalia as mudanças que ocorreram na formação de professores, desde o ingresso na escola normal?

QUESTÕES ABERTAS PARA OS PROFESSORES DO CURSO NORMAL

1. Fale-nos um pouco sobre o percurso de sua formação para atuação na profissão docente.
2. Como se deu seu ingresso, como docente, no curso normal? Quais eram as motivações?
3. Quais disciplinas ministrava? Fale-nos sobre a metodologia de trabalho, a forma de avaliação, os recursos de ensino, os autores lidos.
4. Como eram as relações entre professores e alunos? Entre a direção, coordenação e professores?
5. Qual foi a importância que a Escola Normal teve para a cidade de Maringá nos anos iniciais de sua fundação e consolidação?
6. Como a comunidade maringaense os via? O que era ser professor da Escola Normal?
7. Como era recrutado o corpo docente das Escolas Normais?
8. Havia capacitação do corpo docente? Como e onde era realizada?
9. Em que o curso normal contribuiu para formação e consolidação do sistema de ensino no município de Maringá?

ANEXOS

ANEXO A
RESOLUÇÃO 46/1967, DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO
ESTADO DO PARANÁ

Art. 1º - A fim de disciplinar a criação e instalação de Escolas normais, objetivando atender-se de uma parte, a grande carência de professores primários qualificados, em determinadas regiões do Estado e, de outra, às necessidades decorrentes do desenvolvimento econômico-social do Paraná, dever-se-á:

- a) promover racional distribuição, pelas diversas zonas do Estado, de escolas que se destinem exclusivamente a formação do professor primário;
- b) assegurar às escolas normais que apresentem características de polarização regional, condições de funcionamento que permita servir plenamente toda a área compreendida por seu raio de influência;
- c) criar, mediante um sistema de bolsas de estudo e outros meios adequados, condições para que jovens residentes em áreas carentes de professores e que revelem vocação e aptidão, possam ter acesso às escolas normais, sob o compromisso do exercício do magistério na respectiva região, por período que venha a ser estabelecido;
- d) providenciar a organização de uma rede de escolas primárias particulares com escolas normais, para demonstração e prática de ensino;
- e) estabelecer, além das condições comuns de admissão de professores de Fundamentos da Educação e Teoria e Prática da Escola Primária, a necessidade da comprovação de experiência de três anos no mínimo, em regência de classes de ensino primário;
- f) promover em Institutos de Educação, cursos de especialização de administradores escolares para que a administração de escolas primárias possa ser confiado sistematicamente, a elementos qualificados;
- g) estimular, como processo contínuo de renovação do ensino, o aperfeiçoamento dos professores diplomados e em exercício;
- h) levar as comunidades, conscientes de sua responsabilidade solidária na obra educativa, a participar, eficazmente, na solução do problema do prédio escolar, seja conservando-o, seja ampliando-lhe a capacidade seja melhorando-lhe as instalações e os equipamentos, seja ainda, promovendo quando necessário, a cessão de locais adequados ao ensino (PARANÁ, 1967, p. 6-7).

Art. 7º - Quando a entidade for pessoa jurídica de direito público, apresentará a seguinte documentação:

- 1 – prova da existência de Ato de criação do estabelecimento na forma indicada nos arts. 30 e 35 da lei nº 4.978 de 05-12-64, que institui o Sistema Estadual de Ensino;
- 2 – prova de ocupação legal do prédio (propriedade, promessa de compra e venda, locação, comodato, etc...);
- 3 – descrição sumária do local, comprovando acesso fácil e seguro; afastamento de locais ou prédios em que se desenvolvam atividades que possam, de qualquer modo, prejudicar a educação, a saúde ou a segurança da população escolar;
- 4 – descrição sumária do município, da sede do estabelecimento, sua densidade demográfica, urbana e rural;
- 5 – fotografia do prédio, fachada e dependências internas;
- 6 – planta na escala de 1/1000, com a delimitação da superfície total, ocupada pelo edifício e das áreas livres ou cobertas destinadas à educação Física e à recreação;
- 7 – planta, na escala de 1/250, por pavimento, com a posição das escalas, portas, janelas, pé direito e com as designações e dimensões dos compartimentos, notadamente dos seguintes: a) salas de aula; b) salas especiais; c) laboratórios; d) biblioteca e) sala de professores; f) cantina; g) secretaria; bebedouros ou equivalentes; i) instalações sanitárias;
- 8 – se houver internato, serão mencionadas na planta as demais indicações necessárias: dormitórios, refeitórios, cozinha, banheiros e chuveiros, enfermaria, etc...;
- 9 – planta do local das atividades de Educação Física. Quando realizadas fora do estabelecimento, juntar-se-á a prova a que se refere as alíneas 2 e 3 acima;
- 10 – relação dos integrantes do Corpo Docente, Diretor e Secretário com a indicação:
 - a) do curriculum vitae, incluindo o escolar;
 - b) do registro de professor no órgão competente ou autorização legal;
 - c) de outros documentos exigidos pela legislação vigente;
- 11 – projeto do plano curricular de ensino, de acordo com a Resolução 26/65 do Conselho Estadual de Educação;
- 12 – discriminação do material didático pertencente ao estabelecimento, de acordo com as áreas de estudo ou grupo de disciplina;
- 13 – indicação da modalidade de escrituração escolar a ser adotada pelo estabelecimento, de modo a assegurar a verificação da

identidade de cada aluno e a regularidade e autenticidade de sua vida escolar.

Art. 3º - No caso da entidade mantenedora ser pessoa jurídica de direito privado, o pedido será instruído com documentação referida nos artigos anteriores, e mais:

- 1- Estatuto da entidade mantenedora devidamente inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- 2- Prova do mandato da Diretora em exercício da entidade mantenedora, constante de certidão ou cópia autêntica da ata da eleição;
- 3- Termo de compromisso assinado com poderes suficientes pelo representante legal da entidade mantenedora, através do qual esta ultime se responsabilize pelos encargos financeiros do estabelecimento e garanta remuneração condigna aos professores;
- 4- Prova de propriedade, onde funcionará o estabelecimento, ou contrato de cessão onerosa ou gratuita, ou de locação do prédio por prazo não inferior a 4 (quatro) anos, além de certidões, que atestem patrimônio suficiente;
- 5- Art. 9º - A pessoa física proprietária de estabelecimento apresentará os documentos referidos nos artigos 7º e 8º, dispensadas as alíneas 1 do art. 7º e 1º e 2º do art. 8º (PARANÁ, 1967, p. 6-7).

Art. 11 - Quando se tratar de Escola Normal Colegial o seu funcionamento somente será autorizado em localidade onde haja, obrigatoriamente, em funcionamento, devidamente autorizados, pelo menos um Ginásio.

Art. 12 – A autorização estará condicionada à existência de uma rede de escolas primárias, articulada com a Escola Normal, possibilitando a demonstração, a prática de ensino e a experimentação de métodos renovados, de acordo com a disciplina de Teoria e Prática da Escola Primária.

Art. 13 – Cumpridas as demais exigências e verificado que a localização do educandário não oferece inconvenientes graves será autorizado a funcionar a Escola Normal que satisfaça aos requisitos seguintes:

- 1- três salas de aula, cada uma com pé direito mínimo de 2.80m, ressalvadas as disposições em contrário de posturas regulares municipais e área não inferior a 30m², com piso com revestimento de madeira ou material equivalente, sob o ponto de vista higiênico;
- 2- uma sala destinada a biblioteca e a estudos, com área de, pelo menos 30m², dotada de mobiliário e equipamentos adequados;
- 3- uma sala de professores com área de, pelo menos, 18m², dotada de mobiliário apropriado;

- 4- sala de Administração, com área não inferior a 20m² com imobiliário adequado e de uso exclusivo do estabelecimento;
- 5- área coberta para recreio e abrigo, de acordo com os índices mínimos estabelecidos no Anexo desta Resolução;
- 6- área livre suficientemente plana para servir de recreio de acordo com índices mínimos constantes do Anexo II;
- 7- água corrente suficiente, pelo menos para as instalações sanitárias e os lavatórios;
- 8- água potável, à disposição dos professores e funcionários, em quantidade e instalações adequadas;
- 9- sistema de fossa tipo séptica quando não houver rede de esgoto público;
- 10- instalações sanitárias em satisfatório estado de conservação, da espécie e do número correspondentes ao estabelecimento no anexo III.

Art. 14 – Aos estabelecimentos de ensino particular ou municipal que satisfizerem as condições mínimas constantes nesta Resolução, será concedida autorização condicional, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos. (PARANÁ, 1967, p. 6-7).

Art. 27 – A Biblioteca nos estabelecimentos de Ensino Normal deverá apresentar condições mínimas suficientes ao programa de profissionalização dos novos mestres.

Parágrafo único - ao acervo especializado compreendendo livros, coleções, enciclopédias, revistas, etc., progressivamente dever-se á acrescentar obras de cultura profissional, especialmente das seguintes áreas: Cultura Geral, Fundamentos da Educação, Filosofia da Educação, Problemas da Educação Brasileira e paranaense, Teoria e prática da Escola Primária, Organização Escolar, Administração Escolar, Currículos, Métodos, etc... (PARANÁ, 1967, p. 6-7).

ANEXO B
RELAÇÃO DE FORMANDAS

Curso Normal do Colégio Santa Cruz (1959- 1974)

Formandas do Ano de 1961 que ingressaram em 1959:

- 1 - Abgair Corina dos Santos
- 2 - Kazuko Horiê
- 3 - Elisa Germani
- 4 - Leonor Tória Arrabal
- 5 – Maria Helena Cardoso
- 6 – Maria Natividad Zorrozuza Esucero
- 7 – Vilma Peçanha Palhano
- 8 – Iolanda Zutes

Formandas do Ano de 1974:

- 1 – Amarílis Porto Mariano
- 2 – Dinorah Dolis
- 3 – Irene Aparecida dos Santos
- 4 – Maria Helena Forceli
- 5 – Maria Ociliadora Amadei
- 6 – Maria Trindade dos Santos
- 7 – Noireli Ignácio dos Santos
- 8 – Otilde Rubin Piccin
- 9 – Rovená Machado de Souza
- 10 – Sonia Maria Locanola
- 11 – Sonia Maria Meneguetti
- 12 – Terezinha Soares da Silva

Curso Normal do Instituto de Educação Estadual de Maringá (1956- 1974)**Formandas do Ano de 1958 que ingressaram em 1956:**

- 1 – Aracy Vailatti
- 2 – Ceci Rodrigues de Melo
- 3 – Circea d’Alva Perround
- 4 – Dora Gomes de Moura
- 5 – France Luz
- 6 – Ismênia Henriques
- 7 – Orieta Luz
- 8 – Maria Gloria Tourinho
- 9 – Maria Aparecida Nunes
- 10 – Nágia Colichiescki
- 11 – Nizia Maria Sandro
- 12 – Renancy Henriques
- 13 – Ruth Linhares Henriques
- 14 – Sizuko Katayama
- 15 – Watanabe Toshiko

(INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1958 Atas de Sessões Solenes de Formaturas).

Formandas do Ano de 1974:

- 1 – Adélia Ramos Guapo,
- 2 – Alda Dias da Silva Rubio,
- 3 – Alice Maria Pelissari
- 4 – Alzimeire Maria de Souza Figueiredo
- 5 – Ana Luiza Monteiro Porto
- 6 – Ângela Maria Pereira
- 7 – Ângela Maria Periotto da Silva
- 8 – Ângela Maria Scheidt
- 9 – Ângela Maria Teixeira
- 10 – Antonia Cioffi de Oliveira
- 11 – Aparecida Celeste
- 12 – Aparecida Gimenes Paixão

- 13 – Aparecida Saran Neto
- 14 – Aparecida Valdenice Bombarda
- 15 – Benedita Calijuri
- 16 – Carmem Ilma Belincanta
- 17 – Cecília Carmona Rodrigues
- 18 – Cecy Mazer
- 19 – Célia de Lourdes Barreto
- 20 – Célia Maria Cunha
- 21 – Cenira Aparecida Beraldo
- 22 – Clarice de Faveri
- 23 – Clarice Maria Costa Luz
- 24 – Carinda Tomé Pavani
- 25 – Cleusa de Faveri
- 26 – Clotilde Fregadolli
- 27 – Coltilde Matos Pires
- 28 – Dalva Maria Fecher
- 29 – Dalva Veiga Bernardes
- 30 – Deise Loidi
- 31 – Deise Luci Martins
- 32 – Deonilce Negri
- 33 – Dirce Favoretto Justi
- 34 – Dircinha Batista Cordeiro
- 35 – Divanisia Poná Bertoncello
- 36 – Edilde Bissoqui Pagliotto
- 37 – Edna Tasaki
- 38 – Edneia Alves Pereira
- 39 – Edson Luiz Tel
- 40 – Elaine Ferreira da Silva
- 41 – Elisabete Stuani
- 42 – Elisabeth Socorro de Oliveira
- 43 – Elisabeth de Moraes
- 44 – Elisabeth Fagion
- 45 – Elisabeth Regina Ferreira Aliberti
- 46 – Elisabeth Ross Sabino Ferreira

- 47- Elza Alves
- 48 – Ema Mituro Tanake
- 49 – Fumiyo Ise
- 50 – Gina Elisabeth Gouveia de Melo
- 51 – Gláucia Defune
- 52 – Heloisa Maria Valente
- 53 –Hercilia Boti
- 54 – Ignez Geal
- 55 – Inês de Gaspari Bordini
- 56 – Iodete Guidini de Alvarenga
- 57 – Ivanilde Aparecida Marcolli
- 58 – Ivone Pereira da Silva
- 59 – Izaira Nunes do Prado
- 60 – Jacira dos Reis Froes da Mota
- 61- Juçá Valeria Boeira
- 62 –Leslie Maria Depra
- 63 – Liege Silva de Souza
- 64 – Lucio Matiko Imoto
- 65 –Luiza Kimie Mizote
- 66 – Luzia Aparecida Bertoffa Tofaline
- 67 – Mara Regina Carreira de Souza
- 68 – Maria Angélica da Silva
- 69 – Maria Bernadete Ramos
- 70 – Maria de Lourdes Conte
- 71 – Maria de Lourdes Petrucci
- 72 – Maria de Lourdes Thiba
- 73 – Maria Eliane Bonacin
- 74 – Maria Elvira Ribas Xavier da Silva
- 75 – Maria de Fátima da Silva Dizio
- 76 – Maria Hilda Antoniazi
- 77 – Maria Inês dos Santos
- 78 – Maria José Batista
- 79 – Maria José Correia
- 80 – Maria Lairce Fondazzi

- 81 – Maria Luiza Garcia Afonso
- 82 – Maria Nilda de Mendonça Ferreira
- 83 – Maria Tereza Meleiro Amancio
- 84 – Maria Yoshiko Yamaoka
- 85 – Marie Thimauti
- 86 – Marilei Aparecida Gimenes de Carvalho
- 87 – Marilene Preto
- 88 – Marilene Yukico Shimazaki
- 89 – Marina Stegani
- 90 – Marlene Aparecida Lipori
- 91 – Marly de Almeida Cardoso
- 92 – Marta Olívia de Oliveira
- 93 – Mercedes Rigolon Baguetti,
- 94 – Nadir da Silva Romeiro
- 95 – Nailda Santos Favotto
- 96 – Nair Francisco Neusa Ibrana
- 97 – Neusa Mendes
- 98 – Nilza Marai Calvo
- 99 – Oricena Vargas Pinto
- 100 – Regina Célia Borin
- 101- Regina Lucia dos Santos
- 102 – Regina Lucia Soares
- 103 – Regina Sumika Ono
- 104 – Rosale Appleby Machado Xavier
- 105 – Rosangela Carnielle
- 106 – Rosangela Maria Redondo
- 107 – Rose Edmeia Andrade
- 108 – Rosecler Candiani Lopes
- 109 – Roseli dos Santos Lameck
- 110 – Roseli Pauli
- 111 – Rosemarie Carnielli
- 112 – Sandra Sueli da Silva
- 113 – Silvia Maria Parrilha
- 114 – Soeli Maria Teodoro Gabriel

- 115 – Solange Souza Muchagata
- 116 – Sonia Laize Dianin Ferigato
- 117 – Sonia Landi
- 118 – Tania Machdo de Souza
- 119 – Terezinha Joana Ticianel de Campos
- 120 – Teresinha Mossambane Martins
- 121 – Tereza Belincanta
- 122 – Tereza da Rocha
- 123 – Terezinha Antonia da Cunha Borin
- 124 – Terezinha Carvalho do Nascimento
- 125 - Terezinha de Fátima Barion
- 126 – Terezinha de Fátima Vicentino
- 127 – Terezinha Kruly Lugli
- 128 – Vanilde Aparecida Mendes
- 130 – Vera Aparecida dos Reis Pereira
- 131 – Vera Lucia Soares
- 132 – Vera Lucia Vurmeister.

(INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1973, Atas de Sessões Solenes de Formaturas).

ANEXO C
RELAÇÃO NOMINAL DOS PROFESSORES

Escola Normal do Colégio Santa Cruz e as respectivas disciplinas ministradas (1959)

Professores	Disciplinas
1– Irmã Felisa Quincoces	Religião, Matemática, Educação Física
2 – Ir. Guadalupe Dorronsoro	Música
3 – Ir. Maria del Rosário Suárez	Fisiologia Humana, Física e Química
4 – Ir. Pilar Sanchez Fernádes	Didática e Psicologia
5 – Edy Torrente Andrade	Didática, Prática e Estudos Paranaenses
6 – Iraci Girardi	Desenho e Arte
7 – Sebastiana Milagres	Português
8 – Ruth Loureiro da Costa	Administração

Fonte: Colégio Santa Cruz (1959).

Ensino Normal e suas respectivas habilitações (1959)

Professores	Habilitações
1 - Ir. Felisa Quincoces	Científico e Normalista Secundário
2 – Ir. Guadalupe Dorronsoro	Autorização Protocolo nº I 22.043/55 do Ministério
3 – Ir. Maria del Rosário Suárez	Científico e Normalista Secundário
4 – Ir. Pilar Sanchez Fernádes	História e Geografia e Normalista Secundário
5 – Iraci Girardi	Normalista Secundária
6 – Sebastiana Milagres	Normalista Secundária
7 – Ruth Loureiro da Costa	Licenciada e Normalista

Fonte: Colégio Santa Cruz (1959).

Escola Normal do Instituto de Educação Estadual de Maringá e as respectivas disciplinas ministradas (1969)

Professores	Disciplinas
1– Anicetto Matti	Musica e Canto Orfeônico, Educação Artística.
2 – Anna Luisa Camargo Asineli	Artes Femininas e Artes na Educação
3 – Atuko Tagami Sakai	Ciências
4 – Branca de Jesus Camargo Vieira	Fundamentos da Educação
5 – Ceci Melo Castilho	Matemática e Higiene
6 – Cecília M. Silva Gomes	Geografia
7 – Circe Conceição Egoroff	Educação Física
8 – Clothilde Veroneze	Teoria e Pratica do Ensino Primário
9 – Darcy Dias de Souza	Fundamentos da Educação
10 – Ivone Haggy Becker	Teoria e Pratica do Ensino Primário
11 – Ivone Panchulio Beller	Português
12 – Katsuko nakano	Português
13 – Joaquim Henrique Lauer	Teoria e Pratica de Ensino
14 – Leonor Coelho Pallone	História
15 – Lia Therezinha Sambatti	Teoria e Pratica de Ensino
16 – Loretta Hoffmann	Estatística
17 – Manuel Messias Lula	Ciências
18 – Marinice Cordeiro Rocha	Fundamentos da Educação
19 – Maria Luisa Santana	Teoria e Pratica de Ensino
20 – Neusa Serra	Teoria e Pratica de Ensino
21 – Norma Branco Antonello	Artes Femininas, Artes na Educação
22 – Piveni Piassi de Moraes	Administração Escolar
23 – Rachel Torrente de Andrade	Português
24 – Ruth Loureiro da Costa	Teoria e Pratica de Ensino, Geografia
25 – Tiseko Yamaguchi	Matemática
26 – Vera Maria Vieira Leitão	Educação Física
27 – Zélia de oliveira Passos	Fundamentos da Educação

Ensino Normal e suas respectivas habilitações (1959)

Professores	Habilitações
1- Anicetto Matti	Curso da Academia Musical
2 – Anna Luisa Camargo Asineli	Normalista Secundaria
3 – Atuko Tagami Sakai	Curso de História Natural
4 – Branca de Jesus Camargo Vieira	Normalista Secundaria
5 – Ceci Melo Castilho	Normalista Secundaria
6 – Cecília M. Silva Gomes	Curso de Geografia
7 – Circe Conceição Egoroff	Curso de Educação Física
8 – Clothilde Veroneze	Normalista Secundaria
9 – Darcy Dias de Souza	Curso de Pedagogia
10 – Ivone Haggy Becker	Curso de Pedagogia
11 – Ivone Panchulio Beller	Normalista Secundaria
12 – Katsuko Nakano	Néo Latinas
13 – Joaquim Henrique Lauer	Curso de Pedagogia e Curso de Psicologia
14 – Leonor Coelho Pallone	Normalista Secundaria
15 – Lia Therezinha Sambatti	Curso de Teoria e Prática
16 – Loretta Hoffmann	Normalista Secundaria
17 – Manuel Messias Lula	Curso Científico
18 – Marinice Cordeiro Rocha	Ciências Sociais
19 – Maria Luisa Santana	Normalista Secundaria e Científico
20 – Neusa Serra	Normalista Secundaria
21 – Norma Branco Antonello	Normalista Secundaria
22 – Piveni Piassi de Moraes	Normalista Secundaria
23 – Rachel Torrente de Andrade	Néo Latinas
24 – Ruth Loureiro da Costa	Geografia e História
25 – Tiseko Yamaguchi	Normalista Secundaria
26 – Vera Maria Vieira Leitão	Curso de Educação Física
27 – Zélia de oliveira Passos	Curso de Pedagogia

Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1968-1969).

ANEXO D
DISCIPLINAS DO CURSO NORMAL NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE 1956
A 1974

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1956

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Física e Química, Estatística, Anatomia e Fisiologia, Estudos Brasileiros Paranaenses, Prática de Ensino, Desenho e Artes Aplicadas, Música, Educação Física.	Não existia.	Não existia.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1957

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Física e Química, Estatística, Anatomia e Fisiologia, Estudos Brasileiros Paranaenses, Prática de Ensino, Desenho e Artes Aplicadas, Música, Educação Física.	Português, Estatística, Biologia, Psicologia, Estudos Brasileiros Paranaenses, Prática de Ensino, Desenho, Música, Educação Física, Higiene, Didática.	Não existia.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1958

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Física e Química, Estatística, Anatomia e Fisiologia, Estudos Brasileiros Paranaenses, Prática de Ensino, Desenho e Artes Aplicadas, Música, Educação Física.	Português, Matemática, Estatística, Didática, Biologia, Psicologia, Sociologia, Higiene, História da Educação, Desenho, Música, Educação Física, Prática de Ensino, Religião.	Português, Didática, Psicologia, Sociologia, Puericultura, Prática de Ensino, Filosofia, Desenho, Música, Educação Física, História da Educação.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1959

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português e Literatura, Matemática e Estatística, Física e Química, Anatomia e Fisiologia, Estudos Brasileiros Paranaenses, Didática e Prática de Ensino, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto Orfeônico.	Português e Literatura, Estatística, Psicologia, Didática e Prática de Ensino, Biologia, Higiene e Puericultura, Desenho, Música e Canto Orfeônico, Educação Física.	Didática e Prática de Ensino, Psicologia, Sociologia, História e Filosofia da Educação, Puericultura, Desenho, Música, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1960

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Música, Desenho, Anatomia, Física e Química, Matemática, Didática, Estudos Paranaenses.	Português, Música, Psicologia, Didática, Biologia, Desenho, Matemática e Higiene.	Didática, Sociologia, Musica, Desenho, História e Filosofia da Educação, Puericultura, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1961

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Didática e Prática de Ensino, Física e Química, Estudos Paranaenses, Anatomia e Fisiologia Humana, Desenho e Artes Aplicadas, Musica e Canto Orfeônico, Educação Física, Matemática e Estatística, Português e Literatura.	Português e Literatura, Matemática e Estatística, Didática e Prática de Ensino, Psicologia, Biologia Educacional, Higiene e Educação Sanitária, Educação Física, Desenho e Artes Aplicadas, Musica e Canto Orfeônico.	Didática e Prática de Ensino, Sociologia, Psicologia Educacional, História e Filosofia da Educação, Puericultura, Desenho e Artes Aplicadas, Musica e Canto Orfeônico, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1962

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Psicologia Educacional, Matemática, Didática e Prática de Ensino, Ciências, Economia Doméstica, Português, História, Geografia, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto Orfeônico,	Didática e Prática de Ensino, Psicologia Educacional, Matemática, Português, Desenho e Artes Aplicadas, Ciências, História, Geografia, Educação Física, Música e Canto Orfeônico.	OSPB, Didática e Prática de Ensino, Português, História e Filosofia da Educação, Educação Doméstica, Psicologia.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1963

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Didática, História do Paraná, Ciências, Psicologia, Português, Matemática, Geografia, Desenho.	Psicologia, Didática, Prática de Ensino, Português, Matemática, Ciências, História, Desenho.	Didática e Prática de Ensino, Português, OSPB, Educação Doméstica, Filosofia, Religião.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1964

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Desenho, Didática, Psicologia, Música.	Português, Matemática, Ciências, História, Desenho, Psicologia, Didática e Prática de Ensino, Música, Educação Física.	Português, Didática e Prática de Ensino, OSPB, Filosofia e História da Educação, Economia Doméstica, Música, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1965

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Desenho, Didática, Psicologia, Musica, Educação Física.	Português, Matemática, Ciências, História, Desenho, Psicologia, Didática e Prática de Ensino, Música, Educação Física.	Português, Didática e Prática de Ensino, OSPB, Filosofia e História da Educação, Educação Doméstica, Educação Artística, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1966

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Ciências, Geografia, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática de Ensino, Música, Artes Femininas, Educação Física.	Português, Matemática, Estatística, Artes, História, Fundamentos da Educação, Didática, Educação Moral e Cívica, Musica, Educação Física.	Português, Psicologia, Fundamentos da Educação, Didática, Higiene, Musica, Artes Aplicadas, Jardim e Recreação, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1967

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Ciências, Geografia, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática de Ensino, Música, Artes Femininas, Educação Física.	Português, Matemática, Estatística, Artes, História, Fundamentos da Educação, Didática, Educação Moral e Cívica, Musica, Educação Física.	Português, Psicologia, Fundamentos da Educação, Didática, Higiene, Musica, Artes Aplicadas, Jardim e Recreação, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1968

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Ciências, Geografia, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática, Educação Física, Artes Femininas, Musica e Canto.	Português, Ciências, História, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática da Escola Primária, Estatística Aplicada, Educação Física, Artes e Aplicação, Musica e Canto Orfeônico.	Português, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática, Administração Escolar, Educação Física, Educação Artística, Higiene.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1969

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Ciências, Geografia, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática, Educação Física, Artes Femininas, Música e Canto.	Português, Ciências, História, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática de Ensino, Estatística, Educação Física, Artes, Musica.	Português, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática, Administração Escolar, Educação Física, Educação Artística, Higiene.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1970

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Ciências, Geografia, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática da Escola Primária, Educação Física, Artes Femininas, Musica e Canto, Educação Moral e Cívica.	Português, Ciências, História, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática, Estatística, Educação Física, Artes, Musica, Educação Moral e Cívica.	Português, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática da Escola Primária, Administração Escolar, Educação Física, Educação Artística, Higiene, Educação Moral e Cívica.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1971

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Ciências, Geografia, Educação Moral, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática da Escola Primária, Educação Física, Artes Femininas.	Português, Matemática, Ciências, História, Educação Moral e Cívica, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática da Escola Primária, Educação Física, Artes na Educação, Música.	Português, Matemática, Educação Moral e Cívica, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática do Ensino Primário, Administração Escolar, Psicologia Educacional, Educação Física, Artes na Educação, Música e Canto.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1972

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Ciências, Geografia, Educação Moral, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática da Escola Primária, Educação Física, Artes na Educação, Música.	Português, Matemática, Ciências, História, Educação Moral e Cívica, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática da Escola Primária, Educação Física, Artes na Educação, Música.	Português, Matemática, Educação Moral e Cívica, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática do Ensino Primário, Administração Escolar, Psicologia Educacional, Educação Física, Artes na Educação, Música e Canto.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1973

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Magistério	Português, Matemática, Ciências, História, Educação Moral e Cívica, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática da Escola Primária, Educação Física, Artes na Educação, Música.	Português, Matemática, Educação Moral e Cívica, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática do Ensino Primário, Administração Escolar, Psicologia Educacional, Educação Física, Artes na Educação, Música e Canto Orfeônico, OSPB.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1974

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Magistério	Magistério	Português, Matemática, Educação Moral e Cívica, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática do Ensino Primário, Administração Escolar, Psicologia Educacional, Educação Física, Artes na Educação, Musica e Canto Orfeônico.

Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1956a).

Disciplinas do Curso Normal no Colégio Santa Cruz de Maringá de 1959 a 1972

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1959

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, Física e Química, Anatomia e Fisiologia, Estudos Paranaenses, Música, Desenho, Educação Física.	Não existia	Não existia

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1960

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, Física e Química, Anatomia, Estudos Paranaenses, Música, Desenho, Educação Física.	Religião, Português e Literatura, Matemática e Estatística, Didática e Prática de Ensino, Biologia, Psicologia, Higiene, Música, Desenho, Educação Física.	Não consta no livro

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1961

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, Física e Química, Anatomia, Estudos Paranaenses, Canto, Desenho, Educação Física.	Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Higiene e Puericultura, Canto, Desenho, Educação Física.	Religião, Didática e Prática de Ensino, Psicologia, Sociologia, História da Educação, Música, Desenho, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1962

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, História, Geografia, Ciência, Canto, Desenho, Educação Física.	Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, Biologia, Psicologia, História, Canto, Desenho, Educação Física.	Religião, Português, Didática, Organização Social, História da Educação, Educação Doméstica, Psicologia, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1963

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, História, Geografia, Ciência, Psicologia, Música, Desenho, Educação Física.	Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, Biologia, Psicologia, História, Música, Desenho, Educação Física.	Religião, Português, Didática, Organização Política, História da Educação, Educação Doméstica, Artes, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1964

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, História, Psicologia, Geografia, Ciência, Canto Orfeônico, Desenho, Educação Física.	Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, Geografia, Psicologia, História, Ciência, Canto Orfeônico, Desenho, Educação Física.	Religião, Português, Didática, Organização Política, História da Educação, Educação Doméstica, Artes, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1965

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, História, Psicologia, Geografia, Ciência, Canto Orfeônico, Desenho, Educação Física.	Religião, Português, Matemática, Didática e Prática de Ensino, Geografia, Psicologia, História, Ciência, Canto Orfeônico, Desenho, Educação Física.	Religião, Português, Didática, Psicologia, Organização Política, História da Educação, Educação Doméstica, Artes, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1966

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Teoria e Prática, Psicologia, Educação Física, Matemática, Ciências, História, Formação Religiosa, Artes Femininas, Educação Artística, Educação Física.	Português, Matemática, Geografia, Ciências, Psicologia, Teoria e Prática de Ensino, Formação Religiosa, Educação Artística, Artes Femininas e Educação Física.	Português, Psicologia, Filosofia Educacional, Teoria e Prática, História da Educação, Estudos Paranaenses, Formação Religiosa, Educação Artística, Artes Femininas e Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1967

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Ciências, História, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática de Ensino, Psicologia Educacional, Educação Física, Educação Artística, Artes Femininas, Formação Religiosa.	Português, Matemática, Geografia, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática de Ensino, Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Educação Física, Educação Artística, Artes Femininas e Formação Religiosa.	Português, Teoria e Prática de Ensino, Fundamentos Educacionais, Psicologia Educacional, Educação Física, Educação Artística, Artes Femininas, Formação Religiosa.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1968

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, Ciências, História, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática de Ensino, Psicologia Educacional, Educação Física, Educação Artística, Artes Femininas, Formação Religiosa.	Português, Matemática, Biologia Educacional, Geografia, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática de Ensino, Psicologia Educacional, Educação Física, Artes Femininas, Educação Artística, Formação Religiosa.	Português, Fundamentos da educação, Teoria e Prática, Psicologia Educacional, educação Física, Educação Artística, Artes Femininas, Formação Religiosa.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1969

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, História, Ciências, Teoria e Prática de Ensino, Psicologia Educacional, Formação Religiosa, Artes Femininas, Educação Artística, Educação Física.	Português, Matemática, Geografia, Biologia Educacional, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática de Ensino, Psicologia Educacional, Formação Religiosa, Artes Femininas, Educação Artística, Educação Física.	Português, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática de Ensino, Formação Religiosa, Artes Femininas, Educação Artística, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1970

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, História, Ciências, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática do Ensino Primário, Educação Moral e Cívica, Psicologia Educacional, Educação Física, Educação Artística, Artes Femininas, Formação Religiosa.	Português, Matemática, Biologia Educacional, Geografia, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática do Ensino Primário, Psicologia Educacional, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Artes Feminina, Formação Religiosa.	Português, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática do Ensino Primário, Psicologia Educacional, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Artes Feminina, Formação Religiosa, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1971

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, História, Ciências, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática do Ensino Primário, Educação Moral e Cívica, Psicologia Educacional, Educação Física, Educação Artística, Artes Femininas, Formação Religiosa.	Português, Matemática, Biologia Educacional, Geografia, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática do Ensino Primário, Psicologia Educacional, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Artes Feminina, Formação Religiosa, Educação Física.	Português, Fundamento da Educação, Teoria e Prática do Ensino Primário, Psicologia, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Artes Feminina, Formação Religiosa, Educação Física.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1972

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português, Matemática, História, Ciências, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática do Ensino Primário, Educação Moral e Cívica, Psicologia Educacional, , Educação Artística, Artes Femininas, Formação Religiosa	Português, Matemática, Geografia, Biologia, Teoria e Prática do Ensino Primário, Psicologia Educacional, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Artes Femininas, Formação Religiosa.	Português, Educação Moral e Cívica, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática do Ensino Primário, Psicologia Educacional, Matemática, Educação Artística, Artes Femininas, Formação Religiosa, Ciências Biológicas.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1973

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Não há mais turmas.	Português, Matemática, Geografia Biologia Educacional, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Artes Feminina, Formação Religiosa.	Português, Fundamento da Educação, Teoria Prática Ensino Primário, Psicologia Educacional, OSPB, Educação Física, Artes Feminina, Formação Religiosa, Educação Moral e Cívica, Educação Artística.

Relação das Disciplinas do Curso Normal – Ano: 1974

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Não há mais turmas.	Não há mais turmas.	Português, Fundação da Educação, Teoria e Prática do Ensino Primário, Psicologia Educacional OSPB, Educação Física, Artes Feminina, Formação Religiosa, Educação Moral e Cívica, Educação Artística.

Fonte: Colégio Santa Cruz (1959).

ANEXO E

DISCIPLINA: DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO. 1ª SÉRIE DO ENSINO NORMAL – ANO: 1960

Matérias lecionadas: Palestra sobre a matéria; Fontes de motivação; Como se devem contar histórias; Objetivos gerais da Educação Primária; Escola antiga e Escola Nova; Plano de Aula; Aula Prática; Trabalho Prático; Introdução à Didática; Cone do aprendizado; Letra manuscrita; Didática da letra manuscrita; Material didático; Emprego do material Didático; Quadro negro; Biblioteca especializada e Geral; Excursões; Plano de excursão; Trabalhos de Estudos Sociais; Linha do Tempo e Aparelhos de Ciências (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1960).

Disciplina: Didática e Prática de Ensino. 1ª série do Ensino Normal – Ano: 1961.

Matéria lecionada: Apresentação do professor e dos alunos. Conversa sobre a matéria e material que será usado. Divisão da Didática. Noções fundamentais da Pedagogia. Posições fundamentais da Pedagogia, Didática e seu objeto; Didática Tradicional. Pesquisas Sobre a Infância; Comentários sobre a pesquisa; Bibliografia; Aula Incidental sobre a Educação; Características da Infância; Tendências da criança; Didática Contemporânea; Estudo dirigido sobre a aprendizagem; Síntese da Aprendizagem; Leis da aprendizagem; O professor e suas qualidades; Cone do aprendizado; O professor primário; Pesquisas sobre os jogos; Círculos de pais; Comentários sobre a pesquisa (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1961).

Disciplina: Didática e Prática de Ensino. 2ª série do Ensino Normal – Ano: 1960.

Matéria lecionada: Atividades Sociais diversas; Trabalhos Práticos; Aprendizagem da ortografia; As ciências naturais; Plano Questionário; Aula prática; Aritmética no curso primário; Sala ambiente; Cone de aprendizagem; Fatores que interferem na aprendizagem da leitura; Avaliação; Experiências; Ajustamento Social e Emocional; Linguagem Oral; Avaliação; Hábitos e habilidades específicas; Sugestões para a formação dos hábitos de trabalho independente; Como dividir a classe em grupo; período preparatório; trabalho Independente; Aula prática; Comentários sobre as aulas (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1960a).

Disciplina: Didática e Prática de Ensino. 1ª série do Ensino Normal – Ano: 1961.

Matérias lecionadas: A metodologia e a didática. Os métodos. Valor do método para o professor. Valor da infância. As qualidades do professor. Características da infância. Atributos do professor. Capacidade do professor. Planejamento o trabalho do professor. Os três pilares da Educação Renovada. A didática no conjunto das disciplinas pedagógicas. A didática e o ensino mais recomendável. O livro de chamada. Porcentagem de frequência. Evolução da Didática. Os primeiros Pedagogos. Atividade Escolar. A doutrina do interesse.

(INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1961-1963)

Disciplina: Didática e Prática de Ensino – 2ª Série do curso normal – Ano: 1961.

Matérias lecionadas: Os métodos – Conceito. Conceito de metodologia e Didática. A origem e valor do método pedagógico. Teorias de linguagem. Plano de aulas – função e elementos. Natureza da linguagem. Evolução da linguagem. Objetivos da linguagem. Histórias infantis. Dramatização. Fantoches. Teatro de sombras. A linguagem na escola primária. A elocução e a composição. A composição, processo de Munch. Reproduções, descrições. O ditado e a cópia. O centro de interesse. O método de projetos. Unidade de trabalho. A coeducação. Material didático. Apresentação da matéria. Leitura oral e silenciosa.

(INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1961-1963).

Disciplina de Religião da 2ª série do Ensino Normal – Ano: 1960.

Matéria lecionadas: O Caminho do Céu; O Congresso do Ensino Normal e as missões; Quarto Mandamento; Deveres dos filhos; Deveres dos pais; O futuro dos filhos nas mãos dos pais para viver a doutrina; Semana Santa; Relação entre patrão e operários; Questão Social; A ação da Igreja; A voz dos Papas; respeito a prosperidade; Meios legítimos; Violações injustas; Detenção injusta; gravidade do pecado; Reparação do pecado; A quem se deve restituir; Viver a doutrina; Respeito à vida; Suicídio; A Liturgia da Igreja. A festa da Ascensão; Preparação para a Páscoa; Revisão dos pontos duvidosos da matéria dada (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1960a).

Disciplina: Psicologia Educacional da 2ª série do curso normal – Ano: 1961.

Matérias lecionadas: Conceito de Psicologia. Divisão da Psicologia. Psicologia nos diversos ramos da atividade humana. Psicologia na indústria. Psicologia Educacional. Psicologia na propaganda. Orientação Educacional. Local da propaganda. Objetivos da Psicologia. Métodos extrospectivos. Métodos introspectivo. Método experimental. Método de inquérito e teste. Teste da figura humana.: Florence Goodenough. Avaliação da aplicação dos testes QI. Problemas para achar o QI. Classificação do QI. Oligofrenicos. Testes Binet e Simon. Afetividade. Sentimentos. Paixões. Atividades. Inventario de interesse. Observação da criança. Principais tipos de testes. Testes de recordação: vantagens, limitação e uso. Testes de reconhecimento: definições, limitações, vantagens e uso. Inteligência. Associação de idéias. Juízo. Raciocínio: aplicação pedagógica. Introdução a psicologia infantil. O Escolar. A criança excepcional.
(INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1961-1963).

ANEXO F
LISTA DE PONTOS DE PROVAS

Lista de Pontos 1ª Prova parcial de Didática

1ª Série Ensino Normal - Ano: 1959.

- 1 - a) Conceito e divisão da Didática;
b) Caracterização da infância;
c) Localização do prédio Escolar.
- 2 - a) O ensino ocasional;
b) Lei da atividade;
c) Alegria e instinto construtivo na escola primária;
- 3 - a) A educação
b) Ornamentação da escola
c) Requisitos do professor.
- 4 - a) O valor da infância
b) Lei “hedônica de Thorndike”
c) A escola Nova
- 5 - a) Antigo e novo conceito de aprendizagem
b) A sala de aula
c) Lei do exercício
- 6 - a) Motivação – conceito
b) Lei do interesse
c) Instintos naturais da criança
- 7 - a) O que caracteriza a criança
b) A percepção
c) Lei da afetividade
- 8 - a) Atributos do professor
b) Motivação e aprendizagem
c) Escala de interesse de Claparede
- 9 - a) O instinto
b) Lei da novidade
c) Didática geral e especial (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1959-1960).

Lista de Pontos 1ª Prova parcial de Didática

1ª Série Ensino Normal – Ano: 1961

- 1) a) Características da criança;
b) Cone do aprendizado.
- 2) a) Escola Nova;
b) Posições Fundamentais da Pedagogia.
- 3) a) Didática Contemporânea;
b) Processo individual da Educação.
- 4) a) Jogos;
b) Âmbito da Didática.
- 5) a) Educação e Sistema Escolar;
b) Didática Tradicional.
- 6) a) Coeducação;
b) Divisão da Didática.

- 7) a) Didática: seu objeto e seus problemas;
b) Pedagogia e seu objeto.
- 8) a) Fenômeno educativo;
b) Problemas fundamentais da Didática.
- 9) a) Aprendizagem;
b) Conclusões sobre o ensino.
- 10) a) Ensino;
b) Ciclo de pais e mestres (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1961).

Lista de Pontos para Prova Parcial de Didática e Prática de Ensino

1ª Série do Ensino Normal – Ano: 1960

- 1) a) Conceito de Didática;
b) Como se faz uma excursão.
- 2) a) Evolução da Didática;
b) Material Didático.
- 3) a) Letra manuscrita;
b) Didática Geral e Especial.
- 4) a) Características infantis;
b) Cone da aprendizagem;
c) Leis primárias da aprendizagem.
- 5) a) Biblioteca Especializada;
b) histórias Infantis.
- 6) a) Qualidade do professor
b) Sala ambiente.
- 7) a) Os métodos;
b) Quadro negro.
- 8) a) A infância e seu valor;
b) Biblioteca Geral.
- 9) a) Finalidade do material Didático;
b) A imitação e o instinto construtivo.
- 10) a) Conceito de motivação da aprendizagem;
b) Recomendações sobre o material didático.
- 11) a) Princípios da Nova Educação;
b) Forma Didática.
- 12) a) Escola Nova;
b) Os métodos de observação e de intuição.
- 13) a) Posição para a escrita;
b) Vantagem da linguagem antiga (manuscrita).
- 14) a) Fontes de motivação;
b) Leis Secundárias da aprendizagem.
- 15) a) Conceito de Motivação;
b) O que não pode fazer um professor primário.
- 16) a) Conceito antigo da Didática;
b) A psicologia infantil e o descrédito dessa teoria (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1960).

Lista de Pontos 1ª Prova parcial de Didática

1ª Série Ensino Normal – Ano: 1961

- 1) a) Características da criança;
b) Cone do aprendizado.

- 2) a) Escola Nova;
b) Posições Fundamentais da Pedagogia.
- 3) a) Didática Contemporânea;
b) Processo individual da Educação.
- 4) a) Jogos;
b) Âmbito da Didática.
- 5) a) Educação e Sistema Escolar;
b) Didática Tradicional.
- 6) a) Coeducação;
b) Divisão da Didática.
- 7) a) Didática: seu objeto e seus problemas;
b) Pedagogia e seu objeto.
- 8) a) Fenômeno educativo;
b) Problemas fundamentais da Didática.
- 9) a) Aprendizagem;
b) Conclusões sobre o ensino.
- 10) a) Ensino;
b) Ciclo de pais e mestres (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1961).

Lista de Pontos 1ª Prova parcial de Didática
2ª Série Ensino Normal – Ano: 1961

- 1) a) Enriquecimento de experiências;
b) Discriminação visual.
- 2) a) Leitura incidental;
b) Discriminação auditiva.
- 3) a) Idade mental e avaliação;
b) Desenvolvimento da habilidade de manusear livros.
- 4) a) Ajustamento social e emocional;
b) Habilidade de interpretar gravuras.
- 5) a) Linguagem oral;
b) Histórias.
- 6) a) Fatores físicos;
b) Interesse em aprender a ler.
- 7) a) Atenção;
b) Dramatização.
- 8) a) Trabalho independente: tipos, formação de hábitos;
b) Hábito de observar ordens e instruções.
- 9) a) Divisão da classe em grupos;
b) Excursões.
- 10) a) Horas das novidades;
b) Arranjo da sala de aula (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1961).

Lista de Pontos 1ª Prova parcial de Didática
3ª Série Ensino Normal – Ano: 1961

Obs: Em cada ponto há uma questão objetiva e um plano de aula.

- 1) Período preparatório;
- 2) Agrupamento;
- 3) Contagem até dez.
- 4) Material para o ensino da contagem.
- 5) Linguagem escrita.
- 6) Compreensão.
- 7) Criança lenta.
- 8) Contagem até dez.
- 9) Análise fonética.
- 10) Material para o ensino da leitura (COLÉGIO SANTA CRUZ, 1961).

**Lista de Pontos 1ª Prova parcial de Didática e Prática de Ensino
2ª Série Ensino Normal – Ano: 1959.**

- 1 - a) A criança problema
b) Pensamentos de estudiosos sobre linguagem;
c) Ortografia
- 2 - a) Os vários tipos de leituras.
b) O ensino da escrita
c) Testes
- 3 - a) Funções da linguagem
b) Plano de aula
c) Objetivos do ensino da escrita.
- 4 - a) Os métodos de ensino da leitura
b) Conceito de linguagem
c) Objetivos do ensino da leitura
- 5 - a) Motivação da aprendizagem da leitura
b) Objetivos da linguagem falada e escrita
c) Método silábico e de setenciação
- 6 - a) Aprendizagem da leitura
b) Linguagem oral através de dramatizações, histórias.
c) A “Festa do Livro”
- 7 - a) A escrita
b) Leitura oral e silenciosa
c) Métodos: Analítico e Sintético.
- 8 - a) A escrita através dos tempos
b) Jogos para o aumento do vocabulário.
c) Atividades para desenvolver a linguagem oral
- 9 - a) Linguagem e pensamento
b) Defeitos a corrigir na leitura
c) Período de adaptação (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1959-1960).

Lista de Pontos 1ª Prova parcial de Didática e Prática de Ensino

3ª Série Ensino Normal – Ano: 1959.

- 1 - Plano de aula de Aritmética para o 2º Ano.
- 2 - Plano de aula de Linguagem escrita para o 1º Ano.
- 3 - Plano de aula de Geografia para o 3º Ano
- 4 - Plano de aula de Desenho para o 1º Ano
- 5 - Plano de aula de História para 4º Ano
- 6 - Plano de aula de Ciências para o 3º Ano
- 7 - Plano de aula de Educação Física para o 1º Ano
- 8 - Plano de aula de Desenho para o 2º Ano
- 9 - Plano de aula de Educação Moral e Cívica para o 4º Ano
- 10 - Plano de aula de Leitura para o 2º Ano
- 11 - Plano de aula de Geografia para o 4º Ano
- 12 - Plano de aula de História para o 2º Ano
- 13 - Plano de aula de Educação Física para o 2º Ano
- 14 - Plano de aula de Linguagem para o 3º Ano
- 15 - Plano de aula de Educação Moral e Cívica para o 1º Ano
- 16 - Plano de aula de Ciências para o 4º Ano
- 17 - Plano de aula de Linguagem para o 3º Ano
- 18 - Plano de aula de História para o 3º Ano
- 19 - Plano de aula de Desenho para o 2º Ano
- 20 - Plano de aula de Leitura para o 1º Ano (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ, 1959-1960).

ANEXO G

JURAMENTO DAS ALUNAS DO CURSO NORMAL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – ANO 1958

Escola Normal Secundária "Amaral Fontoura"
de Maringá

Professorandas de 1958 de Maringá

Juramos

"Conscientes de nossa responsabilidade prometemos por Deus e pela Pátria no exercício do magistério cumprir a missão de educadoras, tudo sacrificando pela educação religiosa, moral e civil da infância brasileira.

Educaremos e instruiremos a criança dando-lhe o senso de liberdade e da dignidade da pessoa humana.

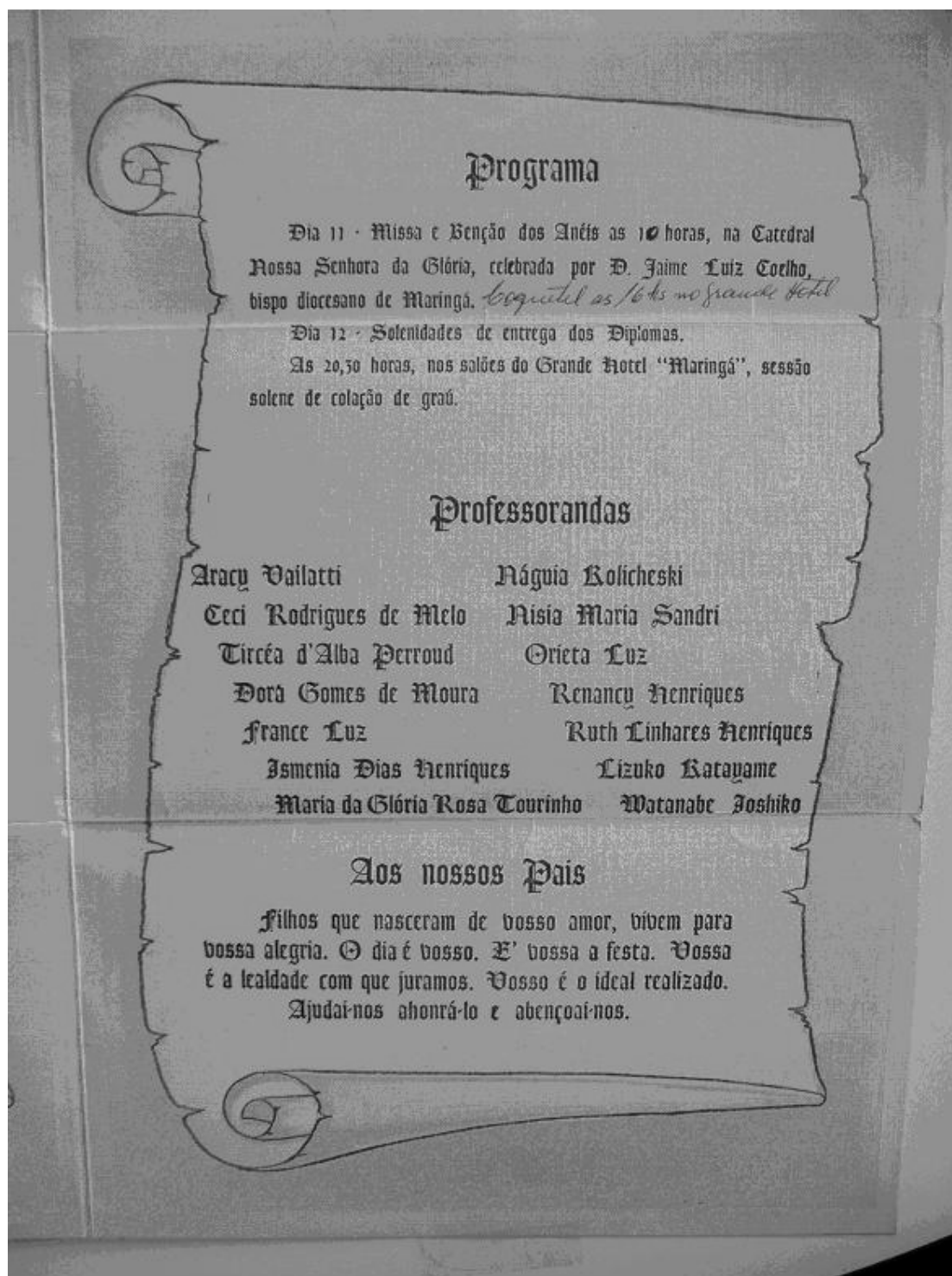
Formaremos sua consciência cristã e cívica a fim de que, respeitando a hierarquia dos valores eternos e temporais, trabalhe para o engrandecimento de uma Pátria melhor"

Juramos,
Brasil

Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1967).

ANEXO H

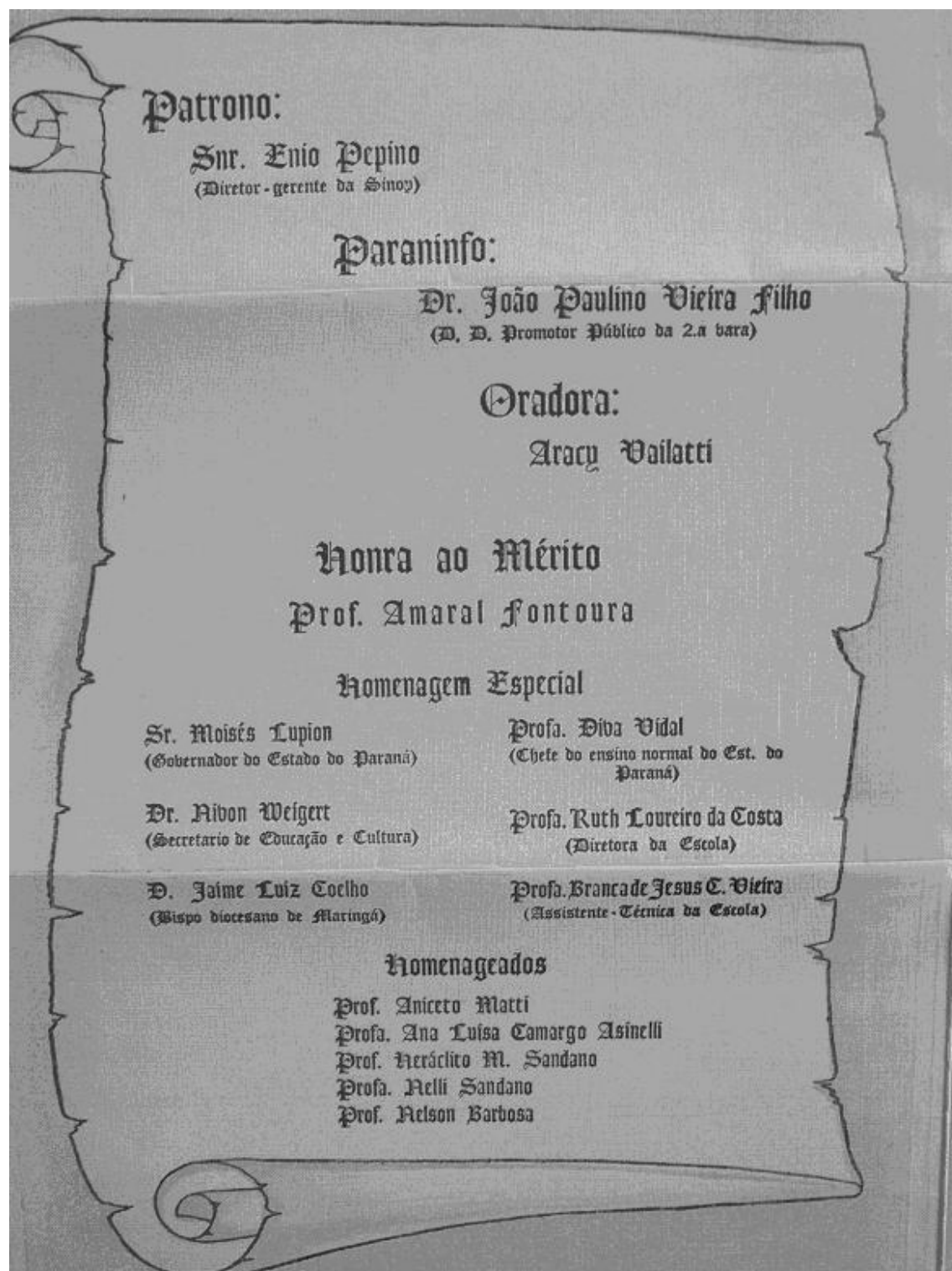
**CONVITE DE FORMATURA COM A PROGRAMAÇÃO E NOMES DAS
FORMANDAS – ANO DE 1958**



Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1967).

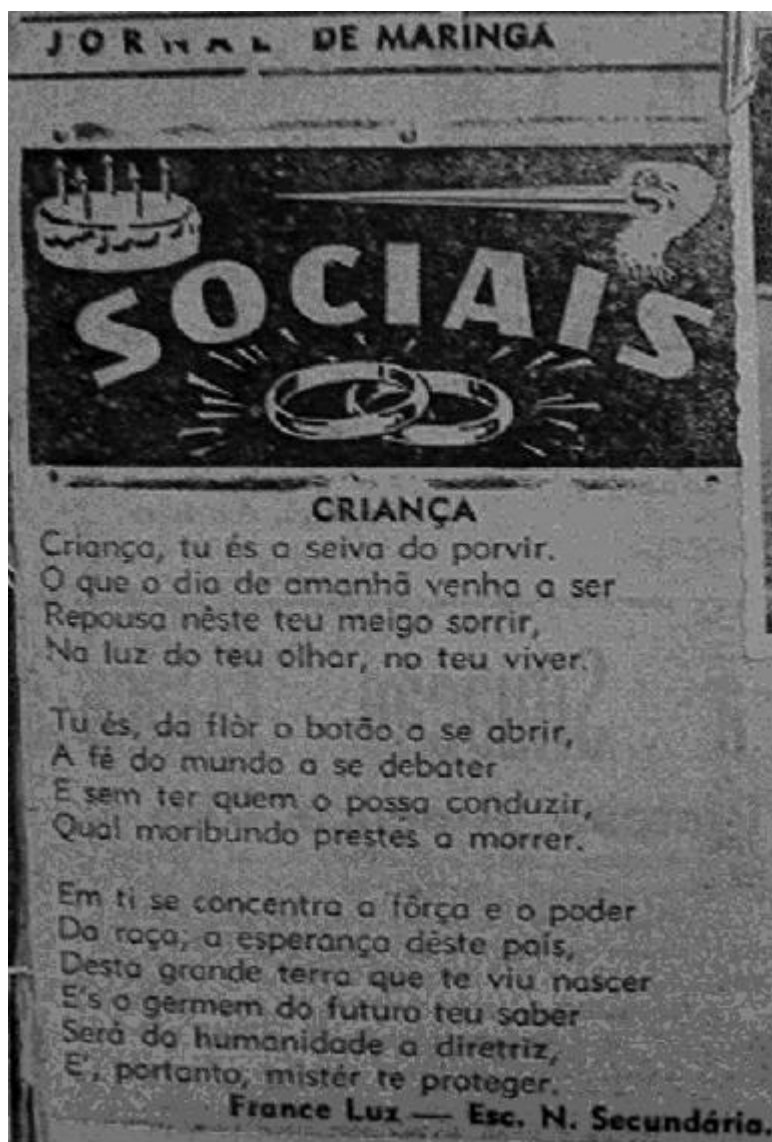
ANEXO I

CONVITE DE FORMATURA COM OS NOMES DOS PROFESSORES E HOMENAGEADOS – ANO DE 1958.



Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1967).

ANEXO J
POESIA APRESENTADA PELA ALUNA FRANCE LUZ NA SEMANA DE
CRIANÇA – ANO 1956



Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1956b, p. 3).

ANEXO K

PROFESSORAS E ALUNAS DO CURSO NORMAL COM AS MÃES E CRIANÇAS DE UM BAIRRO PRÓXIMO AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



ANEXO L
ENXOVAIS CONFECCIONADOS PELAS ALUNAS DO CURSO NORMAL -
EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS DIDATICOS E MANUAIS – ANO 1956.



Fonte: Instituto de Educação Estadual de Maringá (1956b, p. 20-21).